



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

CAREN ALESSANDRA KLUSKA

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM FORDLÂNDIA – PA E A
INFLUÊNCIA DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO
BRASIL – 1931 A 1945**

**SANTARÉM – PA
2017**

CAREN ALESSANDRA KLUSKA

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM FORDLÂNDIA – PA E A
INFLUÊNCIA DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO
BRASIL – 1931 A 1945**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

Orientador: Professor Dr. Anselmo Alencar Colares.

**SANTARÉM – PA
2017**

CAREN ALESSANDRA KLUSKA

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM FORDLÂNDIA – PA E A
INFLUÊNCIA DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO
BRASIL – 1931 A 1945**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

Orientador: Professor Dr. Anselmo Alencar Colares

Data de aprovação: 28/06/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Orientador

Prof. Dr. Dércio Duarte (UFOPA)

Prof.^a Dr.^a Edna Marzzitelli Pereira (UFOPA)

Prof. Dr. José Roberto Rus Pereira (UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata Monteiro (UFOPA)

Dedico esta dissertação aos meus filhos, Graziela e Henrique, minhas motivações para tudo que realizo.

Ao meu marido Huyris, pelo apoio e paciência enquanto estive dedicada aos estudos.

A meus pais, Eugênio e Ilacy, por todo amor dedicado aos meus filhos e pelo incentivo e auxílio durante toda a vida, especialmente, nos últimos dois anos da minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar a vida, a força e a coragem para seguir os caminhos traçados para mim.

Aos meus filhos, Graziela e Henrique, por me amarem sem restrições e por compreenderem minhas faltas e ausências durante os estudos.

Ao meu marido Huyris, por toda a paciência e compreensão enquanto estive ausente, assumindo a responsabilidade pela criação de nossos filhos durante minhas faltas.

Aos meus pais, Eugênio e Ilacy, por todo amor e cuidado dedicados a mim e a meus filhos para que eu pudesse realizar este sonho.

A todos que me ajudaram a cuidar dos meus filhos enquanto estive ausente, especialmente, minha cunhada Djinez, que assumiu minha função de mãe, por tantas vezes que nem posso contar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, por escolher me orientar, pela atenção, paciência e sabedoria em suas orientações para que pudéssemos construir o presente trabalho.

À Faculdade de Itaituba pelo apoio e incentivo, permitindo meu afastamento do trabalho para que pudesse me dedicar aos estudos.

Aos amigos que me auxiliaram durante todo este tempo, contribuindo valiosamente com a minha formação profissional e pessoal, em especial, Prof.^a Zilda, Aline, Vitor, Francisco Claudio e Djalmira.

À querida Ana Paula Maffezzolli, companheira no trabalho, no estudo, colega de quarto e amiga para vida toda.

Aos amigos que fiz durante o curso, com quem dividi as expectativas, angústias e alegrias durante estes anos, em especial, Luciene Maria, Wendel Sá e Talita Ananda. Espero que possamos manter a amizade mesmo que à distância!

As pessoas que, de um modo ou de outro, cruzaram meu caminho e me ajudaram nas pesquisas que realizei, especialmente, aos moradores de Fordlândia, sempre dispostos a ajudar e contribuir.

Aos professores e coordenação do PPGE-UFOPA por proporcionarem a aquisição de conhecimentos valiosíssimos para a construção desta pesquisa.

Aos avaliadores da minha banca de Qualificação, Professora Solange Ximenes e Dércio Duarte, pela atenção e dedicação na leitura do meu trabalho e pelas contribuições extremamente significativas.

Ao grupo de Pesquisas HISTDBR/UFOPA, pelas discussões, palestras, cursos, trocas de experiências e auxílio em várias etapas da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), pelo apoio financeiro via bolsa de estudos, o que me permitiu dedicar mais tempo e recursos as minha pesquisas.

RESUMO

Este estudo trata da educação escolar na localidade de Fordlândia – PA, no contexto da vigência do Projeto da Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia (CFIB), no período de 1931 a 1945. A CFIB foi criada em 1927 com o intuito de iniciar a plantação de seringueiras em ambiente nativo no Estado do Pará, visando abastecer a indústria automobilística de Henry Ford nos Estados Unidos. Uma cidade foi montada em plena floresta e batizada como Fordlândia, com casas, serraria, usina de força, sistema de abastecimento de água, áreas de lazer e uma escola. O problema a ser respondido com esta pesquisa refere-se ao modelo de educação implantado e práticas dele decorrentes no Grupo Escolar de Fordlândia. O objetivo é compreender e registrar as relações com as mudanças políticas e educacionais do período, buscando compreender particularidades da escola e suas relações com a CFIB e com o Governo Estadual do Pará. Trata-se de pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso, tendo como fontes imagens e vídeos da web, levantamento e análise de documentos e realização de entrevistas com três ex-alunos do Grupo Escolar de Fordlândia. Tem como principais referências os trabalhos de Amorim (1995), Costa (2012), Dean (1989), Grandin (2010), Jackson (2011), Lourenço (1999), Maia (2002) e Santos (1980), para a compreensão de aspectos históricos relacionados à Fordlândia e, no campo histórico educacional: Aranha (2006), Coelho (2008), Ribeiro (2010), Pereira (2016), Romanelli (2007) e Xavier (2004). Após a coleta, análise e triangulação dos dados verificou-se que o Grupo Escolar de Fordlândia, apesar de público, atendia somente aos filhos dos trabalhadores da CFIB e, mesmo estando dentro da concessão de Fordlândia, não era controlado pela empresa, respondendo administrativa e pedagogicamente ao governo do Estado do Pará. A empresa fornecia uniformes escolares e outros materiais quando solicitados, se fazia presente em sessões solenes e realizava o pagamento das professoras do Grupo, enviadas pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura. A presença desta instituição de ensino era utilizada como marketing, meio de atrair trabalhadores para os seringais. Ressalta-se que eram altos os índices de evasão escolar. As práticas desenvolvidas estavam embasadas na corrente de ensino tradicional, com a utilização frequente de palmatória e sabatina, conforme o aprendizado que haviam recebido as professoras nas escolas normais onde haviam se formado. Os registros encontrados em livros ata de emissão de correspondências, impressões de visitantes, promoção dos alunos, sessões solenes realizadas e registros de matrículas nos arquivos do Grupo Escolar de Fordlândia foram fundamentais para a compreensão de seus aspectos singulares e para que os objetivos propostos na pesquisa fossem alcançados.

Palavras-chaves: Grupo Escolar de Fordlândia. Ensino e práticas Pedagógicas. História da educação.

ABSTRACT

This study deals with school education in Fordland - PA, in the context of the validity of the Ford Industrial Project of Brazil in the Amazon (CFIB), from 1931 to 1945. The CFIB was created in 1927, with the purpose of initiating The plantation of rubber trees in a native environment, in the State of Pará, aiming to supply the auto industry of Henry Ford in the United States. A city was set up in the middle of the forest and named Fordland, with houses, sawmill, power plant, water supply system, leisure areas and a school. The problem to be answered with this research refers to the educational and practical conceptions resulting from the Fordland School Group. The objective is to understand and record the relationships with the political and educational changes of the period, seeking to understand the school's particularities and its relations with the CFIB and the State Government of Pará. This is a qualitative research in the case study modality, Methodological procedures, the use of images and videos from the web, collection and analysis of primary documentary sources, and interviews with three former students of Fordlândia School Group. It has as main references the works of Amorim (1995), Costa (2012), Dean (1989), Grandin (2010), Jackson (2011), Lourenço (1999), Maia (2002) and Santos (1980) Of historical aspects related to Fordlandia, and in the historical educational field: Aranha (2006), Coelho (2008), Ribeiro (2010), Pereira (2016), Romanelli (2007) and Xavier (2004). After collecting, analyzing and triangulating the data, the Fordland School Group, although public, attended only to the children of CFIB workers and, even though it was within the Fordlandia concession, was not controlled by the company, responding administratively and Pedagogically to the government of the State of Pará. The company provided school uniforms and other materials when requested, if present in solemn sessions and paid the teachers of the Group, which were sent by the State Department of Education and Culture. The presence of this educational institution was used as marketing and advertising, a means of attracting workers to the rubber plantations. However, school dropout rates were high. The practices developed were based on the traditional teaching chain, with the frequent use of palmat and sabatina, according to the learning that the teachers had received in the normal schools where they had graduated. The records found in books on the issue of correspondence, visitor impressions, student promotion, solemn sessions held, and enrollment records in the Fordland School Group archives were fundamental for the understanding of its unique aspects and for the objectives proposed in the Achieved.

Keywords: Fordland School Group. Teaching and pedagogical practices. History of education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Fordlândia	26
Figura 2 - Navio Lake Ormoc parado na doca de Fordlândia	39
Figura 3 - Área de queimada em Fordlândia.	41
Figura 4 - Localização do Grupo Escolar de Fordlândia.....	60
Figura 5 - Vista aérea de Fordlândia.	60
Figura 6 - Escola de Boa Vista - 1933.....	61
Figura 7 - Prédio da escola em 1974.....	62
Figura 8 - Prédio da escola atualmente - 2017.....	63
Figura 9 - Livro de Promoção	64
Figura 10 - Abertura do Livro de Promoção.....	64
Figura 11 - Alunos e alunas do Grupo Escolar de Fordlândia.	66
Figura 12 - Sala de aula do Grupo Escolar de Fordlândia.....	68
Figura 13 - Saída dos alunos e alunas da escola.....	70
Figura 14 – Professoras do Grupo Escolar de Fordlândia durante uma aula.	79
Figura 15 - Saída das crianças para recreação.....	80
Figura 16 - Volta para casa após as aulas em ônibus da CFIB.....	80
Figura 17 – Volta para casa após as aulas em caminhão da CFIB.	81
Figura 18 - Solenidade de inauguração da Escola Benson Ford - Belterra.....	87
Figura 19 - Verso da fotografia que retrata a inauguração da Escola Benson Ford .	87
Figura 20 – Prof. ^a Zélia Braga em discurso.	88
Figura 21 - Verso da fotografia do discurso da Prof. ^a Zélia Braga.....	89
Figura 22 - Interior de uma sala de aula.	89
Figura 23 - Verso da fotografia da Figura 21.....	89
Figura 24 - Banheiro da Escola Benson Ford.....	90
Figura 25 - Verso da fotografia da Figura 23.....	90
Figura 26 - Trecho do Livro de Correspondência	92
Figura 27 - Recorte do Livro de Sessões Solenes.	98
Figura 28 - Currículo da Escola Normal do Pará em 1924	114
Figura 29 - Revista Escola: Professorado do Pará, nomeação de normalistas para Fordlândia.	121
Figura 30 - Revista Escola: Professorado do Pará. Pedido de exoneração de Hostiniano Madeira Pinheiro.	122

Figura 31 - Livro de Registro de matrículas..... 128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de alunos matriculados no Grupo Escolar de Fordlândia entre 1934 e 1945.	65
Gráfico 2 – Alunos que concluíram o ensino primário.	71
Gráfico 3 – Alunos matriculados no 1ª ano, aprovados e retidos.	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Professoras do Grupo Escolar de Fordlândia – 1934 a 1945.	77
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da Indústria Norte-Americana da Borracha: 1849-1919	29
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AIB	Ação Integralista Brasileira
CFIB	Companhia Ford Industrial do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PCB	Partido Comunista Brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 HENRY FORD E FORDLÂNDIA	19
2.1 O MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FORDISTA	19
2.2 ANTECEDENTES DA INSTALAÇÃO DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL	26
2.3 A CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL	38
2.4 OS TRABALHADORES DOS SERINGAIS DE FORDLÂNDIA	42
2.5 OS PROBLEMAS DE FORDLÂNDIA, A DESISTÊNCIA DO PROJETO E SEU ABANDONO	47
3 O GRUPO ESCOLAR DE FORDLÂNDIA – 1931 A 1945	54
3.1 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO	56
3.2 OS ALUNOS	63
3.3 AS PROFESSORAS E SUAS PRÁTICAS	76
3.4 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 30 E 40 E SUA RELAÇÃO COM O GRUPO ESCOLAR DE FORDLANDIA	101
3.5 AS RELAÇÕES ENTRE O GRUPO ESCOLAR, A COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL E O GOVERNO ESTADUAL	118
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da educação escolar na localidade de Fordlândia – PA, no contexto da vigência do Projeto da Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia (CFIB). Objetiva compreender e registrar o modelo de educação aplicado na escola de ensino primário construída no local onde foi implantado este projeto de base industrial.

A opção pela escolha desta temática se deu inicialmente pelo desejo de conhecer melhor a história da localidade Fordlândia, localizada às margens do Rio Tapajós, no trecho fluvial entre os Municípios de Itaituba e Santarém, sede da CFIB entre os anos de 1928 a 1945. Nasci no Paraná e em 2004 migrei para Itaituba-PA. Nunca antes havia escutado falar de Fordlândia e o fato de tomar conhecimento causou-me grande perplexidade refletindo que um empreendimento desta magnitude, implementado na Amazônia Brasileira por Henry Ford, não fosse de conhecimento da população de outras regiões do país, uma vez que retrata perfeitamente a presença do capital estrangeiro em terras brasileiras e as relações de produção resultantes do capitalismo. Gradativamente fui constatando que a falta ou a escassez de fontes para o conhecimento mais ampliado do Projeto e de suas particularidades está presente também entre habitantes da região.

Em Itaituba fiz a graduação em História e ao concluir passei a trabalhar com a Educação Básica e posteriormente com o Ensino Superior. Este percurso me levou a conhecer a história regional e local, verificando que o foco dos registros históricos sobre Fordlândia concentrava-se na economia, na cultura ou no exotismo do empreendimento, sendo ainda mais comum, a ênfase no fracasso do famoso industrial Henry Ford e sua cidade perdida na selva amazônica. A memória de remanescentes do projeto também está impregnada de visões saudosistas, apologéticas e reveladoras de um profundo desânimo em contraste com a euforia dos tempos áureos do empreendimento.

Observando fotografias da época, utilizadas em trabalhos escolares ou em produções dos cronistas regionais, notava que a grande maioria tinha efeitos meramente ilustrativos de um determinado recorte, de uma visão parcial, na qual os questionamentos acerca dos aspectos globais não eram feitos ou deixavam lacunas que mais tarde vieram a se constituir em aspectos instigadores para a formulação do

meu problema de pesquisa a ser desenvolvida no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), conseqüentemente, com a atenção mais direcionada para a escola que funcionou durante o tempo do Projeto Ford na localidade, hoje pertencente ao município de Aveiro. Chamou-me especial atenção uma fotografia na qual várias crianças aparecem em postura rígida, uniformizadas, junto a uma professora e sua legenda dizia apenas: “Alunos da Escola Princesa Izabel”. Não havia nenhuma outra informação sobre a escola em questão, a não ser o fato de que fora construída para atender às crianças de Fordlândia.

Na UFOPA encontrei a oportunidade de continuar a minha formação e qualificação para o exercício da profissão docente. A linha de pesquisa I do mestrado, intitulada “História, Políticas e Gestão Educacional na Amazônia” foi escolhida por tratar-se daquela com a qual havia identificação imediata, mais especificamente, com o campo da História da Educação na Amazônia. Desta forma, escolhi pesquisar a Instituição escolar implantada dentro do Projeto da CFIB em Fordlândia, chamada na época de Grupo Escolar de Fordlândia, objetivando a compreensão de questões essenciais para a reconstituição de sua História e salvaguarda de sua memória, buscando com isso conhecer a educação escolar que ali se desenvolvia.

O título expressa o estudo realizado: “A educação escolar em Fordlândia-PA e a influência da Companhia Ford Industrial do Brasil (1931-1945)”. Esta escola teve seu início três anos após a instalação do Projeto, continuando em funcionamento sob a denominação Escola Princesa Izabel. O recorte temporal utilizado refere-se ao período na região em que teve vigência o projeto de Henry Ford, magnata da indústria automobilística dos Estados Unidos, que iniciou uma plantação de seringueiras no Brasil com a finalidade de fornecer borracha para suas fábricas de automóveis nos Estados Unidos.

Ao iniciar o seu empreendimento, Henry Ford ordenou não só a plantação da *Hevea brasiliensis* (seringueira) em larga escala, como também a construção de instalações que abrigassem os funcionários que coordenariam a execução de seu projeto. Desse modo, enviou, dos Estados Unidos, dois navios transatlânticos carregados com todo o material que seria necessário para a construção de uma pequena cidade dentro dos moldes norte-americanos, o que incluía casas, fábricas, campos de golfe, quadras de tênis, hospital e escola.

Para que o objetivo geral a que me propus pudesse ser alcançado algumas questões precisavam ser respondidas, a saber: Como e porque foi instalada uma escola naquele empreendimento econômico? De que maneira ocorria o processo ensino-aprendizagem? Quais as práticas educacionais que vigoraram na escola durante aquele período?

Para além destas questões, procuramos compreender qual era o modelo de educação presente no dia a dia desta escola e quais as relações do Grupo Escolar de Fordlândia com a CFIB e com o Governo Estadual do Pará, além da análise de suas relações com as mudanças políticas e educacionais que aconteciam no período, buscando compreender particularidades da escola na totalidade tanto do projeto quanto do quadro geral inseridas ao todo.

O problema a ser respondido com esta pesquisa refere-se ao modelo de educação e práticas dele decorrentes na escola de Fordlândia. Por se tratar de uma pesquisa de natureza histórica, definimos como recorte temporal o ano de 1931, ano de instalação da escola, até 1945, quando a Companhia Ford Industrial do Brasil encerrou suas atividades naquele local.

O objetivo geral centrou-se em analisar o processo educacional escolar, considerando tratar-se de uma escola aparentemente diferenciada em função de ter sido instalada dentro de um empreendimento arrojado e inovador naquele contexto e naquele período. Como objetivos específicos, buscou-se conhecer o perfil das professoras e suas práticas, bem como, dos alunos que compunham a escola; identificar qual foi a proposta educacional implantada na escola de Fordlândia durante a vigência do Projeto Ford e a quais interesses atendia.

Trata-se de um estudo de caso, no qual se utilizou dos seguintes procedimentos: revisão de literatura, levantamento e análise de fontes documentais, iconográficas e memórias. Foram utilizados também bancos de dados da web e entrevistas individuais com ex-alunos do Grupo Escolar de Fordlândia.

Para a revisão de literatura, buscamos autores que tratassem da temática em estudo, que possibilitaram a reconstituição histórica da criação, implementação e desenvolvimento de Fordlândia, com base na filosofia de seu criador, Henry Ford, seguindo os preceitos do modo de produção fordista através da leitura de trabalhos nacionais e estrangeiros tais como: Amorim (1995), Basbaum (1991), Costa (2012), Dean (1989), Fausto (1980), Grandin (2010), Jackson (2011), Lourenço (1999), Maia (2002), e Santos (1980), e, mais especificamente, no campo histórico educacional:

Aranha (2006), Coelho (2008), Ribeiro (2010), Pereira (2016), Romanelli (2007) e Xavier (2004).

Foi realizada pesquisa de campo com diversas visitas à escola (ainda em funcionamento), nas quais foi possível coletar documentos contidos em seus arquivos. Encontramos seis livros de registros de cunho administrativo, sendo eles: Livro de Impressões, Livro de atas, Livro de registro de matrículas – 1934, Livro de registro de matrículas – 1938 e 1939, Livro de correspondência e Livro Ata de Promoção. Nenhum outro tipo de documento foi preservado na escola, como registros das professoras ou dos alunos, apenas a informação de que se extraviaram pela ação de cupins ou foram incinerados por estarem em avançado estado de decomposição. Os livros de registros que possibilitaram aprofundamento das análises foram inicialmente omitidos pela direção da escola quando da fase inicial da pesquisa. Sua existência somente foi revelada e o acesso permitido após a troca de funcionários administrativos. O material encontra-se bem preservado, com conteúdo legível, mesmo com alguns danos causados pela ação do tempo, como o amarelamento das páginas, o desprendimento de algumas folhas e bordas corroídas por algum inseto. Para que não fossem danificados, todos os livros foram fotografados, página por página, totalizando 496 fotografias, que foram, depois de impressas, organizadas, classificadas e analisadas.

Não havia na escola, sequer uma fotografia do período em estudo. Recorri a web por meio de sites e blogs brasileiros e internacionais, além da análise de materiais diversos disponíveis tendo a palavra “Fordlândia” como entrada de consulta, um documentário em especial, do qual foram recortadas algumas imagens. Ao todo, constam 29 imagens na dissertação, entre as oriundas da web, fotografias dos documentos manuseados in loco e as que foram produzidas a partir do vídeo Fordlândia¹. Todo o material iconográfico foi interpretado e analisado sob a luz do referencial teórico metodológico que orientou a pesquisa e, por conseguinte, os resultados apresentados nesta dissertação.

Além das visitas à escola em Fordlândia, foram realizadas entrevistas abertas com vários moradores locais, que foram indicados gentilmente por um professor da Escola Princesa Izabel, e, a partir destes, outras pessoas iam sendo lembradas para nos auxiliar na construção da história por meio da memória. O professor ainda reside

¹ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>>

na vila de Fordlândia e conhece todas as pessoas, isso nos ajudou a estabelecer os contatos e conquistar a confiança dos moradores, que muito gentilmente nos recebiam e concediam suas entrevistas. Além de Fordlândia, fizemos algumas viagens até Belterra, segunda concessão da CFIB, emancipada em 1995, para encontrar pessoas indicadas em Fordlândia, que viveram na primeira concessão antes de mudarem para Belterra. Todos os entrevistados mantiveram alguma relação com esta escola em algum período de suas vidas, no entanto, apenas três deles mantiveram este contato no período em estudo, tendo sido alunos do Grupo Escolar de Fordlândia. Desses três, um reside em Fordlândia e dois em Belterra. Somente seus relatos foram utilizados na elaboração do texto dissertativo.

A análise, categorização e triangulação dos dados coletados foram realizadas segundo a proposta de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). O estudo se apresenta em quatro sessões, iniciadas com a Introdução. A segunda sessão intitula-se “Henry Ford e Fordlândia”, é de fundamental importância para a compreensão dos aspectos históricos do empreendimento no qual se deu a construção e o funcionamento da escola. Abordamos o modo de produção fordista, modelo desenvolvido por Henry Ford para suas fábricas de automóveis e reproduzido mundialmente e a tentativa de transpor este modelo para o Brasil, os antecedentes econômicos relacionados à produção de borracha no Brasil, a construção das instalações da vila, a contratação de mão-de-obra e os problemas enfrentados pela CFIB, desde o princípio do empreendimento e que culminaram com a desistência dos norte-americanos em 1945. Na terceira sessão abordamos os aspectos relacionados ao Grupo Escolar de Fordlândia, iniciando por sua caracterização e histórico, explorando os componentes que fizeram desta escola um grande marco na História dos moradores da vila, tais como alunos(as), professoras e as práticas que desenvolviam na escola, baseadas em suas relações com a CFIB e com o sistema público governamental brasileiro. Por fim, na quarta sessão, apresentamos nossas considerações finais, baseadas nas análises dos dados coletados em campo e na pesquisa bibliográfica.

2 HENRY FORD E FORDLÂNDIA

Nesta seção faz-se uma abordagem sobre o pensamento e filosofia de Henry Ford, relacionados ao contexto da vida em sociedade e, principalmente, ao trabalho. Em seguida, a contextualização histórica de Fordlândia, explicitando-se o que ocorreu durante o período em que foi gerenciada pelos norte-americanos que, a mando de Henry Ford, vieram ao Brasil com o intuito de colocar em prática seus planos de iniciar uma grande plantação de seringueiras que abasteceria suas empresas automobilísticas nos Estados Unidos da América (EUA).

2.1 O MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FORDISTA

Para a melhor compreensão sobre como funcionava o modo de produção fordista, é importante conhecer o pensamento e a filosofia Henry Ford. Ford nasceu em 1863 em uma comunidade rural dos Estados Unidos chamada Dearborn, filho de trabalhadores rurais. O destino que seu pai, Willian Ford, desejava para o filho era o mesmo que o seu, a manutenção dos bens rurais da família. Aos treze anos, a mãe de Henry, Mary Litogot Ford, faleceu durante o parto de seu último filho. Segundo Maia (2002), Henry encontrava na figura materna o suporte para a constituição de seu caráter.

Aos quinze anos, Henry abandonou a escola, por entender que não encontraria ali a mudança que almejava para sua vida. Aos dezesseis abandonou o campo e mudou-se para Detroit e para que pudesse se manter passou a trabalhar em uma oficina de máquinas e em outra de motores durante o dia e em uma joalheria durante a noite. Iniciou-se ali uma longa trajetória que culminou, no quintal de casa, já casado, aos 33 anos de idade, com a montagem artesanal de seu primeiro automóvel,. Três anos depois, Henry Ford participou da fundação da Detroit Automobile Company e conforme Maia (2002, p.25) “Terminava a fase do Henry Ford empregado e pesquisador e começava a de empresário e produtor”.

No ano de 1903 foi fundada a Ford Motor Company, da qual Henry Ford tinha, inicialmente, 25% das ações, chegando a cinquenta e oito e meio por cento. Assim, poderia decidir como conduziria a sua produção. O ideal de Ford não era o de fabricar automóveis caros para uma pequena parcela da população, mas, ao contrário, fabricar grandes quantidades que seriam acessíveis às massas. Para isso,

precisava fabricar com os menores custos possíveis, para que o preço final também pudesse ser baixo.

Neste mesmo ano, seu primeiro automóvel produzido industrialmente, o Modelo A, vendeu 1.708 unidades. Outros três modelos foram fabricados em 1904 e foram produzidos até o ano de 1908. Entre eles estava o modelo T, considerado por Ford o melhor deles, “um veículo leve, potente, capaz de vir a ser barato, com custo de manutenção muito baixo” (MAIA, 2002, p.33). No entanto, ainda não era acessível a toda a população. A Ford Motor Company parou de produzir os outros modelos, concentrando seus esforços apenas no modelo T, todos com a cor preta.

Produzir apenas um modelo, no entanto, não o tornou barato. Ford adotou em sua fábrica o método produtivo de Frederick Wislow Taylor, que consistia em decompor o trabalho manual em quantas etapas fossem necessárias, nas quais cada tarefa seria executada por uma pessoa de forma simples e rápida, chamado de organização científica do trabalho. Assim, não seria necessário que houvessem funcionários treinados para a execução das tarefas, quais poderiam ser facilmente substituídos por outros, sendo que o tempo de montagem das peças caiu consideravelmente em comparação ao trabalho manual executado por uma só pessoa. O objetivo era a produção, posta acima de qualquer necessidade dos trabalhadores.

Aqueles que trabalhassem conforme desejava Henry Ford permaneceriam no emprego enquanto os que não o fizessem seriam substituídos por quem “quisesse trabalhar”.

Então:

Em 1913, ele (Henry Ford) daria o passo decisivo para reduzir o preço do automóvel à metade e realizar completamente o seu sonho de produção em massa, introduzindo a esteira transportadora numa linha de montagem que iniciaria a segunda revolução industrial e o colocaria na história como o homem que estabeleceu a estrutura típica da fábrica do Século XX. (MAIA, 2002, p.37)

Com a instituição desse processo, além da decomposição do trabalho, o operário não tinha a necessidade de sair do lugar em que estava para realizar seu trabalho. Em vez de ir até a peça, a peça viria até ele através da esteira, onde sua parte no trabalho seria executada rápida e repetidamente. Assim Henry Ford descreveu as suas características:

Cada peça a ser trabalhada na oficina move-se; pode ser movida em ganchos presos a correntes erguidas, chegando para a montagem na ordem exata em que as partes são necessárias; pode deslocar-se sobre uma esteira mecânica ou mover-se pela força da gravidade, mas o importante é que não é preciso levantar nem conduzir em veículo coisa alguma além das ferramentas. (FORD, 2012, p.85).

Ford não inovou o modo de produção em massa criando uma nova tecnologia, mas sim, implementando uma nova organização humana, na qual cada um utilizaria o tempo necessário para a execução de seu trabalho sem desperdiçar um segundo sequer.

Baseado em suas experiências de trabalho, enquanto não tinha sua fábrica, Ford sabia que para que se pudesse executar o trabalho que exigia de seus operários, estes deveriam estar focados somente nessa tarefa. Assim, considerava que os salários pagos pela fábrica aos trabalhadores deveriam ser suficientes para que eles não procurassem outros empregos para que puder manter a si e a suas famílias. Pensando na manutenção da alta produtividade, Henry Ford pagava salários acima da média, mas, para merecê-los, o operário deveria trabalhar bem e muito. Aquele que não atendesse as exigências seria rapidamente substituído por um dos milhares que esperavam do lado de fora da fábrica, todos os dias para tentar uma vaga na Ford Motor Company.

Além do pagamento de bons salários (considerando a época e o local), também era oferecidos aos operários e suas famílias suporte externo, como hospitais, lojas e escolas. Assim, se as suas famílias estivessem bem assistidas, não haveria preocupações que pudessem levar a queda na produção. Portanto, o operário trabalharia duro para que não perdesse o emprego e todos os “benefícios” concedidos pela CFIB.

Ainda em nome da produtividade e do menor custo, Henry Ford eliminou ao máximo a dependência externa, produzindo todos os componentes dos seus carros dentro da fábrica e construindo outras fábricas onde havia mercado para eles. (MAIA, 2002, p.41)

Ford era considerado, por muitos de seus empregados, um bom patrão. Bons salários, assistência médica e escolar para os seus filhos e tudo que precisavam fazer era desempenhar seu trabalho na esteira. Por também considerar-se um bom patrão, Henry Ford não admitia, dentro de suas fábricas, nenhum tipo de movimento sindical. Tinha capatazes que trabalhavam para a manutenção da alta produtividade,

contra a preguiça, desperdício de tempo e contra movimentos sindicalistas. As vantagens oferecidas não visavam o bem estar dos trabalhadores e mascaravam o caráter ditatorial e controlador que Henry Ford exercia dentro das fábricas e fora delas.

Uma característica que comprova essa afirmação foi o chamado “Dia de cinco dólares”, instituído por Ford em 1914. Segundo Beynon (1995) este foi um programa criado com a alegação de que os lucros da empresa seriam divididos com os operários, que trabalhariam menos horas por dia e receberiam o dobro do salário de dois dólares e trinta centavos que vinham recebendo. Para que pudessem participar do programa, no entanto, era necessário atender a uma série de pré-requisitos definidos pelo Departamento Sociológico da fábrica, que além de selecionar os funcionários que poderiam participar do programa, fiscalizava o trabalho dos mesmos e como seria gasto o dinheiro recebido.

Nem todos os que trabalhavam na linha de montagem da Ford possuíam os requisitos para participar do Dia de Cinco Dólares. O sistema não se aplicava aos que ainda não houvessem completado seus primeiros seis meses na empresa, nem a homens com menos de 21 anos. Também não se destinava às mulheres, que desde o princípio foram deixadas de fora do acordo. Quando lhe indagaram a respeito disso, Ford confessou a omissão e se defendeu alegando: “Supomos que as jovens irão se casar”. Os homens maduros, depois de cumprir o período de experiência, eram elegíveis para receber o novo salário. Finalmente se enquadrariam entre os escolhidos apenas se os seus hábitos pessoais em casa e no trabalho fossem considerados satisfatórios. Asseio e comedimento eram atributos essenciais; o consumo de álcool e fumo era malvisto, assim como toda ‘prática perniciosa, aviltante para a correta virilidade física e caráter moral’(citado em Nevins, 1954, p.556). Jogar estava fora de questão, e também a prática de escolher pensionistas, especialmente do sexo masculino.(BEYNON, 1995, p. 42)

O modo como esses trabalhadores eram selecionados para a participação do programa deixava claro o pensamento de Ford sobre o que considerava como o certo para a vida humana, assim como seus preconceitos, principalmente, em relação às mulheres e a estrangeiros. Difundia seu conceito de que o homem poderia alcançar tudo que desejasse, caso se abstivesse de maus hábitos e desde que trabalhasse arduamente, atitude e efeito que conseguia através da sedução que causava nos operários com a possibilidade de receber um salário alto, pelo qual se submetiam às determinações de seu empregador e, por meio da coerção executada pelos fiscais do Departamento Sociológico, dentro e fora das fábricas.

Nos EUA os estrangeiros viam nas fábricas da Ford uma oportunidade de melhoria de vida no novo país. Porém, sofriam maior fiscalização e precisavam admitir e modificar seus maus costumes para que pudessem participar do programa, além de enquadrar-se nos moldes de vida americana idealizada por Ford. Era-lhes ensinado o inglês e junto a ele “apresentava-se aos trabalhadores uma pantomima na qual um casal, usando trajes camponeses, era posto em uma panela e mexido pelo “Tio Sam”, ressurgindo com um novo vestuário, “todo americano”.” (BEYNON, 1995, p.44).

Estas atitudes revelam, além da concepção de mundo do empregador, sua posição extremamente autoritária, exercida tanto na fábrica quanto nas casas dos trabalhadores. Os fiscais do Departamento Sociológico realizavam visitas periódicas nas quais era verificado se as determinações de modo de vida eram cumpridas, e como era gasto o dinheiro extra, adquirido no Dia de Cinco Dólares. Dessa forma, se fosse constatada alguma transgressão, bem como se o trabalho na fábrica fosse considerado insatisfatório, o “benefício” seria cortado. Para Ford, receberia o dinheiro aquele que trabalhasse duro por ele.

Com medo de saírem do programa ou mesmo de perderem o emprego, os operários correspondiam às expectativas e a produção aumentou mesmo com uma hora a menos de trabalho por dia e com menos funcionários do que havia no período anterior ao programa. Henry Ford conseguiu criar, como desejava, um novo tipo de homem: o homem mecanizado, programado para a execução de tarefas específicas, com tempo determinado, totalmente controlado e domesticado.

Este tipo de ocorrência, visto sob a análise gramsciana, nos mostra que se fazia necessária para a criação de uma nova mentalidade nos trabalhadores.

Na América a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente conectados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a *moralidade* dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem menosprezasse estas iniciativas (mesmo que tenham fracassado), e visse nelas só uma manifestação hipócrita de *puritanismo*, negaria qualquer possibilidade de entender a importância, o significado e a *meta objetiva* do fenômeno americano que é *também* o maior esforço coletivo conferido até agora para criar, com extraordinária rapidez e com a consciência da finalidade nunca vista na história, um novo tipo de trabalhador e homem (GRAMSCI, 2008, p.69).

Desse modo, todo o controle sobre a vida pessoal dos operários não era feito por uma suposta preocupação com o bem estar de cada um ou de suas famílias. Era uma maneira de impedir que, com o dinheiro recebido pelo trabalho nas fábricas, os trabalhadores desenvolvessem hábitos que pudessem levá-lo a comprometer sua capacidade de realizar as tarefas a que estava designado nas fábricas. Por exemplo, um homem que, ao sair do trabalho, fosse gastar seu dinheiro com prostitutas, fumo ou álcool, provavelmente não se alimentaria de forma correta, não descansaria adequadamente, podendo ter o próximo dia de trabalho e sua produção afetados pelos efeitos deste modo de vida, ao contrário de um homem que fosse casado, que sairia do trabalho e iria para sua casa, onde poderia se alimentar, deitar-se e dormir para que pudesse, no dia seguinte, fazer exatamente tudo o que fez no dia anterior, com maior disposição e empenho para manter-se no emprego, rendendo melhores resultados.

Então, para Gramsci “Ocorre de o trabalhador gastar racionalmente os tostões extras, para manter, renovar e, possivelmente, aumentar sua eficiência muscular e nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la.” (GRAMSCI, 2008, p.71). O autor completa afirmando que:

O operário que vai ao trabalho depois de uma noite de *extravagância* não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos dos mais perfeitos automatismos (GRAMSCI, 2008, p.71).

Apesar de exercer todo este controle e de agir com violência em inúmeros casos, Ford era um patrão idolatrado por vários de seus funcionários, que provavelmente não percebiam as reais intenções das pressões as quais eram submetidos. Soma-se a isto o fato de as Indústrias Ford terem construído, para as famílias de seus operários, escolas e igrejas e, de prestar assistência médica quando se fizesse necessário. Assim como as outras ações desenvolvidas, o intuito real não era o de promover um estado de bem estar, mas de eliminar quaisquer motivos que pudessem levar os operários a desviar a atenção do trabalho, o que poderia gerar quedas na produção e nos lucros.

Henry Ford delegou ao chamado Departamento de Serviços que mantivesse a ordem que almejava em suas fabricas, representado na figura de Harry Bennett. “Ex-pugilista da Marinha, Bennett tinha por função manter a disciplina da força de trabalho, proteger a propriedade da Ford e impedir a sindicalização”. (BEYNON,

1997, p.53). Seu trabalho era auxiliado por cerca de 3.500 policiais contratados por Ford, que atuavam como vigias e espiões infiltrados, regulando cada atividade realizada pelos operários.

Não era permitido conversar durante o trabalho, sorrir, mover-se além do necessário para a execução da tarefa, ou deixar a ferramenta antes do apito que sinalizava horários de almoço e término do dia. Reuniões de pequenos grupos no horário do almoço eram proibidas, mesmo que não estivessem na linha de montagem no momento, pois, esses grupos eram vistos como confabuladores e sindicalistas. Havia alta rotatividade de funções para que os operários não pudessem adquirir confiança uns nos outros e iniciar um motim.

Mesmo com todas as proibições e vigilância, os trabalhadores comunicavam-se em linguagens próprias, desenvolvidas com gestos e sussurros, assim como criavam meios de testar um novo trabalhador a fim de descobrir se este era um deles ou um espião. As ações do Departamento de Serviços eram, além de coercitivas e intimidantes, fisicamente violentas. Em várias ocasiões, segundo Beynon (1997), Bennet e seus homens utilizaram de agressões físicas, principalmente, para o controle de movimentos sindicais. Apesar de todo o trabalho para que a sindicalização dos trabalhadores automobilísticos não ocorresse, esta acabou acontecendo em 1941, após 50 mil trabalhadores das indústrias Ford cruzarem os braços em greve exigindo a sindicalização.

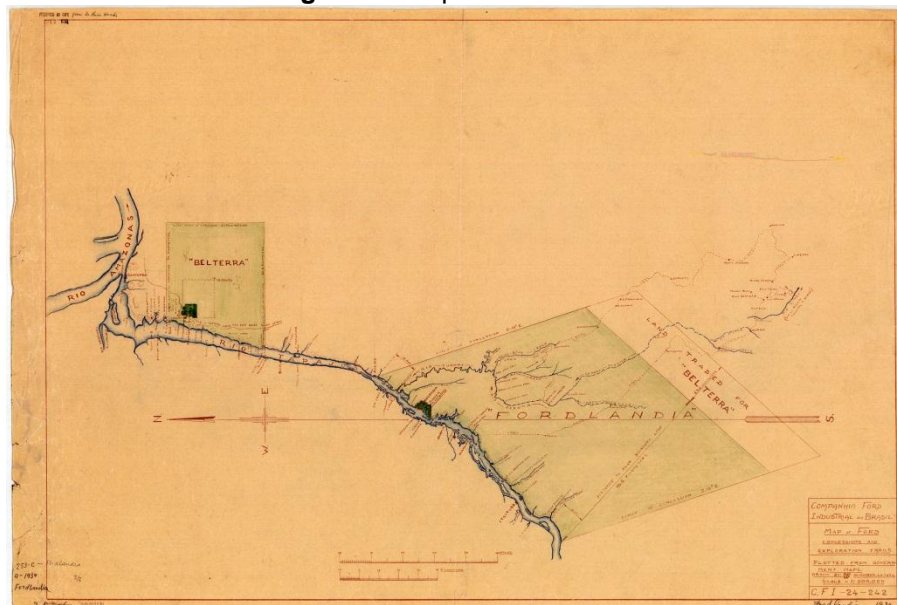
Em suma, Ford conseguiu, com o fordismo, inaugurar um novo modo de produção em massa e, conseqüentemente, o consumo em massa. Isto foi possível porque os produtos eram fabricados com os menores custos possíveis, conseguidos através da divisão do trabalho intelectual e manual, a mecanização através das esteiras rolantes, a autonomia da fábrica que produzia tudo o que seria necessário para a fabricação do seu produto e a exploração racional do trabalho dos operários. A oferta de salários acima da média, a carga horária de trabalho menor e os serviços oferecidos como atendimento hospitalar, dentário e escolar seduziam os funcionários, que se iludiam com os “benefícios” oferecidos em troca do seu trabalho. Assim, esforçavam-se para atender aos pré-requisitos exigidos pelo empregador, que via os reflexos de sua política nos altos lucros alcançados pela empresa.

2.2 ANTECEDENTES DA INSTALAÇÃO DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL

Quando de uma viagem de barco pelo rio Tapajós, avistam-se muitas comunidades em suas margens. São as localidades ribeirinhas que mesmo tendo suas particularidades, apresentam muitas semelhanças. Exceto Fordlândia. Sua estrutura arquitetônica, a vista do barracão industrial à beira do rio e da imensa caixa d'água contrastam muito com a paisagem costumeira das vilas e municípios que margeiam aquele trecho do Tapajós, constituídas em sua maioria por palafitas, pequenas igrejas e alguns pontos comerciais, quase sempre muito próximos às margens do rio.

Apesar de imponentes, estas estruturas encontram-se hoje deterioradas pelo tempo, em meio a novas construções feitas pelos atuais moradores. Fordlândia já foi um dos locais mais prósperos e movimentados desta região do oeste paraense nas décadas de 1930 e 1940.

Figura 1 - Mapa de Fordlândia



Fonte: <https://agslibraryblog.files.wordpress.com/2015/05/am013521.jpg>

Hoje Fordlândia pertence à União e está localizada às margens do rio Tapajós, entre os municípios de Santarém e Itaituba. O município sede, Aveiro, fica “a duas horas de barco”, considerando a média de velocidade das embarcações que servem a população. Nesta porção da Amazônia, onde predominam as águas, as

distâncias tem esta forma peculiar de cálculo. A população de Aveiro é estimada em 15.953 habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do CENSO 2010, dos quais aproximadamente 1.176 residem em Fordlândia. Esta população já foi bem maior e as instalações que são vistas do rio já foram ocupadas e movimentadas, preenchidas por trabalhadores que viviam seus dias marcados pelo som do apito que avisava sobre o início e o fim do dia de trabalho.

No ano de 1927, Henry Ford, fundador da Empresa *Ford Motor Company* enviou ao Brasil funcionários para que pudessem encontrar aqui um local apropriado para investir em uma plantação de seringueiras que suprisse a necessidade de borracha, visto que, suas fábricas de carros, nos Estados Unidos, tinham, sobretudo, para a fabricação de pneus.

Henry Ford, então com 63 anos, via no trabalho e no capitalismo a salvação do homem. Foi admirado por sua perseverança e projetos inovadores e como um grande nome da produção industrial automobilística. Fabricava produtos vendidos a preços populares, acessíveis às massas, pagava a seus funcionários salários considerados bons, além de fornecer-lhes alguns serviços, como creches para os filhos dos operários, casas e atendimento médico quando necessário.

Na ocasião, o período áureo da borracha no Brasil, que durou de 1850 a 1913, há alguns anos havia acabado, após o inglês Henry Wickham ter contrabandeado sementes de seringueira para a Inglaterra, que passou a produzir e comercializar o látex, levando a produção brasileira ao declínio.

Por 63 anos, o vale amazônico dominou o mercado mundial da borracha, mas depois a bolha se rompeu, como costuma acontecer. Em apenas um ano, o ciclo da borracha na Amazônia se converteu em um fracasso. Em 1913, a borracha produzida por 70 mil sementes contrabandeadas do Brasil e plantadas nos seringais de cultivo asiáticos na Grã-Bretanha inundou o mercado, superando a venda de borracha “selvagem”, mais cara, e tirando-a de cena. O rompimento da bolha desferiu um golpe na Amazônia do qual jamais se recuperaria: em 1900, a região produzia 95% da borracha do mundo. Em 1928, quando o *Lake Ormoc* navegava perto de Santarém, a Amazônia produzia somente 2,3% da demanda mundial. (JACKSON, 2011, p.13)

Neste ponto, vamos retroceder alguns anos no tempo, a fim de situar o leitor a respeito da exploração e uso do látex antes que a seringueira passasse a ser cultivada em grande escala fora de seu habitat natural.

Segundo Warren Dean (1989), os povos indígenas, naturais da América do Sul, já faziam uso do material extraído de árvores, cujo leite era utilizado, provavelmente, “como defesa contra insetos predadores” (DEAN, 1989, p.30). Esses mesmos indígenas auxiliavam pesquisadores botânicos que recolhiam amostras destes materiais e faziam exames laboratoriais em Londres e Berlim. Assim, o uso de algumas espécies de látex, a nível internacional, começava a ser utilizada mesmo que em pequena escala, até meados do século XVIII. Sobre a descoberta da seringueira explorada na Amazônia, Dean (1989) afirma o seguinte:

Em 1736 Charles Marie La Condamine coletou amostras de borracha da Castilla no Equador, onde era chamada *caoutchouc* ou *hevé*. Quando, uma década depois, encontrou o pau-seringa em sua viagem Amazonas abaixo, confundiu-o com a Castilla. Em 1775, outro naturalista francês, Fuseé Aublet, publicou uma descrição acurada de uma árvore produtora de borracha, nativa das Guianas, que batizou de *Hevea Guianensis*, ainda aparentemente sem perceber a falta de relação entre as árvores Castilla-hévé e pau-seringa. Em 1775 Jean-Baptiste Lamarck recebeu o primeiro espécime seco de pau-seringa que chegou à Europa; suspeitou tratar-se de uma espécie diferente da que fora identificada por Aublet, mas não pode ter certeza, já que o exemplar estava sem flores. Por fim, em 1807, F.G. Sieber obteve um espécime com flores e enviou-o a Carl Ludwig Willdenow, diretor do Jardim Botânico de Berlim, que, em 1811, aplicou-lhe o epíteto *Brasiliensis*. (DEAN, 1989, p.32)

A recém nomeada *Hevea brasiliensis* foi considerada a espécie de melhor qualidade entre aquelas pesquisadas e o consumo internacional começou a crescer com os diferentes usos descobertos através de pesquisas laboratoriais, como:

“[...] mangueiras, correias, pisos e calçados, artigos esportivos e vestimentas impermeáveis, equipamentos para anestesia, cateteres, colchões de ar e sacos de água quente, para-choques ferroviários e anéis de pistão, isolamento elétrico, dentaduras, arruelas, gaxetas, juntas, selos, etc.” (SANTOS, 1980, p. 202).

Com o desenvolvimento de um processo chamado de vulcanização, em 1839, Charles Goodyear criou um novo material capaz de suportar temperaturas muito altas ou muito baixas sem que se altere seu estado físico, e, “foi o advento do automobilismo, com largo emprego de rodas pneumáticas, que definitivamente tornou a indústria contemporânea dependente da borracha” (SANTOS, 1980, p.202).

Assim, houve um crescimento acelerado de demanda externa pela borracha, e várias empresas surgiram na América do Norte e na Europa, especialmente, nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Rússia, muitas das quais, ainda hoje, lideram o mercado automobilístico e pneumático. Buscando por maior volume de matéria prima e menor custo, muitas delas investem em plantações no oriente, oriundas do contrabando das sementes realizado em 1876 por Henry Wickham. Santos (1980) exemplifica este crescimento a partir da evolução da indústria norte-americana de borracha, entre os anos de 1849 a 1919, por meio da tabela a seguir:

Tabela 1- Evolução da Indústria Norte-Americana da Borracha: 1849-1919

Anos	Estabelecimentos	Valor da produção (US\$ 1,000)	Pessoal empregado
1849	36	3.040	2.602
1869	56	14.566	6.025
1889	167	42.854	20.152
1909	267	197.395	49.264
1919	477	1.138.216	158.549

Fonte: Wallace (*History of the Rubber Industry*) apud Santos (1980, p. 201).

Em termos de toneladas e consumo mundial, pode-se dizer que “esse consumo, que era da ordem de 15.000 a 18.000 toneladas em 1880, atingia 36.000 em 1895; subiu para 52.000 em 1.900, 66.000 em 1905 e 76.000 em 1910” (SANTOS, 1980, p. 202). O crescimento das exportações e os custos cada vez mais elevados do produto impeliam a procura por novas alternativas de produção do látex, no oriente ou por meio de pesquisas, para o desenvolvimento de borracha sintética que já estava sendo desenvolvida.

Na Amazônia brasileira, as árvores da *Hevea brasiliensis* não se encontravam concentradas em um determinado ponto da floresta. Ao contrário disto, as árvores eram esparsas, sendo necessário um grande deslocamento dentro da mata para se chegar de um a outro exemplar. Dean assim descreve a espécie e sua localização na floresta:

Essa *Hevea brasiliensis* é uma árvore de floresta tropical, que cresce até a cúpula da floresta, a uma altura entre trinta e cinquenta metros. A princípio era mais comumente explorada ao longo dos cursos d'água, onde há maior facilidade de encontrá-la, já que suas sementes boiam. Mas, em geral, os maiores espécimes localizam-se em terras mais altas, em solos razoavelmente bem drenados. A árvore não se encontrava em arvoredos uniformes; ao contrário,

podia não haver mais de dois ou três espécimes exploráveis num hectare. Na medida em que a demanda de borracha crescia e a busca da *Hevea* se ampliava, descobriu-se que a *Hevea Brasiliensis*, com exceção de algumas pequenas incursões, crescia somente na margem direita do Amazonas, num vasto semicírculo com centro a oeste de Manaus, alcançando ao sul o Mato Grosso, o Acre, o norte da Bolívia e o leste do Peru, até uma latitude de cerca de oitocentos metros, dentro daquela porção da bacia que recebia pelo menos 1800 milímetros de bem distribuída precipitação pluvial anual. (DEAN, 1989, p.33).

A extração do látex exigia, assim, uma mão-de-obra abundante. De início, a partir de 1830, quando a demanda externa era ainda pequena, utilizava-se a mão de obra dos caboclos, entendidos neste texto como a população rural livre da Amazônia, mestiços filhos de brancos e indígenas (LIMA, 1999). Além dos trabalhadores rurais que exerciam a atividade extrativista, a mão-de-obra indígena escrava foi amplamente utilizada, uma vez que os escravos negros existiam em quantidade insuficiente para esta finalidade e eram destinados a trabalhos como o doméstico, tornando-se ainda mais escassa após a abolição da escravatura, o que não aconteceu com os indígenas, que continuaram sendo escravizados e comercializados para a extração do látex e outras atividades (SANTOS, 1980).

No entanto, à medida que crescia a demanda do produto, a oferta já não era suficiente, em função, principalmente, da falta de braços para o trabalho. Santos (1980), afirma que, por volta de 1808, a seca da região Nordeste do Brasil acabou fazendo com que seus habitantes passassem a procurar outros locais para viver e trabalhar, dirigindo-se então à região Norte, rica em recursos hídricos, onde passaram a desenvolver atividades agrícolas. “Mas, foi principalmente com a grande estiagem de 1877 que a entrada de contingentes do Nordeste ganhou pleno impulso na Amazônia, apesar dos ensaios de política hidráulica, então, iniciados na região expelidora.” (SANTOS, 1980, p 98).

Em termos quantitativos, Santos (1980) afirma que os dados referentes à migração nordestina para a Amazônia são controversos e baseia-se nos estudos de Graham e Buarque de Holanda (1971), que apontam uma estimativa de 117.125 migrantes no período de 1872 a 1900. Para o mesmo período, Celso Furtado apresenta um número de 260.000 pessoas e Benchimol (1965) um total de 160.125 pessoas.

Santos atribui essas diferenças, tanto na fase anterior a 1877 quanto na posterior, às falhas de registros de migrantes, considerando-as subestimadas.

Assim, um contingente muito maior de nordestinos teria deixado suas casas, fugindo das condições climáticas desfavoráveis, para o estabelecimento em um local mais promissor.

Uma vez na Amazônia, estes trabalhadores eram enviados aos seringais, nos quais sonhavam em enriquecer com a extração do látex. No entanto, o sistema de trabalho e de pagamentos dos salários aos seringueiros não permitia sequer que eles tivessem contato com dinheiro. O sistema utilizado para remunerar o trabalhador era chamado de aviamento, o qual não foi estabelecido especialmente para a extração do látex, remontando, ainda, do período colonial e se tornou uma espécie de prisão para os trabalhadores.

Por este sistema, o trabalhador receberia do aviador as ferramentas necessárias para o trabalho, comida, utensílios domésticos e deveria realizar o pagamento dos produtos adquiridos com borracha. Os valores desses produtos eram definidos pelo aviador, assim como o da borracha que receberia como pagamento. Dessa forma, antes mesmo de iniciar suas atividades, o seringueiro já havia adquirido uma dívida, que, ao ser paga, geraria outra, uma vez que precisariam novamente de produtos oferecidos pelo aviador.

O extrator da borracha era chamado pelo aviador de freguês ou aviado, e segundo Bueno:

O patrão do seringueiro tanto podia ser o grande proprietário (seringalista), que arrendava suas terras ao seringueiro, como também o comerciante local conhecido como aviador, que controlava informalmente a produção e o comércio da borracha na área. (BUENO, 2012, p.39).

O trabalho dos extratores do látex da *Hevea brasiliensis*, segundo Warren Dean (1989), tinha certa complicação inicial devido à falta de possibilidade de extração nos primeiros meses de trabalho, isso por terem, eles mesmos, que encontrar as árvores que poderiam ser sangradas em meio à floresta, estando essas distantes uma das outras, “comumente apenas duas ou três árvores por hectares” (DEAN, 1989, p. 68). Assim, efetuava-se a abertura de estradas, chamadas de picadas, para fazer a ligação entre elas. Completa o autor que “normalmente, o seringueiro abria duas ou três picadas com sessenta a cento e cinquenta árvores cada, o máximo que uma pessoa seria capaz de se ocupar.” (DEAN, 1989, p. 68).

Do mesmo modo, uma vez que os migrantes nordestinos chegavam à Amazônia sem dinheiro, o sistema de aviação tornava-se indispensável para a realização da atividade, sendo que eles não dispunham nem das ferramentas para o trabalho, nem de moradia, remédios ou de alimentos para sua subsistência durante este período. O grande problema com esse sistema consistia no fato de os produtos aviados terem valor muito superior ao produto que era entregue posteriormente como forma de pagamento, o que gerava uma dívida que não podia ser paga.

Depois de formadas as estradas nas quais o seringueiro fazia a extração do látex, assim era realizado o trabalho:

Efetua-se a sangria em dias alternados em cada estrada, a fim de permitir que as árvores se recuperassem. O seringueiro passava duas vezes por uma mesma estrada. Na primeira vez, de manhã cedinho, quando o fluxo do látex era mais pesado, fazia as incisões. Depois, na segunda passagem, colhia o látex. À tarde, acocorava-se diante de um fogo alimentado por cocos, sobre o qual suspendia uma vara, que girava sem parar, enquanto o látex gotejava lentamente. Aos poucos formava-se uma grande bola de borracha sólida. A temporada de coleta resumia-se aos seis meses de pluviosidade relativamente baixa, porque na estação chuvosas, trilhas se alagavam e os copos se enchiam de água. Dependendo das características variáveis das árvores, do tempo, do solo e dos seringueiros, essas técnicas proporcionavam uma produção anual de duzentos a oitocentos quilos por seringueiro, com uma média abaixo de quinhentos quilos. (DEAN, 1989, p.68)

Ao saírem para a coleta, os seringueiros não retornariam em horário de almoço para fazer a sua refeição, posto que a distância era demasiada longa para ser percorrida várias vezes ao dia. As condições de segurança eram praticamente nulas contra animais selvagens, doenças e possíveis confrontos com indígenas, caso as estradas fossem feitas em território indígena.

Apesar do número de nordestinos que migravam todos os anos para os seringais ser muito alto, também era muito alta a taxa de mortalidade, e, por isso, a mão-de-obra escasseava, havendo a necessidade, então, de mais braços nos seringais. Milhares dos trabalhadores que fugiram da seca nordestina em busca de melhorias de vida nunca retornaram as cidades de origem, ou enviaram notícias para suas famílias, provavelmente tendo morrido em razão da exploração de seu trabalho.

O chamado período áureo da borracha na Amazônia, entretanto, encontrou seu fim no ano de 1913. As sementes que Henry Whickham contrabandeou do Brasil

em 1876 foram vendidas ao preço de 750 libras ao Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, que iniciou de imediato os canteiros para germinação e produção de mudas. Os britânicos investiram no plantio em grande escala em colônias no Ceilão e na Malásia, com clima tropical semelhante ao do Brasil, nos quais as árvores eram plantadas próximas e das quais se obtinha látex de boa qualidade em grande quantidade e mais barato que a borracha brasileira (DEAN, 1989).

Desse modo, “em 1913 foram vendidas no mercado mundial 47.618 toneladas de borracha provenientes dessas plantações, mais do que toda a borracha obtida no Brasil naquele ano” e “a economia brasileira foi arrasada pela concorrência do Ceilão e da Malásia” (DEAN, 1989, p.65). Mas estas colônias inglesas, no entanto, não controlavam o comércio do látex, que ficava a cargo da Inglaterra.

Com o lançamento próximo de uma nova linha de carros, o modelo A, Ford tinha necessidade de adquirir uma grande quantidade de látex, mas não tinha a intenção de continuar comprando da Inglaterra, que controlava a comercialização com um cartel proposto pelo Chanceler inglês Winston Churchill. Segundo Jackson (2011, p.15) somente em 1914, “Detroit consumiu 1,8 milhão de pneus e deste total, Ford usou 1,25 milhão.”. O maior fabricante de automóveis dos Estados Unidos era também um dos maiores consumidores de borracha. Juntamente com o amigo Harvey Firestone, fabricante de pneus, Ford resistiu ao sistema.

Era julho de 1925, a Firestone havia se empenhado pessoalmente numa campanha para frustrar o cartel britânico de borracha proposto por Winston Churchill. Durante décadas a indústria americana tinha importado borracha, com muitos problemas, de colônias europeias, predominantemente britânicas, no Sudeste da Ásia. Mas quando os preços começaram a cair em 1919, Churchill, então secretário de Estado para as Colônias, aprovou uma proposta para regular a produção de borracha bruta, a fim de assegurar que a oferta não ultrapassasse a demanda. O futuro primeiro ministro conservador viria a ganhar a reputação de amigo leal da América. Mas naquela ocasião políticos e empresários denunciaram-no como arqui-imperialista e protecionista (GRANDIN, 2010, p. 35).

A Primeira Guerra Mundial havia enfraquecido o sistema colonialista europeu, e a crescente necessidade de látex para a produção de automóveis e acessórios surgira como a salvação do sistema imperialista controlado pela Inglaterra, França e Holanda. A produção de borracha ajudaria no pagamento de suas dívidas de guerra. A resistência e combate ao cartel foram incentivados por Herbert Hoover, secretário de Comércio dos Estados Unidos, que propunha o aumento no valor de produtos

americanos vendidos para a Europa e que os fabricantes automotivos investissem na própria produção de látex.

Assim, Firestone iniciou uma mobilização entre fabricantes de produtos automotivos com planos de criar a *American Cooperative Association*, que acabou não sendo criada porque os outros empresários envolvidos não viam a necessidade de criar mais animosidades entre EUA e Inglaterra. O preço subiria de 20 centavos para um dólar e vinte centavos a libra de borracha.

Henry Ford decidiu lançar-se sozinho em busca de um local apropriado à produção de borracha, delegando ao seu secretário, Ernest Liebold, a tarefa de encontrar o melhor local para a produção de *Hevea brasiliensis* (espécie mais pura e elástica de látex). Em suas pesquisas, Liebold procurou ler tudo o que podia sobre a planta, inclusive relatórios do Departamento de Agricultura Brasileiro, conseguidos por Hoover, conforme relatos de Theodore Roosevelt de sua expedição à Amazônia em 1913.

Chegou a considerar a Libéria, na África, como possível local para a produção da Ford. Harvey Firestone em breve iniciaria lá sua própria plantação, mas Liebold chegou à conclusão de que um país “inteiramente composto por negros cujas mentalidades e possibilidades são relativamente baixas” não seria o melhor local para a *Ford Motor Company* (GRANDIN, 2010, p.40). Uma vez que as sementes contrabandeadas por Wickham, das quais se obteve êxito no cultivo, vieram da Amazônia brasileira, nada mais adequado do que cultivá-las em sua terra de origem.

O preconceito de Liebold quanto aos africanos era compartilhado por Henry Ford, que se esforçava para “americanizar” os funcionários de sua empresa que fossem de outros países, forçando-os a aprenderem a língua inglesa, mudar as vestimentas e hábitos alimentares e quaisquer costumes que expressassem o país de sua origem. Assim como agia com os estrangeiros em seu país, Ford ordenaria aos seus representantes que os funcionários brasileiros fossem tratados sob seu comando em Fordlândia, tentando forçar-lhes a viver de acordo com os hábitos norte-americanos, o que demonstrava sua completa falta de respeito às diferenças e particularidades entre os homens, notadamente julgando sua nacionalidade superior aos operários. Podemos comprovar esta afirmação ao analisarmos o trecho abaixo, do livro de autoria de Henry Ford, no qual ele afirmou que:

Não há maior absurdo do que pretender a igualdade entre os homens. A natureza os fez desiguais e toda a concepção democrática que intenta igualá-los resulta num esforço que retarda o progresso. Todos os homens não podem prestar serviços iguais, porque o número dos aptos é muito menor do que dos inaptos. É possível que um grande grupo de incapazes consiga derrubar um punhado de capazes, mas cavarão a sua própria ruína. Os homens de valor são quem dirige a massa e permitem que os menos capazes vivam com menos esforço (FORD, 2012, p.16-17).

Várias pessoas estiveram envolvidas no processo de decisão pela escolha das terras nas quais Ford iniciaria seu ambicioso projeto no Brasil. Uma delas era José Custódio Alves de Lima, inspetor consular do Brasil em Nova York e que tentava uma audiência com Ford desde que ficou sabendo que ele estava à procura de um local para sua própria plantação.

Lima estava autorizado pelo governador do Estado do Pará, Dionysio Bentes, a lhe oferecer concessões de terras e isenções fiscais para que as indústrias Ford pudessem reanimar a decadente economia regional, em crise desde a queda da produção de borracha anos antes. Lima representou um papel público de importante destaque nas negociações com Henry Ford, ao contrário de outros envolvidos.

Jorge Dumont Villares, sobrinho do aviador brasileiro Alberto Santos Dumont, chegou a Belém em 1920, articulando-se com políticos, diplomatas e representantes da Ford que tinham interesse na vinda da Companhia Ford para o Brasil. Seu aliado mais importante foi William Schurz, embaixador dos EUA no Brasil, quem havia feito parte da equipe de campanha de Hoover para combater o cartel inglês proposto por Churchill.

O inglês Maurice Greite, que vivia em Belém, aliou-se também a Villares e Schurz, apresentando-lhes ao prefeito de Belém, Antônio Castro e ao governador do Pará, Dionysio Bentes. Juntos armaram um esquema em que o governador concedeu, aos três, 10 milhões de hectares de terras nas quais o cultivo de *Hevea* em larga escala era possível. A eles foi concedido um prazo de três anos para que conseguissem desenvolver a propriedade ou vendê-la, em troca ficariam com uma parcela do dinheiro que o trio conseguisse por elas.

Inicialmente, Schurz tentou, da embaixada do Rio, interessar Harvey Firestone. Mas, quando este optou pela Libéria, ele voltou a sua atenção para a *Ford Motor Company*, escrevendo cartas para Henry Ford e Ernest Liebold, seu secretário, exagerando as possibilidades da borracha na Amazônia. Como adido comercial, Schurz tinha acesso à pesquisa sobre a borracha realizada com recursos do

governo americano, que ele passou a Liebold antes que o Departamento do Comércio pudesse processá-la e colocá-la a disposição de outros possíveis investidores. (GRANDIN, 2010, p. 94)

Além das pesquisas que Liebold tinha feito, havia ainda a promessa exagerada de produção certa e abundante de borracha na área cedida a Villares pelo governo do Pará. Ele e Shurz conseguiram fazer contato com dois enviados de Ford a Belém, W.L. Reeves Blakeley e William McCullough. Segundo Grandin (2010, p. 94), Villares teria prometido a McCullough 18 mil dólares por qualquer ajuda que pudesse oferecer para que o acordo com a Ford Motor Company se efetivasse. Não há comprovação de que Blakeley teria também recebido dinheiro.

Além destes acordos feitos com a promessa de retorno financeiro, Villares continuou articulando seu plano entre pessoas importantes que poderiam fornecer-lhe algum tipo de apoio, espalhando mentiras de que as plantações Asiáticas seriam atacadas por um tipo de praga que devastaria as plantações, assim, o domínio da produção retornaria para o Brasil, onde havia plantado secretamente 500 mil mudas de *Hevea* em uma área adjacente à qual estava oferecendo à Companhia de Ford as mudas já prontas para que sua plantação evoluísse mais rapidamente.

Em 1926, Villares foi a Dearborn encontrar-se com Henry Ford e seu filho Edsel Ford, com um esboço da propriedade e um contrato em mãos, oferecendo direito à extração de minérios, madeira, petróleo e diamantes, concessão para a construção de ferrovias, estradas, hidroelétricas e monopólio sobre a produção do látex no vale. Frisou, ainda, que era doloroso pensar que uma parte da sua pátria vá para as mãos de japoneses, britânicos ou alemães”, afirmando que teria que vender as terras ou seu prazo expiraria (GRANDIN, 2010, p. 95).

O encontro com Villares fez com que Ford enviasse ao Brasil Carl D.LaRue, professor de botânica da Universidade de Michigan, que já havia participado de uma expedição em 1923 no Brasil, juntamente com Schurz, sob a chefia de Hebert Hoover. No entanto, LaRue não percorreu as mesmas áreas que havia visitado em sua primeira expedição e sim aquelas das quais Villares e Schurz dispunham. Seus relatos sobre a natureza da região eram muito favoráveis, mas o que chamou mais a atenção de Ford foram os comentários a respeito das condições de sobrevivência da população que habitava a região e que seria, provavelmente, os operários de suas plantações e fábricas na Amazônia.

Ressaltou o sistema de trabalho baseado na servidão pela dívida, que caracterizou o trabalho nos seringais durante o ciclo da borracha, conduzindo os trabalhadores a um estado de trabalho duro e incessante para pagar por bens de péssima qualidade, adquiridos anteriormente apenas para sobrevivência de suas famílias e suas crianças, mercadorias vendidas nos barcos que ancoravam às margens do rio em troca de comida. Henry Ford era contra o trabalho escravo. Pagava salários considerados bons aos seus funcionários e prezava pelo esforço e trabalho duro. Alegava que não fazia caridade, exigia dos trabalhadores que fizessem jus ao salário, o que se daria com o esforço em seguir as exigências do dono da empresa.

Jackson (2011, p.16) descreve que LaRue teria confabulado com Villares e Schurz para que Ford comprasse, em 21 de julho de 1927, a concessão de terras deles pelo valor de 125 mil dólares. Para fechar o acordo com o governo brasileiro, enviou ao país O.Z. Ide e W.L. Reeves Blakeley (que já conhecia Villares e suas intenções). Foram recebidos em Belém por John Minter, cônsul americano, Gordon Pickerell, revendedor Ford local e Jorge Villares. O.Z. Ide estranhou o fato de Blakeley já conhecer Villares, uma vez que ele não havia mencionado o fato anteriormente.

Reuniram-se com o governador Bentes para acertar os termos do negócio e surpreenderam-se com o fato de ter todas as suas exigências aprovadas em uma lei levada ao legislativo. Adquiriram, então, um milhão de hectares, dos quais a metade correspondia à concessão de terras de Villares e a outra metade foi recebida de graça. No ano seguinte, Ford teria descoberto que o estado do Pará estava disposto a entregar-lhe as terras gratuitamente.

O pagamento a Villares teve todas as características de uma trapaça, e, segundo vários relatos, Ford jamais voltaria a confiar em LaRue. No entanto, os termos eram favoráveis, e Ford seguiu adiante de maneira resoluta. O governo do Pará estava disposto a anistiar os impostos de Ford por cerca de cinquenta anos; e por sua vez, a empresa Ford. Inc. prometeu ao governo um retorno de 7% de todos os lucros após 12 anos. Ford prometeu começar a conquista industrial da Amazônia e esperava que seus filhos e netos concluíssem o trabalho nas décadas futuras. Para Ford, quando o *Lake Ormoc* partiu de Dearborn, encaixou-se a peça que faltava. (JACKSON, 2011, p.16)

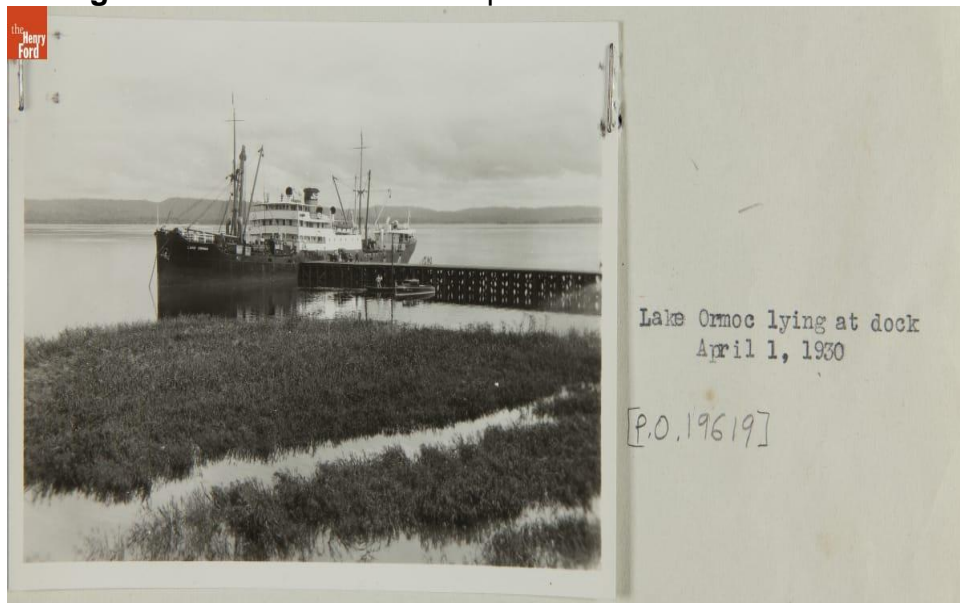
A partir daí começam os investimentos em recursos materiais e humanos para serem enviados ao Brasil para dar início à construção do empreendimento de Ford na Amazônia brasileira.

2.3 A CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL

Lake Ormoc era o navio enviado por Ford, que rebocava a barcaça *Lake LaFarge*, carregados com todo tipo de aparato de que seria necessário para levantar a Fordlândia. Levavam desde recursos humanos, como funcionários para comandar o projeto, a tratores, barcos menores, uma locomotiva, carros, casas e fábricas pré-moldadas. Henry Ford recriou uma típica cidade norte-americana, com casas ao estilo norte-americano equipadas com eletrodomésticos no interior da floresta amazônica, com hidrantes nas ruas, campo de golfe e quadra de tênis para a recreação. Um hospital foi construído para o atendimento dos funcionários, uma usina de força, uma serraria e escola. Tudo trazido dos EUA nos porões do navio.

O fato de Ford ter enviado para o Brasil todo este material reforça a ideia de superioridade em relação ao estrangeiro. Não se trata somente do envio de materiais de que necessitariam para as instalações, mas, também da imposição de uma cultura muito diferente daquela com a qual estariam em contato. As casas construídas para os gerentes da CFIB na chamada Vila Americana entravam em contradição com as modestas instalações dos seringueiros, erguidas com barro e palha. As casas dos funcionários das fábricas foram feitas com materiais que retiam calor, completamente inapropriadas para o clima da região, assim como vários outros aspectos que denotam o completo desrespeito pelos costumes brasileiros, como tratamos mais adiante.

Figura 2 - Navio Lake Ormoc parado na doca de Fordlândia



Fonte: <<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact189939#/slide=gs-365610>>.

O.Z. Ide retornou aos EUA, e Ford nomeou Blakeley para chefiar a fundação de Fordlândia. Unindo-se a Villares e a outros 25 trabalhadores, começam a viagem rumo à vila em uma lancha de expedições. Nem todas aquelas terras, no entanto, faziam parte da concessão adquirida anteriormente. Vários lotes tinham documentação pertencente à famílias da região, estabelecidas ali anos antes e que exploravam a borracha da região. Uma dessas era a família Franco, representada por Luis Franco, quem possuía as terras da então denominada Vila de Boa Vista, onde Blakeley pretendia construir o porto e a sede do projeto Ford.

Depois que Ford fechou o acordo com o governo do estado, seus representantes se encontraram com Franco em sua cozinha e começaram a empilhar dinheiro em sua mesa. Enquanto observava, os olhos do velho homem se arregalaram. Jamais vira tanto dinheiro de uma só vez. Quando as pilhas ficaram mais altas que sua cabeça os homens de Ford deram um passo para trás. O velho Franco olhou para as pilhas e depois para os homens, e então colocou o dinheiro em um saco de lona. Não disse uma palavra sequer, mas estendeu a mão. O acordo estava feito. (JACKSON, 2011, p.17)

Apesar de tudo ter corrido bem com as negociações, não foi possível iniciar de imediato a construção da cidade e das fábricas porque durante o período de estiagem da Amazônia o nível das águas impossibilitava que o *Lake Ormoc* chegasse até o local destinado, em função de um leito rochoso 80 km antes da chegada. Assim, em setembro de 1928, o *Ormoc* e o *LaFarge* chegam em

Santarém, a 160 km de Fordlândia e lá esperariam por quatro meses até poderem chegar ao destino final, chegando a antiga Boa Vista no final de janeiro de 1929.

O trabalho que antecedeu a chegada do navio compreendeu o início da limpeza do local para plantação. Entretanto, a falta de higiene e limpeza do local no qual estavam vivendo os funcionários da companhia gerava a proliferação de moscas e mosquitos e os casos de malária cresceram consideravelmente. Ford prezava pela higiene e pela saúde de seus funcionários, pois precisava de operários sadios para que pudessem dar o melhor de si no trabalho. A situação relatada a Dearborn pelo revendedor da Ford Kristian Orbeg, após uma visita às instalações de Fordlândia apontava que dois riachos existentes estavam poluídos pelo lixo gerado pelos trabalhadores, os alimentos teriam apodrecido e havia grande necessidade de gelo para a conservação de alimentos. (GRANDIN, 2010, p. 146).

Com trabalhadores doentes e com a falta de maquinário, devido ao atraso da chegada dos navios, o trabalho ficou parado. Com o auxílio de motosserras, Blakeley e Villares ordenam a derrubada e queimada das árvores, porém o fizeram no período das chuvas, quando a madeira não seca devido às chuvas diárias. Os troncos não queimavam, o que fez com que utilizassem querosene para incendiar a derrubada. O fogo fugiu de controle e, segundo relatos dos moradores, foi o maior incêndio já visto na área, queimando centenas de hectares de mata nativa e com dias de duração (GRANDIN, 2010, p.146).

Um espetáculo que também ficou inesquecível para mim foi a queimada de centenas de hectares de floresta primitiva que havia sido derrubada para o plantio do seringal. Foi uma imensa fogueira que passou dias ardendo e aquele fogaréu todo me assustava dando a impressão que o mundo estava se consumindo em chamas. A grande quantidade de fumaça que se erguia para o sol fazia-o avermelhado e baço, enchendo tudo de fuligem e transformando a paisagem em algo tétrica e opressivo.

Mesmo estando do outro lado do rio e portando a mais de três quilômetros daquele inferno de chamas e fumaça, eu me sentia inquieto uma vez que pequenos gravetos e folhas ainda ardendo, vinham cair no Urucurituba. (FRANCO, 1998, p.81).

Figura 3 - Área de queimada em Fordlândia.



Fonte: <<httpswww.thehenryford.orgcollections-and-researchdigital-collectionsartifact185956#slide=gs-365612>>

O.Z. Ide, em seu retorno a Dearborn, após ajudar Blakeley a firmar negócio com o Brasil, já havia informado à Henry Ford sobre o comportamento inadequado do companheiro e seus modos grosseiros. A descoberta de que o governo teria entregado a totalidade das terras sem custos e a suspeita de Ford de que Blakeley teria participado do golpe, somados a relatos do comportamento dele no acampamento, desvios de dinheiro e cobranças arbitrárias de produtos vendidos aos trabalhadores no Brasil, levaram a *Ford Motor Company* a dispensá-lo de suas atividades no mês de outubro de 1928. O pouco de ordem da vila acabou sem alguém no comando. Deparava-se com apenas 380 homens no trabalho pesado e com altas taxas de mortalidade por malária e picadas de cobra. Os homens se revoltaram por estarem comendo carne estragada nas refeições, armados com seus utensílios de trabalho saquearam a cozinha e o depósito.

Villares tomou proveito da situação e relatou a Dearborn que conseguiu restabelecer a paz matando dois bois para alimentar os trabalhadores e fazendo um acordo no qual os trabalhadores comprometiam-se a não atacar os norte-americanos. No entanto, Villares foi embora de Fordlândia por ordem do governador Bentes, partindo rumo à França em 1929, após a publicação do jornal *A Manhã*, do Partido Comunista Brasileiro, o qual revelava toda a verdade sobre os subornos que envolveram as negociações das terras de Fordlândia.

Blakeley nada sabia de cultivo de *Hevea*, assim como Villares e, após a sua destituição, Henry Ford ofereceu o cargo de gerente da plantação a Einar Oxholm, capitão de navios que também não conhecia nem o Brasil nem o cultivo da seringueira. O que motivou Ford a essa contratação foi a fama de completa honestidade do capitão, que aceitou a proposta e partiu para o Pará, encarregado de “limpar a bagunça” de Blakeley e estabelecer a ordem segundo os padrões da *Ford Motor Company*. As expectativas em torno de seu trabalho, no entanto, não garantiram seu sucesso.

Os navios chegaram em janeiro de 1929 à Fordlândia e Oxholm iniciou a construção de um escritório, hospital e oficinas temporários, assim como, de barracões onde os trabalhadores se “espremiavam”, enquanto que, nas proximidades as famílias dos casados construía casebres decrepitos, nada parecidos com as acomodações ao estilo Ford. O maior problema continuava a ser a contratação da mão-de-obra e manutenção dela.

2.4 OS TRABALHADORES DOS SERINGAIS DE FORDLÂNDIA

A história da exploração da seringa no Brasil teve início ainda com as populações indígenas, que já a utilizavam em seu cotidiano, e perpassa o período de seu auge, especialmente entre os anos de 1850 e 1913, como já citado anteriormente. Durante este período, a mão-de-obra para a extração e coleta do látex dependeu basicamente da força de trabalho do migrante nordestino, que fugia das secas consecutivas do Nordeste em busca de melhoria de vida, esperando encontrar terra com água em abundância e promessas de riqueza com o promissor trabalho nos seringais na Amazônia.

Mas, quem eram e de onde vinham os trabalhadores dos seringais de Fordlândia? A Instalação da CFIB aconteceu quase vinte anos após a queda da produção da borracha brasileira, somente no estado do Pará, um local específico em meio à Amazônia, no qual as distâncias são grandes e a comunicação e transportes escassos e lentos. Ressalta-se que que a CFIB tenha importado, além de recursos materiais, também recursos humanos, os cargos ocupados pelos estrangeiros eram de chefia e seriam necessários milhares de trabalhadores para o plantio das seringueiras.

Nos livros e artigos consultados para esta pesquisa (AMORIM (1995); CRULS (1939); GRANDIN (2010); LOURENÇO (1999)), discute-se a temática. Esses homens são citados como caboclos nativos, em uma concepção de mestiços de brancos e indígenas, dedicados a atividades extratoras e agricultura de subsistência. Além destes, eram também seringueiros remanescentes do período áureo da borracha, encerrado na década de 1910, a grande maioria proveniente do Nordeste que permaneceram em terras amazônicas.

Nas pesquisas realizadas por Lourenço (1999), os trabalhadores dos seringais de Fordlândia são objetos de estudo, sobre os quais se fez investigação documental e pesquisa de campo. Segundo esta autora, ao serem admitidos pela CFIB, os trabalhadores recebiam um número, uma chapa de identificação com este número nela gravado e um envelope chamado "*record of employee*" (registro de empregados) no qual eram arquivados todos os papéis que se referiam à vida funcional de seus trabalhadores" (LOURENÇO, 1999, p.128).

Para que fossem admitidos, no entanto, além de passarem por inspeção médica e policial, deveriam apresentar seus documentos de identificação e alistamento militar. Na época não se dava muita importância aos registros de cartório no interior da Amazônia, então muitos dos trabalhadores não os possuíam. A providência seria, então, consegui-los, o que muitas vezes levava pessoas provenientes de outros estados a registrarem-se como paraenses, para evitar a burocracia e gastos que teriam, se fizessem o contrário. Dessa forma, o trabalhador oriundo de outros estados era registrado como paraense pela CFIB, mesmo que não fosse.

A notícia da vinda de Ford corria a Amazônia, mas nunca veio a concretizar-se. Ele chegou a dizer que quando viesse ao Brasil visitar sua Fordlândia, o faria de avião, não de navio. No entanto, Henry Ford nunca veio. Comandava seu projeto de Dearborn por meio dos funcionários que nomeara para gerenciar a plantaçoão. A esperança por um trabalho atrairia milhares de pessoas para trabalhar para a Companhia ou simplesmente para "a Ford", como diziam os populares, qual mantinha sua sede em Belém,

Seringueiros de toda a Amazônia foram para Fordlândia, assim como vários outros trabalhadores que viam na chegada da Companhia uma oportunidade de trabalho. Segundo dados colhidos e organizados por Lourenço (1999, p.133) no Ministério da Agricultura do Pará "a partir da década de 40, especialmente 1943,

aumenta significativamente o número de trabalhadores que vinham de outros estados que não o Pará”, sendo que destes observa-se grande quantidade de migrantes cearenses, 225 trabalhadores que teriam vindo do Crato no ano de 1944, e outros tantos provenientes de outros municípios do Ceará.

Os que chegavam de longe e não tinham acesso direto, iam até os postos instalados em vários locais, como Santarém, para recrutamento de trabalhadores, nos quais recebiam atendimento médico, roupas novas, alimentação e cuidados com a aparência, como serviço de barbearia. Depois disso, eram enviados de barco para a sede do projeto, em uma viagem de dois dias. Ficavam alojados em barracões, construídos como moradia provisória até que a vila estivesse estruturada.

Eram encaminhados ao setor de pessoal, no qual passariam por entrevista rigorosa, da qual dependeria sua contratação ou sua dispensa do trabalho. Nessa fase, o candidato tinha definido qual seria sua função, o salário que ganharia, como seria a forma de pagamento, quais benefícios receberia e quem seria o capataz ao qual seriam subordinados. Recebia, se contratado, uma chapa de alumínio, pela qual pagariam a importância de dez mil réis deduzidos do salário, e, a partir deste momento passaria a compor mais um número e dispondendo-se a trabalhar de acordo com o sistema fordista, rígido, disciplinado, repetitivo e que obedecia a uma hierarquia (AMORIM, 1995, p. 38), muito diferente de tudo aquilo que já haviam experimentado em trabalhos anteriores.

Era também por esse “número da chapa”, que a Companhia controlava as faltas dos empregados para descontos posteriores, alteração de salários, conclusão de serviços, licenças e tratamento médico, transferência de serviços (entre Belterra e Fordlândia), pagamento de férias, e, principalmente, a “descarga de ferramentas”, quando por ocasião de falta de algum instrumento de trabalho, o trabalhador tinha o valor do mesmo descontado do seu pagamento de acordo com preço do objeto, conforme a autorização assinada por ocasião de sua contratação. (AMORIM, 1995, p. 39)

Na grande maioria dos casos, essas pessoas eram moradores de comunidades ribeirinhas, acostumados com um ritmo de vida no qual trabalhavam pela subsistência, de acordo com as suas necessidades, ou mesmo, haviam trabalhado na extração de látex mas no ritmo do trabalho havia uma marcação diferenciada. Saíam pela manhã talhando os pés de seringa e acoplado os copos coletores, percorrendo um trecho específico em meio à mata, retornando no final do dia, fazendo o recolhimento do material coletado. A produção era marcada pela

quantidade de látex coletado, não pela quantidade de tempo trabalhado. O modo de produção e trabalho fordista era completamente desconhecido por eles. Em 1939, Cruls assim descrevia a situação da adaptação da mão-de-obra ao trabalho para a Companhia:

Acredita o Sr. Johnston que esse entrave seja em grande parte devido à falta de hábito que tem o caboclo amazonense por qualquer trabalho metódico e com fixação à terra, uma vez que sempre se entregou ao nomadismo da indústria extrativa. Justamente em 1938, houve uma prova típica e comprovante dessa asserção. Tendo-se dado uma alta súbita nos preços das sementes de cumarú (*Disteryx*, diversas espécies) perto de 300 homens abandonaram a Companhia para ir tentar a sorte na apanha daquele produto. É bem de ver que terminada essa colheita irradia, grande parte deles quis voltar ao trabalho regular e a Gerência, por não ter quem os substituísse, fechando os olhos a essa falta, recebeu-os de muito bom grado. (CRULS, 1939, p.15)

Nas fichas de contratação, além de informações referentes a trabalhos anteriores, alfabetização e informações sobre deduções salariais, uma averiguação sobre a saúde dos trabalhadores era realizada. O histórico de doenças podia determinar se o candidato seria admitido ou não, “no entanto, a necessidade por mão-de-obra levava, algumas vezes, a Companhia a recuperar o estado do candidato que apresentasse uma anormalidade pequena, para que o mais rápido possível ele estivesse apto a assumir a sua função” (AMORIM, 1995, p.39).

A contratação podia ser por tempo prolongado ou definido como quinzenal, ou mensal, da forma que se fizesse necessário. Caso o empregado não realizasse o serviço no tempo determinado, era demitido e deveria retirar-se das terras da Companhia no prazo máximo de três dias, sozinho ou com a família caso a tivesse.

Poderia levar consigo a família apenas o trabalhador que fosse casado. Todos teriam direito a atendimento médico e hospitalar se necessário e Ford não admitia que pessoas ociosas aproveitassem dos benefícios que sua empresa oferecia, nem que fossem alimentados à custa da empresa. Afirmava que “a caridade tornar-se-á desnecessária se os que vivem dela fossem retirados da classe improdutiva e postos na classe produtiva.” (FORD, 2012, p.176). Nas dependências da CFIB encontravam-se trabalhando, além dos homens adultos, as mulheres e as crianças que pudessem desenvolver qualquer tipo de atividade.

Este foi mais um dos fatores aos quais os trabalhadores da companhia não estavam acostumados. A maioria dos trabalhadores não era casada, vivendo

“amasiados” com suas companheiras. Isto fez com que muitas dessas pessoas tenham se estabelecido nos arredores da vila, escondidos, em casebres, para que os homens pudessem trabalhar e conseguir o seu sustento.

Nos “records” constavam ainda os dados referentes ao salário pago aos menores de idade e adultos em funções específicas e evidenciavam a diferença salarial entre homens e mulheres, que ganhavam salários muito inferiores aos dos homens mesmo que realizassem a mesma tarefa. Segundo relatos dos moradores contidos nas pesquisas de campo de Eliane Lourenço (1999), as mulheres que tivessem filhos deveriam retornar ao trabalho logo após o parto, no máximo em quinze dias, se quisessem receber.

Este sistema de trabalho, novo para os trabalhadores regionais, fazia com que muitos abandonassem o trabalho assim que podiam. Muitas vezes, ao receber o primeiro salário largavam suas funções e voltavam para o seu local de origem.

Oxholm não conseguia contar a Dearborn porque estava tendo tantas dificuldades para formar e reter uma força de trabalho estável. “Temos perdido muitos homens sem qualquer motivo específico”, escreveu ele à sede da empresa em junho. Os capatazes eram incapazes de impedir que os trabalhadores pegassem seus barcos e partissem. A maioria se recusava a dizer por que estava saindo, mas Oxholm acreditava que eles não quisessem trabalhar durante a estação da seca, que também era a estação dos insetos, “quando aumenta a incidência de febre”. (GRANDIN, 2010, p.160)

O problema da falta de mão-de-obra foi uma constante desde o princípio do projeto, o que levaria a Companhia a contratar mão-de-obra infantil. Crianças eram contratadas para os trabalhos “mais leves”, como germinadores nos viveiros de *Hevea*, ou como catadores de larvas quando elas começaram a aparecer no pomar e na horta que abasteciam a vila. Os salários pagos eram muito inferiores ao salário pago para homens adultos, que recebiam cerca de Cr\$1.135² por hora de serviço, enquanto as crianças recebiam Cr\$ 0,50 pela mesma jornada de trabalho (AMORIM, 1995, p.43).

Em suas fábricas de Detroit, Ford pagava a seus funcionários um salário de cinco dólares por dia de trabalho e nos primeiros contatos de Lima com Henry Ford, o empresário prometera pagar uma soma igual aos funcionários do Brasil, caso a empresa viesse a se estabelecer no país. Na realidade, o que ele fez foi oferecer um

² Convertido em valores atuais pelo site <http://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=50>, o pagamento seria de R\$ 0.41 para os homens adultos e R\$ 0.02 para crianças.

salário um pouco mais alto do que aqueles que os trabalhadores dos seringais estavam acostumados a receber. A grande procura de pessoas por trabalho na Companhia Ford do Brasil deu-se, em parte, pela promessa deste salário.

No entanto, ao depararem-se com o valor real, as condições de trabalho e alimentação e ao sistema fordista, rígido e disciplinado, os funcionários muitas vezes decidiam abandonar o trabalho e voltar para casa. Por mais que a evasão fosse grande, o fluxo de pessoas chegando continuava crescendo e, entre 1929 e 1930, Fordlândia chegou a ter uma população de 5 mil pessoas.

Nos Estados Unidos vigorava a Lei Seca, que proibia a produção e comercialização de bebidas alcoólicas. “Com a chegada de relatos de farras etílicas na Amazônia, ele insistia que o que fosse lei nos Estados Unidos fosse política da empresa no Brasil” (GRANDIN, 2010, p 168), persistindo em uma política de tolerância zero, que mesmo com todos os esforços não conseguia se fazer cumprir. Ao fecharem-se os bares e bordéis dali, uma ilha foi escolhida como local de concentração destes estabelecimentos, na qual iam os funcionários em busca de alguma diversão.

A prostituição fez aumentar os casos de pessoas com doenças venéreas no hospital, e os trabalhadores doentes eram tratados, ao contrário das prostitutas, pelas quais a Companhia não se responsabilizava. “Não queremos ter nada a ver com elas e temos recusado seu tratamento, qualquer que seja a maneira. Esperamos que assim fazendo elas serão forçadas a sair”. (GRANDIN, 2010, p.170).

2.5 OS PROBLEMAS DE FORDLÂNDIA, A DESISTÊNCIA DO PROJETO E SEU ABANDONO

Desde o princípio das atividades da CFIB nas terras de Fordlândia, uma série de problemas foi ganhando, com o passar dos anos, tornando inviável a continuação do projeto. Nesta subseção, elencamos os principais motivos para que isto viesse a acontecer.

Como já retratado anteriormente, a própria chegada dos navios da Companhia à Fordlândia foi atrasada em vários meses em razão do período de estiagem, quando o nível do rio Tapajós baixa consideravelmente e os bancos de areia que se formam impedem a passagem de embarcações de grande porte como o *Lake Ormoc* e o *Lake La Farge*.

Este problema persistiu, uma vez que seria necessário utilizar o rio sempre que fosse preciso receber mercadorias em Fordlândia e escoar a produção dela resultante. Além das dificuldades com a navegação pelo Tapajós em determinadas épocas do ano, a grande distância do Município de Santarém e da capital Belém dificultava o abastecimento comercial e a comunicação.

O modo como as terras de Fordlândia foram tratadas para o plantio e o modo como vinham se desenvolvendo as mudas de *Hevea* também constituíam um problema com o qual a companhia estava tendo dificuldades em lidar. O terreno era, em sua maior parte, acidentado e as mudas que estavam sendo plantadas não apresentavam a qualidade e o desempenho esperados para a plantação.

Segundo Dean (1989, p.114), em dois anos haviam sido plantados somente 900 hectares de *Hevea* em Fordlândia, enquanto 13.610 hectares foram plantados em um seringal de Sumatra, na Indonésia, com um investimento aproximado ao seringal brasileiro.

A CFIB também não contava com alguém que fosse especializado em agricultura tropical ou que tivesse qualquer tipo de experiência com o plantio de seringueiras. Segundo Costa (2012):

No início das atividades da Companhia Ford Industrial do Brasil, os métodos adotados para plantio e formação de seringais foram bastante empíricos. Consistiam, basicamente, na coleta de sementes de seringueiras nativas, na formação de sementeiras e no transplante das mudas destas sementeiras para o local do plantio, onde, com alguns tratos culturais, eram deixadas a crescer até a idade de corte. (COSTA, 2012, p.116)

Após erros sucessivos de escolha de sementes, mudas e técnicas de plantio, a Companhia contrata James R.Weir para assessorá-los, visto que Weir trabalhara para a Goodyear na Sumatra e por lá se desenvolvia uma técnica de enxertos que poderia fortificar as seringueiras. Weir chega a Fordlândia em 1933 e condena vários aspectos da plantação, sendo um deles o chamado mal das folhas, que já se manifestava nas áreas plantadas. (DEAN, 1989, p.118)

Mudas de *Hevea* mais resistentes chegam ao Brasil um ano após Weir, que recomenda que as mudas não sejam plantadas em Fordlândia, mas em uma localidade mais adequada o que poderia favorecer o crescimento e produção das seringueiras enxertadas. Além disso, esperava-se superar o problema da

comunicação, chegada de navios de grande porte e a contratação de mão-de-obra, uma vez que a nova área seria próxima a Santarém, a apenas 50 km desta.

Então, conforme afirma Cruls (1939):

[...] os dirigentes da Companhia pleitearam e obtiveram, em 1934, a permuta de uma área com 281.500 hectares, cortada ao fundo de sua concessão, por outra, das mesmas dimensões e também à margem direita do Tapajós, mas esta em região plana, uma esplêndida chapada, apenas a 30 milhas de Santarém, com frente para um trecho de rio sempre amplo e fundo, e onde, a qualquer época do ano, podem lançar ferro navios de boa tonelagem. (CRULS, 1939, p.5)

O jornalista Gastão Cruls, em visita realizada a esta nova concessão da companhia chamada Belterra, no ano de 1938, pôde realizar várias constatações sobre a CFIB. O seu objetivo inicial era chegar a Fordlândia, o que não foi possível justamente por problemas relacionados à locomoção.

Como resultado de sua visita, escreveu um artigo publicado pela Revista Brasileira de Geografia, no ano de 1939. Em seu trabalho Cruls retrata, “Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil”, após tantas especulações acerca do empreendimento, semelhante aos desenvolvidos no oriente, visto que seu intuito era vislumbrar como estavam sendo realizados os trabalhos pela Companhia passados dez anos da fundação da mesma.

Segundo Cruls (1939) nesta nova área uma estrutura muito semelhante à de Fordlândia foi montada, novamente em padrões norte-americanos, dessa vez com acesso pelo rio ou por terra e assim que se encontravam de posse dessas terras iniciou-se o trabalho de desmatamento de grandes áreas para o plantio de novos seringais. Para que se obtivesse um plantio de maior qualidade com possibilidades de ser rentável à empresa, modificou-se a maneira como foram feitas as plantações, utilizando para tal finalidade mudas enxertadas com outras espécies de *Hevea*.

Ao contrário do que, por motivos vários, não pode ser feito inicialmente na Fordlândia, aqui tem prevalecido um rigoroso critério de seleção e trato das culturas. Assim, todas as plantas nativas, isto é, oriundas de sementes amazônicas, ao atingirem um ano e meio, sofrem o enxerto de outra *Hevea*, esta de proveniência oriental, escolhida dentre inúmeras variedades (aproximadamente umas 60) que, há alguns anos, sob a forma de mudas, a Companhia conseguiu importar do Oriente. Hoje, conforme nos informaram, essa importação já não seria possível, devido a uma proibição dos produtos ingleses. (CRULS, 1939, p.6)

Quanto a esta informação, Cruls mostra-se bastante convencido de que, deste ponto de vista, a nova concessão teria grandes chances de sucesso, uma vez que as plantas seriam melhoradas e um sistema de adubação do solo e controle de lagartas poderia garantir às plantas um crescimento saudável.

A mesma empolgação não se mostra, no entanto, em termos de área total de plantio, muito inferior à desejada pela companhia, e, problemas com a falta de mão-de-obra, o que se esperava solucionar com estabelecimento de uma área mais próxima a Santarém, são novamente apontados. “A Companhia esforça-se por plantar 2.000 hectares por ano, mas lutando permanentemente com a falta de braços, esse programa não tem sido realizado” (CRULS, 1938, p.9). De tal modo, o mesmo problema enfrentado pela concessão de Fordlândia preocupa os gerentes em Belterra, que conseguiam plantar apenas 800 dos 2.000 hectares anuais pretendidos.

A produção de borracha de Fordlândia e Belterra não seria destinada ao mercado mundial, nem ao norte americano de maneira geral, mas, especificamente, às indústrias de Henry Ford. Dessa produção, nenhuma parcela de lucro seria revertida para o país, nem a empresa pretendia realizar alguma obra de cunho social como forma de contrapartida à total isenção de impostos oferecida pelo Governo. As estruturas implantadas pela Companhia serviam única e exclusivamente aos seus interesses, como forma de melhoria de rendimentos financeiros.

Ainda de tal modo, em suas considerações finais, Cruls (1939) expressa uma certa esperança de que o empreendimento ultrapassasse as expectativas de sua produção, apesar de todos os indícios indicarem o contrário e de que o látex proveniente de Belterra pudesse concorrer com o Asiático e ser preferido a ele em função de sua excelente qualidade. Encerra seu texto afirmando que “após tanto tempo de vida vária e erradia, o nosso caboclo fixa-se pela primeira vez à terra e a sua mão, que quase só sabia colher e depredar, habitua-se enfim ao gesto do semeador.” (CRULS, 1939, p.22).

Pode-se perceber, assim, o quão superestimado o empreendimento havia se tornado, apenas dos fortes indícios de que os objetivos não seriam alcançados, em uma supervalorização do trabalho desempenhado pelo estrangeiro. No entanto, ao mencionar o trabalhador dos seringais, Cruls imprime uma visão de total desvalorização e incompreensão das particularidades e da diversidade apresentada, além de taxar o trabalho extrativista, desenvolvido anteriormente por uma parcela

desses trabalhadores, como depredadora, numa visão de redenção desempenhada pela Companhia ao “ensinar a eles o gesto do semeador”, colocando-os numa clara posição de inferioridade.

Enquanto os investimentos voltaram-se para Belterra, Fordlândia teve o plantio interrompido. Havia seis anos que as plantações tiveram início e as árvores maiores começaram a se espalhar pelas copas que se tocavam. A doença do mal-das-folhas, que apesar de ter estado desde o início presente, agora se tornava uma praga, espalhando-se rapidamente e sem métodos eficazes no seu controle e erradicação. Desse modo, mesmo que sobrevivessem, as árvores teriam crescimento retardado, produtividade comprometida e “nada indicava que esses seringais pudessem ser explorados de forma lucrativa”. (DEAN, 1989, p.120).

O mal-das-folhas manifestava-se, sobretudo, em épocas úmidas e diminuía sua incidência na seca. Em Belterra, esperava-se que as plantas fossem mais resistentes ao mal das folhas, por serem árvores enxertadas com esta finalidade. No ano de 1940, as plantações sofreram com sua rápida propagação, tendo cessado com a chegada da seca. Em 1941, novamente a doença se manifesta e dizima 60% das plantas recém-nascidas, afetando 70% da plantação com árvores de copas fechadas. (DEAN, 1989, p.124).

A baixa produtividade das plantas e o volume claramente insuficiente de árvores plantadas, somados ao mal-das-folhas, constituíram um dos grandes motivos pelos quais Fordlândia e Belterra não deram certo. Acrescenta-se também a mão-de-obra insuficiente para as expectativas do projeto, mas outro grande empecilho se forma. Além dos problemas locais, desde a descoberta dos usos da borracha natural, muitos cientistas lançaram-se às pesquisas em busca de um material artificial que realizasse as mesmas funções que este, chamado de borracha sintética, feita com elementos derivados do petróleo. A formação de cartéis para controle da comercialização do látex natural impulsionou o desenvolvimento e produção da borracha sintética na Europa e nos Estados Unidos, já alcançando números consideráveis.

Para Costa (2012):

Fica claro, portanto, que a Companhia Ford Industrial do Brasil foi incapaz de estruturar-se, ao longo de sua existência, seja para o lucro, seja para atender as necessidades da *Ford Motor Company*. E isto, em decorrência da incapacidade de formar a massa de meios de produção para obtenção da borracha. Isto, é, como resultado da

incapacidade de subordinar força de trabalho em volume adequado, quer para atingir níveis de produção que permitissem o lucro, quer muito menos, para alcançar escalas maiores de produção. (COSTA, 2012, p.102)

Por fim, nos anos de 1944 e 1945, o mal das folhas voltou a ser epidêmico, tanto em Fordlândia quanto em Belterra e a produção de látex nunca ocorreu da maneira esperada pela CFIB. Edsel Ford, que comandava o projeto de longe junto a seu pai Henry, havia falecido em 1943 e seu filho Henry Ford II assumiu presidência da *Ford Motor Company* em seu lugar. A decisão de dissolução da Companhia Ford Industrial do Brasil já havia sido tomada em 1943 por Henry e Edsel Ford, mas foi Henry Ford II quem a executou (COSTA, 2012, p.124).

Nenhuma entidade interessou-se em comprar o acervo da Companhia e “pelo Dec. de Lei nº 3.440 de 24 de dezembro de 1945 são estabelecidas as condições de transferência do patrimônio da Companhia para a União” (COSTA, 2012, p.124). O Banco de Crédito da Borracha S.A. pagou o valor de aproximadamente 250 mil dólares à *Ford Motor Company*. Dessa forma, os norte-americanos residentes nas duas plantações pegaram seus pertences pessoais e partiram, deixando para trás tudo o que fora construído e todas as pessoas que trabalhavam para a Companhia.

A presença da Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia brasileira causou, quando de sua instalação, uma grande movimentação de pessoas que iam e vinham de Fordlândia e Belterra, as duas concessões das quais a Companhia pôde fazer uso. A esperança de prosperidade seduziu não somente as pessoas que trabalharam diretamente para a empresa, mas a promessa de desenvolvimento para a Amazônia, de maneira geral, era anunciada em jornais da época. No entanto, os termos do contrato firmado entre o Estado do Pará e a CFIB ofereciam total liberdade de exploração dos recursos naturais das terras concedidas, com isenção total de pagamento de impostos.

Dessa maneira, durante os 18 anos de existência da CFIB, a empresa explorou os recursos naturais e humanos com apoio do governo brasileiro sem oferecer absolutamente nada em troca. As condições de vida e relações sociais e culturais das pessoas envolvidas foram afetadas drasticamente, assim como as áreas naturais afetadas pelo desmatamento, queimadas para o plantio das seringueiras. A retirada repentina da empresa da Amazônia e a extinção da CFIB pegou a todos os moradores e funcionários de surpresa. O Ministério da Agricultura, órgão federal brasileiro, passou a ser o responsável pelos funcionários e muitos

deles continuaram em Fordlândia e Belterra trabalhando para o governo brasileiro. Dos moradores antigos encontrados hoje nestes locais que vivenciaram este período, a maioria aposentou-se como funcionário público federal.

No mais, o saudosismo e a nostalgia preenchem os relatos das memórias dessas pessoas, que viam na Companhia a esperança de melhoria de vida e a tinham como exemplo de organização e cuidado com a natureza e a vida dos funcionários. Os reais interesses desta empresa com relação aos “benefícios” concedidos aos trabalhadores parecem não fazer parte da percepção que os mesmos têm de tudo que foi realizado, restando a grandiosidade das realizações dos estrangeiros e o orgulho que sentem em terem participado ativamente desta história.

O fato é que a Companhia Ford Industrial do Brasil, por meio de sua implementação e das ações realizadas entre 1927 a 1945, teve autonomia nas terras de sua propriedade para explorar quaisquer recursos que julgasse necessário, inclusive da mão-de-obra, exigindo de seus funcionários que trabalhassem segundo o regime fordista e impondo-lhes, além disso, uma grande mudança cultural. Após anos de exigências e autoritarismo, as instalações de Fordlândia e Belterra foram negociados com o governo brasileiro, e os trabalhadores não receberam nem ao menos uma explicação por parte dos gerentes da CFIB, além de vê-los irem embora em seus navios da mesma maneira em que chegaram.

Das instalações construídas na primeira concessão em Fordlândia, muitas já não existem mais, como o hospital, do qual os moradores falam sempre com tanto orgulho, que hoje não passa de cacos de telhas e pregos sobre um piso de concreto. Algumas delas continuaram sendo utilizadas durante os anos, tendo sido reformadas ao longo do tempo para que não se deteriorassem e, ainda hoje, podem ser ocupadas, como algumas casas, oficina, galpões, à bomba d'água e sistema de captação e distribuição para a vila. Destas, a estrutura que talvez tenha sido mantida e melhor conservada é a escola, construída no ano de 1931, sob a denominação de Escola de Boa Vista, a qual em seus 86 anos de existência nunca deixou de funcionar. É sobre ela que tratamos na seção a seguir.

3 O GRUPO ESCOLAR DE FORDLÂNDIA – 1931 A 1945

Nesta seção, abordamos os aspectos relacionados à escola construída pela Companhia Ford Industrial do Brasil em Fordlândia, ativa ainda nos dias de hoje, utilizando como recorte temporal os anos compreendidos entre 1931 a 1945. Esta escolha se deu por ser o período da presença da CFIB em Fordlândia, no qual a empresa desfrutava de liberdade para agir segundo suas próprias determinações. Temos, como norte, os seguintes questionamentos: Como se deu a educação na escola criada pela CFIB em Fordlândia? Quem eram as professoras desta escola e quais práticas desenvolviam? Quais eram as relações entre a escola, a CFIB e os órgãos governamentais responsáveis pela educação escolar no Pará?

Para que fosse possível a realização desta etapa do trabalho, fez-se necessário efetivar uma ampla pesquisa de campo, com várias viagens até a vila de Fordlândia e ao município de Belterra para proceder com a coleta de dados. Em Fordlândia, o prédio da escola foi visitado inúmeras vezes, entre os meses de janeiro de 2016 a fevereiro de 2017, para o manuseio dos documentos guardados pela escola relativos ao recorte temporal da pesquisa.

Por serem informações fragmentadas, aparentemente não seriam suficientes para que as perguntas sobre o objeto fossem respondidas. Partimos, então, em busca de ex-alunos e ex-funcionários que tivessem tido contato com esta escola no período estudado. Desta maneira, a partir das conversas tidas com os funcionários que hoje atuam nesta escola, várias pessoas foram indicadas como fontes para a pesquisa.

Com o auxílio do senhor Delmas Brito, morador local e professor da Escola Princesa Izabel, atualmente, foi possível estabelecermos um primeiro contato com estes moradores, que por terem familiaridade com o conterrâneo não hesitaram em aceitar visitas posteriores e a conceder entrevistas para a coleta de dados. Várias viagens foram realizadas para que as entrevistas pudessem ser feitas, dado que os entrevistados são, hoje, pessoas já idosas. Muitas foram auxiliadas por filhos ou netos, sendo que em alguns momentos não podiam atender por encontrarem-se doentes ou indispostos.

Da mesma forma, o município de Belterra, local da segunda concessão da CFIB, foi visitado inúmeras vezes. A escola objeto deste estudo é localizada em

Fordlândia, no entanto muitos de seus trabalhadores foram transferidos para Belterra quando de sua construção, levando consigo esposas e filhos que continuaram ali residindo. Neste local, foram encontradas três pessoas que concluíram o ensino primário em Fordlândia e foram morar em Belterra. Uma delas não pôde conceder entrevista por apresentar grandes dificuldades com a memória, o que comprometeria as informações concedidas.

Em Fordlândia, foi possível identificar que entre as pessoas entrevistadas, a grande maioria não estudou nesta escola no período pesquisado, apesar de afirmarem que “estudaram lá no tempo do Ford”. Desta maneira, optamos em considerar como fontes orais três entrevistados, que estudaram na escola construída pela CFIB em Fordlândia no período temporal determinado, sendo uma delas residente de Fordlândia e duas de Belterra.

Após realizarmos as entrevistas, em nova visita realizada à escola, solicitamos permissão para fotografar os documentos originais dos quais as cópias cedidas para a pesquisa haviam sido feitas. Isto porque, os documentos originais, sendo feitos em papel ofício, não foram copiados por inteiro pela impressora multifuncional da escola, ficando cortadas as margens inferior e direita, comprometendo a leitura das informações. Ao todos, seis livros de registros da escola nos foram cedidos para as fotografias, pedido esse prontamente atendido pela diretora da escola, que havia entrado em exercício no cargo há menos de um mês.

Os livros, apesar de terem as folhas amareladas pelo tempo e as bordas parcialmente danificadas, têm o conteúdo em perfeito estado. Trata-se de um livro de registro de correspondências emitidas; um livro de registro das sessões solenes realizadas na escola; um livro de promoção dos alunos; um livro de registro de impressões dos visitantes e dois livros de registros de matrículas dos alunos.

Uma pesquisa na web também foi realizada com o intuito de coletar informações, sobretudo para a aquisição de fotografias que retratassem o objeto ou que se relacionassem a ele. Algumas delas foram retiradas do Blog do Padre Sidney Canto, residente em Fordlândia, que mantém uma página na internet na qual divulga fotografias e informações sobre a região Oeste do Pará. Outras foram retiradas do site <www.thehenryford.org>, mantido pela própria empresa. Neste site é possível encontrar um grande banco de dados no qual documentos e fotografias são disponibilizados para o público. Três documentários disponíveis no site youtube

também serviram como fonte de pesquisa, pois contém gravações da época que incluem a escola.

Bardin (1977) entende que para que o método da análise de conteúdo tenha aplicabilidade coerente, é necessário que se alguns passos sejam seguidos, tendo como ponto de partida uma organização em suas diferentes fases, que organizam-se em torno de três polos, iniciando-se com a pré-análise, procedendo com a exploração do material e o tratamento dos resultados. Nesta última fase, faz-se as inferências e a interpretação. Deste modo, todas as fontes utilizadas nesta pesquisa foram analisadas, categorizadas e trianguladas segundo os conceitos da análise de conteúdo definida por Bardin (1977), para que fosse possível chegar aos resultados que ora se apresentam.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO

Uma das grandes apostas de Ford para atrair trabalhadores para seu empreendimento na Amazônia brasileira era a propaganda feita exaltando os benefícios que os trabalhadores teriam, caso fossem admitidos na Companhia. Essas propagandas prometiam o pagamento de bons salários, moradia e alimentação gratuitos, atendimento médico e dentário e escolas para o ensino dos trabalhadores e de seus filhos.

“Haverá escolas”, disse Ford de seus planos para a Amazônia, “estações experimentais, cantinas, lojas, parques de diversões, cinemas, esportes olímpicos, hospitais, etc. para o conforto e a felicidade daqueles que trabalharem na plantação.” (GRANDIN, 2010, p. 92).

Ford transferiu para o Brasil o modelo de relação com os trabalhadores que já utilizava nos EUA, no qual as vantagens oferecidas eram muitas, desde que o trabalhador fizesse jus aos benefícios. Desse modo, ao ser criada a Sociedade Anonyma Companhia Ford Industrial do Brasil, em 10 de outubro de 1927, ficou determinado no capítulo IV de seu Estatuto que:

Art.10 – A Companhia terá por objeto:

[...]

13º - Fundar escolas e hospitais e construir edifícios para esse fim, como também para fins religiosos e de beneficência; (LIRA, 2014, p.31).

O capítulo citado é constituído por 15 itens, dos quais somente o 13º constitui-se em algo que pudesse trazer algum tipo de benefício aos trabalhadores da empresa. Os outros 14, sem exceção, fazem referência aos direitos que a empresa teria na exploração dos recursos encontrados na região. Da mesma maneira, a construção de escolas foi assegurada como um direito da CFIB no contrato entre o estado do Pará e a Companhia, em sua 12ª cláusula, ficando definido que:

DÉCIMA SEGUNDA – O concessionário terá o direito de criar e manter escolas para a instrução primária e elementar de operários a serviço das terras concedidas, podendo nelas admitir outros habitantes das mesmas terras ou das regiões adjacentes. (LIRA, 2014, p. 44).

Mesmo que estivesse assegurada a sua criação desde o acordo entre a empresa e o governo do estado do Pará, a escola de Fordlândia não foi construída de imediato. Desde a chegada do *Ormoc* e do *Farge* à, então, comunidade de Boa Vista, os materiais necessários estavam à disposição dos construtores, mas outras instalações foram priorizadas, como as casas, o hospital, galpões, serraria, sistema de abastecimento de água, entre outros. Após o episódio chamado de “Quebra Panelas”, no qual os trabalhadores revoltaram-se contra as imposições da CFIB e a má alimentação que recebiam promoveram um grande quebra-quebra, a empresa precisou encontrar meios de agradar os trabalhadores. Assim, no ano de 1931 foi inaugurada a Escola de Boa Vista, cujo histórico oficial assim a descreve:

HISTÓRICO DA ESCOLA PRINCESA IZABEL DESDE 1931

A Escola Princesa Izabel está localizada às margens direita³ do Rio Tapajós, na Vila de Fordlândia à avenida escolar S/N.

A Companhia Henry Ford Industrial do Brasil trouxe vários e importantes benefícios para esta Vila, foram tantos que tal Vila foi considerada o principal polo de desenvolvimento do Norte do Brasil.

³ Optamos por fazer a transcrição deste e de outros documentos conforme os originais. Embora detectando alguma problema de concordância ou outro tipo de falha na redação, não utilizarem o sic nem tampouco faremos correções.

Sendo a educação prioritária na época, fundaram a Escola Boa Vista, para que os filhos dos funcionários tivessem acesso à educação.

Em mil novecentos e trinta e um (1931) foi instalado esse prédio com o nome de Boa Vista, tendo como diretor o senhor Hostiniano Medeiros Pinheiro, ficando na direção até o ano de mil novecentos e trinta e quatro (1934).

Exatamente, aos treze dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e quatro (13/05/1934), o interventor federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, renomeou a referida escola, que passou a chamar-se Grupo Escolar de Fordlândia. [...] (trecho do Histórico oficial da Escola Fundamental Princesa Izabel, s/d.).

Segundo Lira (2014):

O prédio da **ESCOLA BOA VISTA**, assim denominada na época da sua instalação no ano de 1931, considerando a educação uma das prioridades para que os filhos dos funcionários pudessem estudar. Teve como primeiro diretor o senhor Hostiniano Pinheiro. Recebeu denominação de Grupo Escolar Boa Vista, Grupo Escolar de Fordlândia, Grupo Escolar Henry Ford, Grupo Escolar Pincesa Izabel e através do processo de municipalização o nome de Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Izabel, por determinação do Governo do estado a partir de 2002. De 1931 a 2012 foi dirigida por 23 professores da esfera estadual e municipal. O Ginásio do Sagrado Coração de Jesus só foi construído no período de 1964 – 1967 pelos padres da Ordem Franciscana Maior, tendo como responsável da edificação o Padre Frei Miguel Lange. (LIRA, 2014, p.58, Grifo do autor)

Para Pereira (2016):

A primeira das instituições escolares criadas pelo Projeto Ford foi em Fordlândia e recebeu o nome de Escola Henry Ford, inaugurada em 1931 como parte das medidas tomadas por Ford depois da revolta dos trabalhadores, em dezembro de 1930, que deixou, além do prejuízo material e financeiro, um “senso de preocupação e urgência” no atendimento das principais reivindicações dos trabalhadores. (PEREIRA, 2016, p. 228)

As informações de que dispomos sobre a instalação desta escola divergem com relação à nomenclatura que esta teria recebido. Segundo o histórico oficial da escola e também Lira (2014), o primeiro nome teria sido Escola de Boa Vista. Pereira (2016), por outro lado, afirma que o prédio teria sido batizado com o nome de Escola Henry Ford. Neste trabalho, adotamos a versão confirmada através do

“Livro de Atas” que se encontra na escola até os dias atuais, ou seja, Escola de Boa Vista como o primeiro nome. Nele, é possível observar o registro de 36 sessões solenes ocorridas no período entre 1934 e 1945. Essas sessões tinham lugar no salão principal do prédio construído pela CFIB para o funcionamento da escola de Fordlândia.

A construção foi inaugurada no ano de 1931 e funcionava sob o nome de Escola de Boa Vista. Logo no primeiro registro do livro encontramos a “Ata de Instalação do Grupo Escolar de Boa Vista, sede da Companhia Ford Industrial do Brasil.”, na data de treze de maio de 1934, na qual se deu cumprimento ao decreto de nº 1.126, em que o Major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata transformou a escola em Grupo Escolar.

Em 07 de setembro do mesmo ano, foi registrada a segunda ata do livro, em sessão solene para a comemoração da Independência do Brasil e o então Grupo Escolar de Boa Vista é chamado de Grupo Escolar de Fordlândia. Não encontramos nenhuma explicação para a mudança de nome, nenhuma ata específica que determinasse a troca. Segundo os registros do “Livro de Correspondências”, em junho, a escola já era chamada de Grupo Escolar de Fordlândia. Desta forma, optamos pelas denominações “Grupo Escolar de Fordlândia” ou “Grupo” para nos referirmos a ela, principalmente por este ter sido o nome da escola durante os anos de 1934 a 1945, e, pelo fato de por todos os documentos analisados referirem-se a ela desta forma. Dentre estes documentos, apenas aqueles que fazem parte do “Livro de Impressões” contêm informações sobre o período de 1931 a 1934, tendo sido todos os outros abertos neste ano, fato que explicamos mais adiante.

Das memórias dos ex-alunos sobre a escola, o prédio é sempre lembrado e mencionado com carinho e admiração, tamanha a representação de sua estrutura. “[...] era um prédio muito bonito, sabe, nem nas escolas de Belterra fizeram igual [...]” (E1) A estrutura do prédio da escola parece ter sido pensada para impressionar. Sua localização é de destaque, construída na vila dos operários, onde se concentrava a maior quantidade de crianças de Fordlândia, que seria o público atendido pela escola.

Figura 4 - Localização do Grupo Escolar de Fordlândia.



Fonte: <http://www.fordlandia.com.br/Fordlandia/Fotos_antigas.html#31>

Nesta fotografia, é possível ter noção do que representava o prédio da escola frente às acomodações das famílias dos trabalhadores dos seringais de Fordlândia. Podemos ver parte da floresta “limpa” e queimada em primeiro plano, seguido de pelo menos 70 casas. Olhando-se a partir do centro da imagem, para a direita, vê-se a escola, uma construção em alvenaria, imponente, em comparação às casas simples de madeira, que aparecem ao centro e na parte mais elevada do terreno. A fachada da escola encontrava-se voltada para as casas e para o Rio Tapajós, o qual podemos ver também à direita da escola.

Figura 5 - Vista aérea de Fordlândia.



Fonte: <<http://www.lugaresesquecidos.com.br/2013/08/fordlandia-henry.html>>

A fotografia na página anterior, que mostra a vista aérea de Fordlândia, foi tirada no ano de 1934, e nela podemos ver melhor a localização da escola. Seu prédio, como já foi citado, foi construído na vila dos operários, onde estava a maior concentração de famílias cujos filhos seriam atendidos na escola. Crianças de outros bairros vinham também para a escola. Os prédios administrativos, bem como as demais instalações da CFIB, ficavam do lado oposto da escola, longe dos locais destinados à moradia dos operários. Sua localização denota a preocupação em construir uma escola que ficasse mais próxima das residências, favorecendo o deslocamento das crianças.

Figura 6 - Escola de Boa Vista - 1933



Fonte: <http://www.fordlandia.com.br/Fordlandia/Fotos_antigas.html#29>.

Na figura da página anterior, temos a vista frontal da até então chamada Escola de Boa Vista. A foto é datada do ano de 1933, dois anos depois de sua fundação. É possível perceber que o terreno à frente e ao redor da escola encontra-se gramado, com uma palmeira e uma árvore jovem, plantadas na frente da escola, bem como, outra palmeira do outro lado da rua.

A pintura da parede, próxima ao chão, encontra-se mais escurecida que na parte inferior, demonstrando marcas do tempo. As manchas podem ter sido causadas pelos respingos da chuva na terra enquanto ainda não havia gramado.

Acima da porta principal há uma placa com os dizeres “ESCOLA – 1931”. No topo da torre de entrada, fica hasteada uma bandeira.

Há uma grande quantidade de janelas na construção, são vistas quatorze delas, todas de vidro, apenas na parte frontal da escola, que aparecem fechadas na foto e, provavelmente, o foram para a realização desta. O telhado é bem alto e com as janelas abertas o ambiente ficava mais arejado e iluminado, facilitando as condições de ensino, tendo em vista o clima quente da região.

Figura 7 - Prédio da escola em 1974



Fonte: <<http://belterradowapajos.blogspot.com.br/p/fordlandia.html>>

Esta fotografia retrata a mesma escola no ano de 1974, com modificações aparentes em sua estrutura, mas, surpreendentemente, bem conservada em comparação com outras estruturas na mesma época. Enquanto barracões, casas e galpões, hospital, almoxarifado, espaços de lazer foram depredados ou sucumbiram ao tempo, à falta de zelo e ao abandono, o prédio da escola, ao contrário, foi conservado e sofreu modificações em sua estrutura para atender a sua clientela. À esquerda da foto, podemos notar para a ampliação do número de salas de aula a construção de um anexo. A pintura não é nova, mas a presença de uma escada à esquerda da porta principal de entrada demonstra que reparos estavam sendo realizados, provavelmente no telhado.

Algumas vidraças das janelas foram substituídas por outro material, provavelmente madeira, e, parecem ser as mesmas janelas da época de sua

construção. O gramado não parece muito bem cuidado, mas de uma maneira geral a escola foi mantida em bom estado de funcionamento e preservação desde sua fundação, o que permanece ainda hoje.

Figura 8 - Prédio da escola atualmente - 2017



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Atualmente, a escola funciona sob a denominação de Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Izabel e responde administrativamente ao município de Aveiro. Tratamos, a seguir, dos componentes que fizeram desta uma escola tão especial, começando pelo público a qual atendia, filhos dos funcionários da Companhia Ford Industrial do Brasil.

3.2 OS ALUNOS

O Grupo Escolar de Fordlândia atendia a demanda da localidade. Registra-se que fazia parte dos pré-requisitos da CFIB para a contratação, que o trabalhador fosse solteiro ou oficialmente casado. Aqueles que mantivessem relacionamentos não oficializados não eram contratados, e, se chegassem solteiros à Fordlândia e encontrassem uma companheira, deveriam casar-se. Desta forma, havia garantia de atendimento as crianças no ensino primário.

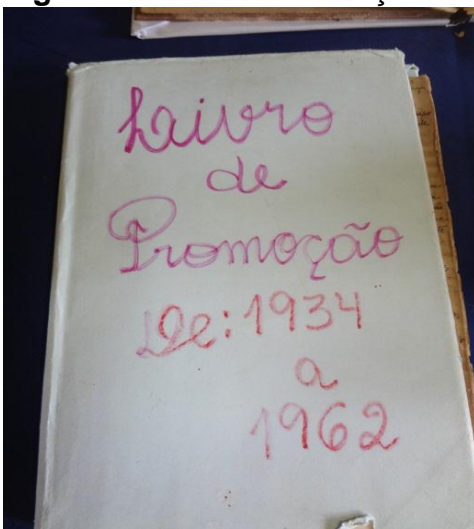
A partir do ano de 1934, a então diretora do Grupo Escolar, professora normalista Zélia Pinto de Sousa Braga, realizou a abertura do Livro de Promoção, com a finalidade de registrar, ao final de cada ano letivo, quais foram os alunos

promovidos para estudarem na série seguinte, e quais seriam aqueles que continuariam estudando na mesma série. Este livro foi utilizado até o ano de 1962, quando acabaram as suas folhas, registrando um total de 1.262 estudantes até o ano de 1945, data limite desta pesquisa. Não encontramos nenhum outro livro ou documento em que este tipo de informação tenha sido registrada entre os anos de 1931 a 1934, período em que a escola esteve sob a direção do senhor Hostiniano M. Pinheiro.

O livro ao qual nos referimos encontra-se em boas condições de conservação, apesar dos 83 anos que já possui. Suas primeiras folhas estão com as margens um pouco destruídas, como se tivessem sido parcialmente comidas por cupins e algumas delas se desprenderam. Apesar de estarem amareladas, a tinta continua bem visível e não atrapalha a leitura. A capa do livro já não é a original, provavelmente alguém tenha tido a intenção de preservá-lo melhor e o encapou com papel branco, escrevendo na frente do que se tratavam os registros ali contidos.

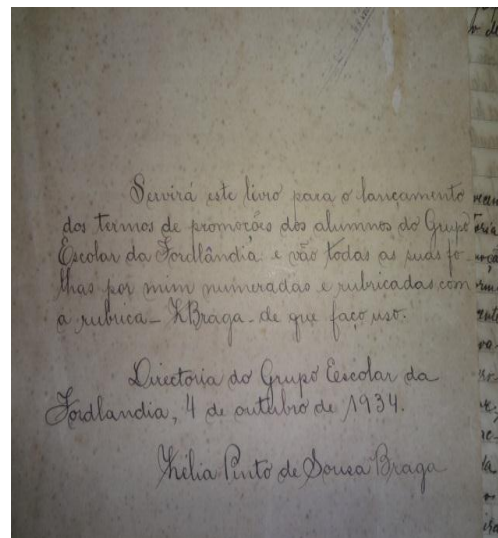
Nas páginas deste livro, estão registrados os nomes dos alunos que foram aprovados e dos que foram retidos nas respectivas turmas em que estudavam, além de trazer informações importantes sobre o funcionamento da escola. Por exemplo, as datas de encerramento do ano letivo, o que ocorria, geralmente, entre os meses de setembro e outubro de cada ano, os nomes das Diretoras em exercício por ano e das professoras que atuaram na escola, bem como sua formação.

Figura 9 - Livro de Promoção.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

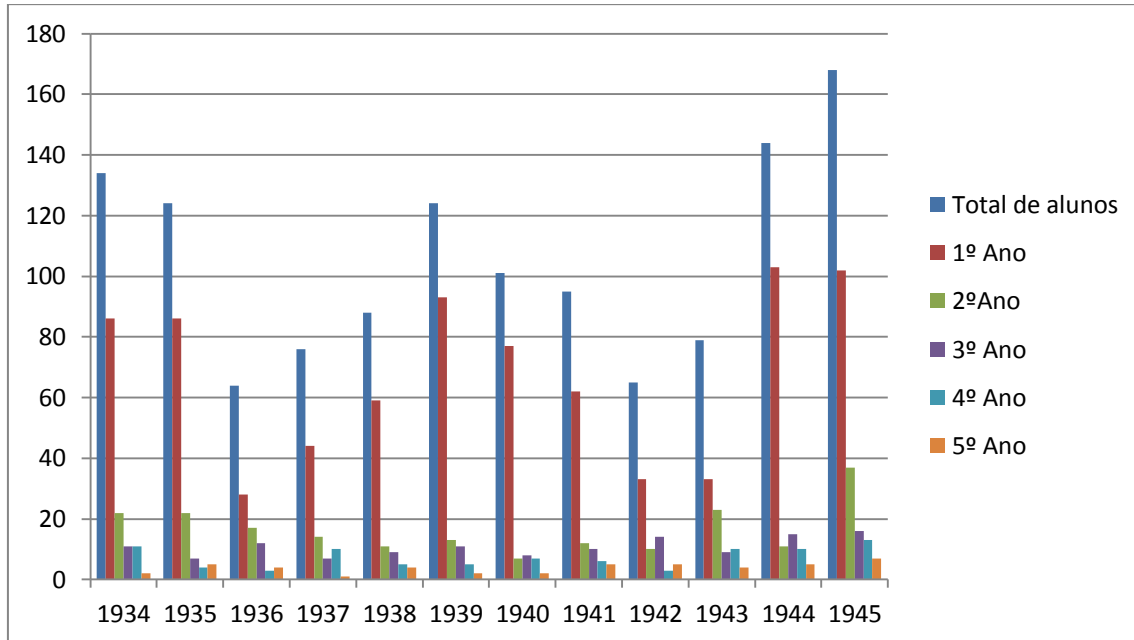
Figura 10 - Abertura do Livro de Promoção.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Organizamos os dados coletados referentes às matrículas e índices de aprovação dos alunos em gráficos para facilitar a compreensão.

Gráfico 1 - Número de alunos matriculados no Grupo Escolar de Fordlândia entre 1934 e 1945.



Fonte: Elaboração da Pesquisadora

É possível perceber que o número de matriculados na escola variou bastante entre os anos de 1934 a 1945, no entanto, no período não houve nenhum ano com menos de sessenta estudantes. As barras em vermelho no gráfico indicam, deste total, o número de matrículas efetuadas no 1º ano, as quais mantiveram-se sempre acima das demais séries. Na época, o 1º ano era dividido em três classes diferentes nesta escola, sendo a primeira classe a chamada preliminar, da qual os alunos eram promovidos para a segunda classe, caso estivessem alfabetizados. A segunda classe era chamada de “primeira atrasada”, onde estudavam os alunos com mais dificuldades do aprendizado e a terceira classe era também conhecida como “primeira adiantada”, da qual os alunos eram depois promovidos ao segundo ano. Mesmo havendo crianças de várias e diferentes idades matriculadas numa mesma sala de aula não se tratavam de salas de aula multisseriadas.

Figura 11 - Alunos e alunas do Grupo Escolar de Fordlândia.



Fonte: <http://sidcanto.blogspot.com.br/2016_12_01_archive.html>

Nesta imagem, podemos identificar ao menos 15 alunos, sendo do sexo feminino e masculino, sentados em dupla com materiais didáticos diferentes em mãos, como pode ser observado pelos quatro primeiros alunos, que aparecem na fotografia em primeiro plano. Eles usam roupas diferentes uns dos outros, o que evidencia que não estavam usando uniformes. Sentam-se mesclados, meninos e meninas nas mesmas carteiras, em contraposição à fala de alguns dos entrevistados que afirmam que apesar de serem salas mistas os meninos e meninas não se misturavam.

Podemos perceber que as idades desses alunos não são as mesmas, principalmente, em razão da diferença de altura entre eles. Podemos contar ao menos quatro alunas, sentadas à direita da foto, na primeira, segunda, terceira e quarta fileiras, respectivamente, que aparentam ter alguns anos a mais do que os demais alunos, que aparentam ter entre 6 a 10 anos.

Esta informação nos foi confirmada pelo E1, ao ver esta fotografia e afirmar:

Era assim mesmo, não tinha limite pra idade não, estudavam crianças menores e crianças maiores. Assim mesmo que era. Sentava todo mundo em dupla, mas nessa aí tem menino e menina junto na mesma carteira. Na minha sala nunca sentava junto, sempre era os homens prum lado e as mulheres pro outro.

Apesar de sabermos tratar-se do período em estudo, durante a presença dos norte-americanos em Fordlândia, não temos a data exata em que as fotografias foram tiradas, mas chegamos à conclusão de que, provavelmente, foram feitas no ano em que a escola foi inaugurada. Alguns fatores nos deram base para esta afirmação, sendo o primeiro deles a quantidade de alunos encontrados em sala de aula. Na imagem acima, podem ser vistos quinze alunos, 12 dos quais na primeira fileira de carteiras. Na segunda fileira, do ângulo em que a fotografia foi tirada, podemos contar três alunos, mas acreditamos que havia o mesmo número de carteiras e alunos ocupando estes lugares, sendo ao menos 24 alunos nesta sala de aula.

As roupas usadas pelos estudantes, também, nos levam a crer que a fotografia foi tirada no período da abertura da escola, pois não há um padrão na vestimenta, indicando que os alunos não estavam usando uniformes. No entanto, segundo o relato dos ex-alunos entrevistados, os uniformes eram de uso obrigatório, e eram cedidos pela CFIB às crianças. Isto nos revela que, talvez por se tratar de início do período de aulas, os uniformes não estivessem prontos, ou não estivessem ainda definidos.

Outra indicação do período da fotografia são as carteiras que aparecem na fotografia, que aparentam serem novas. O material escolar que está sendo segurado nas mãos dos alunos não é o mesmo, o que pode ser observado pelas imagens das quatro crianças que aparecem em primeiro plano da fotografia, o que indica que tenham segurado estes livros apenas para que a fotografia fosse tirada, e não que os estivessem realmente estudando no momento, pois, se assim fosse, todos teriam o mesmo material em mãos, dado o fato de que as salas de aula não eram multisseriadas e todos estudavam o mesmo material. Outra indicação de que as posições foram montadas para a fotografia está na mistura entre meninos e meninas, algo que, segundo os entrevistados, não ocorria em sala, além das posições sérias e eretas dos alunos.

A fotografia na página a seguir mostra outra sala de aula, fotografada de um ângulo diferente da primeira:

Figura 12 - Sala de aula do Grupo Escolar de Fordlândia



Fonte: <http://sidcanto.blogspot.com.br/2016_12_01_archive.html>

Na imagem podem ser vistos vinte e oito estudantes, em sua maioria meninos, concentrados à direita. À esquerda, algumas meninas podem ser vistas, no início da segunda fileira de carteiras e a partir da terceira fileira. Esta imagem retrata a separação entre meninos e meninas em sala de aula, relatadas nos depoimentos dos ex-alunos ao afirmarem que meninos ficavam para um lado da sala e meninas para o outro. Nesta classe as crianças aparentam ter idades bem próximas, devido a sua estatura ser muito parecida.

As carteiras utilizadas são iguais às da imagem anterior, mas, como foram fotografadas de outro ângulo, apresentam novas características não percebidas na primeira imagem. Podemos ver uma carteira vazia, em primeiro plano na imagem, na qual é possível averiguar a abertura na parte inferior, provavelmente destinada à guarda de pertences dos alunos para que não ficassem sobre a mesa durante as aulas. Em cima de todas as carteiras são vistos pequenos objetos brancos, um à direita e outro à esquerda da carteira, que concluímos serem borrachas para apagar o grafite, destinados aos ocupantes destas carteiras. Mesmo em lugares vagos nas carteiras este material está presente, o que demonstra que o material ficava na escola e era posto nas carteiras para o uso durante as aulas, provavelmente sendo recolhido mais tarde.

Pode-se perceber que os alunos estão realizando o estudo de algum material impresso no momento da fotografia, e, diferente da primeira imagem, nem todos estão atentos a ele, estando alguns alunos com a cabeça virada para os lados ou

para trás. A carteira que está na penúltima posição na primeira fila da sala, à esquerda da foto, está sendo ocupada por três estudantes ao invés de apenas dois, enquanto a carteira de trás encontra-se vazia, no entanto, os três estudantes que se sentam juntos estão atentos ao material em cima de sua carteira, o que indica que o terceiro ocupante não tinha o material e juntou-se aos colegas para estudar.

À frente da sala de aula, podemos avistar um grande quadro negro na parede, sem anotações, e dois quadros negros menores móveis, com moldura em madeira. O quadro móvel no canto superior direito da fotografia está limpo, sem nenhuma anotação, enquanto o quadro móvel no centro da foto, na parte superior da imagem encontra-se borrado, como se fosse recém apagado. Na parede, ao lado do quadro negro maior, encontram-se dois grandes mapas, que não pudemos identificar do que tratavam em razão da distância que a fotografia foi tirada e da qualidade da fotografia. Segundo o E1 *“[...] tinha um quadro grande na parede, que era pintado com tinta preta e que dava pra escrever com giz, outro menor que ficava no tripé de madeira, tipo tela de pintura”*.

Na frente do grande quadro negro, estava posicionada a mesa da professora, que neste caso aparece ocupada por duas professoras. Elas parecem estar analisando algum tipo de material. Ao mostrar esta imagem ao entrevistado 1, ele afirmou que, quando estudava, havia apenas uma professora em sala de aula. Pela posição que ocupam na mesa, concluímos que a professora da turma se encontra à direita na foto, sentada centralizada à mesa e a professora ao seu lado poderia ser uma colega de trabalho ou a diretora da escola.

Aparentemente, esta seria uma fotografia de um dia de aula comum, no entanto, há grandes semelhanças desta imagem com as da filmagem exibida no documentário “Fordlândia”, de 2008. O espaço retratado é o do salão da escola, confirmado pela estrutura e presença de uma coluna no centro da sala de aula. Observando as filmagens do documentário, pode-se perceber que a imagem continua à direita, retratando um espaço semelhante ao que seria outra sala de aula, mas sem a presença de paredes, com outros alunos reunidos. As cenas foram preparadas especificamente para esta finalidade.

Figura 13 - Saída dos alunos e alunas da escola.



Fonte: <http://sidcanto.blogspot.com.br/2016_12_01_archive.html>

A fotografia acima retrata o momento da saída da escola, onde os alunos estão organizados por ordem de estatura, e não é possível afirmar se são de uma mesma classe ou classes diferentes, dada as diferenças de idade nas matrículas. Eles não usam uniformes, mas estão bem arrumados e de cabelos penteados. São supervisionados por um homem fardado à porta de saída da escola, aparentemente um vigilante, nenhuma professora é avistada na foto.

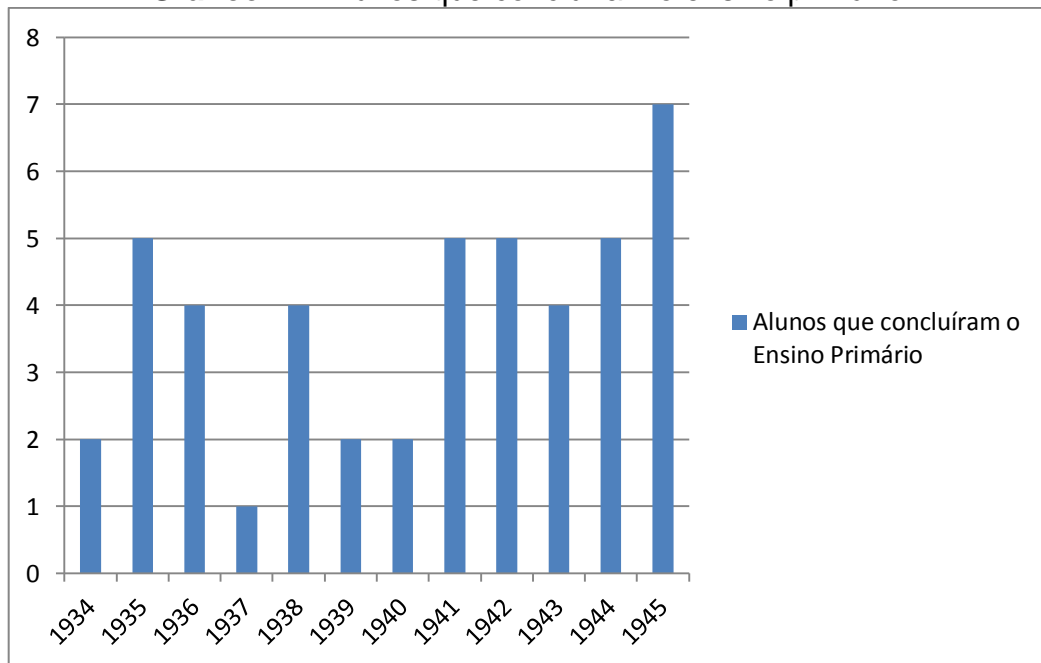
A foto não é datada, mas pelas condições do terreno ao redor da escola, acreditamos que seja do período de sua inauguração, pois são vistas duas pequenas árvores e nenhum serviço de jardinagem, como a grama que a Companhia fazia questão de manter em seu empreendimento. Ao fundo, pode ser visto o Rio Tapajós banhando a vila e sua margem oposta. Esta fotografia também parece ter sido tirada durante um momento preparado para isto e o desenvolver desta cena pode ser analisado na íntegra nas filmagens exibidas no documentário “Fordlândia”.

Do segundo até o quinto ano, os índices de matrícula são cada vez menores, e poucos foram os alunos formados no curso primário durante estes anos. Atribuímos esta discrepância a vários fatores. O primeiro deles é que a escola estava localizada em uma área rural, muito distante de outras cidades que pudessem oferecer continuidade nos estudos após terminado o ensino primário. Não havendo possibilidades de continuação, as crianças e adolescentes aprendiam a ler,

escrever e efetuar operações matemáticas básicas e depois acabavam deixando os estudos.

Outro fator importante é que a CFIB contratava mão-de-obra infantil, principalmente para os viveiros de seringueira e, para ajudar os pais, as crianças saíam da escola assim que alfabetizadas. Um terceiro fator, que nos foi mostrado através das entrevistas com ex-alunos, refere-se ao modelo de ensino em vigência na época, essencialmente tradicionalista, muito rígido e por vezes violento, com o emprego de castigos corporais às crianças, o que fez com que aqueles com mais dificuldades de aprendizado deixassem a escola.

Gráfico 2 – Alunos que concluíram o ensino primário.



Fonte: Elaboração da pesquisadora.

O ano em que mais alunos foram formados no Ensino Primário foi o de 1945, com 7 alunos concluintes. Somados todos os anos a partir de 1934 até 1945, ou seja, ao longo de 11 anos, apenas 46 estudantes terminaram o quinto ano. Destes 46, ao menos 4 não eram alunos regulares da escola, tendo sido assim classificados na Ata do ano de 1945:

[...] Candidatos estranhos que prestaram exame de certificado: Alfredo Colares Moura média 79%, Raul Chaves Soledade média 64%, Juraci de Sousa Rocha média 61%, Maria Gomes média 56% [...]

De acordo com o livro de registro de sessões solenes, estes chamados de “estranhos”, eram pessoas adultas, que, na falta de uma escola que pudesse lhes atender, prestaram exame para a obtenção do certificado de conclusão do ensino primário no Grupo Escolar.

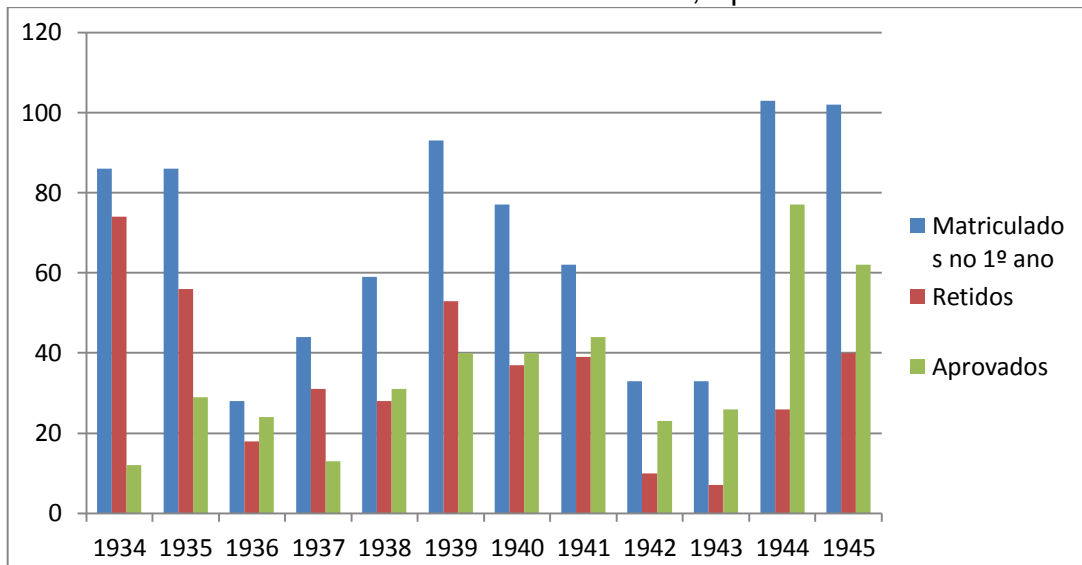
[...] Terminada esta parte, foram entregues os boletins dos alunos da 5ª série, pertencentes ao Grupo e cinco, fazendo parte da turma de candidatos estranhos. Essa turma composta de enfermeiros do hospital de Fordlândia, preparou-se em um Curso Especial de sete meses, sob a direção da Diretora do Grupo Escolar, sendo todos examinados por mim, debaixo das normas regulamentares. Terminada a entrega dos boletins, o aluno da 4ª e 5ª séries ofereceram como lembrança à Diretora, um lindo estojo. Os candidatos estranhos, também ofereceram-lhe uma linda cesta de flores, em regozijo à estima. O aluno Antonio Eugenio Guedes, em um pequeno discurso cheio de expressões gratas, dirigiu-se à Diretora, agradecendo-lhe todo o esforço que tivera, não só para com as classes da 4ª e 5ª séries como para as demais classes, especialmente para os que terminaram o Curso este ano. Antes de terminar a sessão, pede a palavra o ilustre competente médico do Hospital, Dr. Carlindo Martins, que, em nome de todas os enfermeiros concluintes do curso, e também do Departamento médico, narrou em discurso breve as altas qualidades da Diretora, agradecendo com sinceridade o esforço e abnegação que teve para com a turma de enfermeiros dando com seu esforço próprio e a colaboração justa e sadia da professora Semíramis de Bittencourt Amarante o estudo suficiente para os candidatos concluírem o curso e terem acesso de classe na sua profissão.[...] (18-11-1945 – Ata da sessão solene em comemoração ao encerramento dos trabalhos escolares do ano letivo. – Semiramis de Bittencourt Amarante)

No ano de 1945, a diretora do Grupo Escolar referida no trecho da Ata acima era a professora normalista Maria de Nazaré Rabelo Costa, em exercício na função desde o ano de 1943. Em atas anteriores, em nenhum ano foi citada a mesma situação, o que nos leva a crer que este foi o primeiro ano em que houve classes para a educação escolar de adultos ofertada pelo Grupo. Esta iniciativa parece ter partido da direção da escola, a pedido do Dr Carlindo Martins, médico do hospital de

Fordlândia, que muito elogiou o trabalho realizado pela diretora, para que seus enfermeiros pudessem ser promovidos. Dos cinco enfermeiros que fizeram este “curso especial”, todos foram aprovados no exame e concluíram o ensino primário no ano de 1945.

A alta rotatividade de funcionários que trabalharam para a CFIB é mencionada por Cruls (1938) e Grandin (2010), o que poderia também justificar o desaparecimento dos alunos da escola, motivada pela saída de seus pais da condição de empregados, e a chegada de novos alunos para a realização das matrículas no primeiro ano, todos os anos. O gráfico abaixo nos mostra que, entre os alunos matriculados no primeiro ano, nas três classes que existiam na escola, era muito alto o índice de reprovações, considerando a relação entre matriculados e aprovados. No ano de 1934, dos 86 alunos cursando o primeiro ano, 12 foram promovidos e 74 reprovados. Em 1935, foram 56 reprovações contra 29 promoções. Os anos seguintes mantiveram-se mais equilibrados. O menor número de reprovados foi no ano de 1943, com 7 reprovados dos 33 alunos do primeiro ano.

Gráfico 3 – Alunos matriculados no 1ª ano, Aprovados e Retidos.



Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Ao todo, estiveram estudando nesta escola, entre 1934 e 1945, ao menos 1.262 alunos. Eram meninos e meninas de idades variadas, em sua grande maioria, naturais do estado do Pará. Como fizeram questão de afirmar os entrevistados deste trabalho, a escola foi feita para os filhos dos trabalhadores da Ford e, realmente, o eram.

Não foi mencionado pelos entrevistados nenhuma criança filha de trabalhadores norte-americanos. No entanto, encontramos alguns nomes que não nos parecem ser brasileiros. No ano de 1934, esteve matriculado um aluno chamado David Afton Riker, promovido do quarto para o quinto ano com média de 60%, mas que não aparece no ano seguinte matriculado no quinto ano, nem em qualquer outro ano. Este aluno possivelmente era filho de David Ricker, que segundo Grandin (2010, p. 161) “[...] por algum tempo foi um dos recrutadores de mão de obra da Fordlândia [...]”. O autor afirma, ainda, que:

Os garotos e garotas americanos, ao contrário dos pais, viviam bem com os brasileiros, frequentando as escolas da plantação juntamente com os filhos dos trabalhadores brasileiros, e alguns, como Charles Townsend, que nasceu na Fordlândia em 1938, cresceram falando português como seu primeiro idioma. (GRANDIN, 2010, p.202).

Charles e seu irmão, Ed Townsend, protagonizaram um documentário brasileiro lançado no ano de 2008, intitulado “Fordlândia”, dirigido por Marinho Andrade e Daniel Augusto, disponível no youtube. No vídeo, a antiga copeira da família no Brasil, dona América Lobato, relata que aos sábados levava Charles até o Grupo, para que ele se enturmasse com as crianças. O irmão, Ed, chegou a visitar a escola e assistiu a imagens da época, mas não afirmou com certeza se havia estudado nesta escola, pois a família mudou-se mais tarde para Belterra. Os nomes deles não constam nos registros do Grupo escolar de Fordlândia, o que indica que podem ter sido alunos de uma das escolas de Belterra.

Outros nomes aparecem nos registros das atas de promoção, como Doli Cifunte Franklin e Doroth Taylor, provavelmente, filhos de norte-americanos estudando no Grupo escolar de Fordlândia. Grandin refere-se às escolas no plural, provavelmente fazendo referência também às escolas de Belterra, sobre as quais não podemos precisar se recebiam ou não filhos dos norte-americanos.

Tivemos acesso a dois livros de matrículas onde constam alguns dados dos alunos, entre eles a sua naturalidade. São livros dos anos de 1935, 1938 e 1939, e neles não constam os nomes citados anteriormente. Em 1943 foram matriculados ao todo 164 estudantes, sendo 117 deles nascidos no Pará. Amazonenses, acreanos e mato-grossenses aparecem em números de 18, 10 e 9 matriculados, respectivamente, um aluno piauiense e um maranhense. O único aluno estrangeiro

matriculado que aparece registrado nos três livros era da Bolívia, provavelmente filho de algum trabalhador da CFIB e não de algum de seus dirigentes.

Em 1938, os alunos não foram classificados pela naturalidade e sim pela nacionalidade, e todos os 56 matriculados eram de nacionalidade brasileira. No ano de 1939, o número total de matriculados é de 99 estudantes, dos quais 88 nascidos no estado do Pará, 5 do Amazonas, 3 do Acre, 1 do Ceará e 1 do Mato Grosso.

Para os ex-alunos entrevistados para esta pesquisa, ter estudado no Grupo Escolar de Fordlândia teve significado especial em suas vidas. É o caso do senhor Percílio Fernandes, morador de Belterra, contando com 77 anos quando foi entrevistado em 2016, que guarda muitas lembranças da época em que morou em Fordlândia e estudou no Grupo Escolar. Neste trabalho está identificado por “E1” quando transcrevemos suas falas. Aposentado pelo Ministério da Agricultura, reside em uma das casas da Vila Mensalista de Belterra e orgulha-se em dizer que mantém a casa em ótimas condições.

Segundo ele, ter estudado no Grupo mostrou-lhe o valor do estudo, uma vez que não havia muitas escolas na época, nem mesmo em cidades maiores no Estado, e que esperou por anos por uma oportunidade de fazer o ginásio. Comparando com a realidade atual, afirma que:

...Meus filhos todos estudam, uns já tão formados, uns tão estudando, e esses daqui, que são mais novos, do meu segundo casamento, vão estudar também quando chegar a vez deles. Quero todos os meus filhos formados. (E1)

Nossa segunda entrevistada, a senhora Ruth Bispo, identificada neste trabalho como “E2”, também moradora de Belterra, mesmo com seus 78 anos, já aposentada, não deixou de trabalhar. Fomos encontrá-la, inclusive, em uma creche na qual exerce a profissão de professora. Assim como o senhor Percílio, dona Ruth relembra os acontecimentos da infância dando ênfase especial aos momentos vividos na escola, e a importância destes para sua vida:

Sabe, eu saí de Fordlândia com 14 anos. Saí e vim pra Belterra. Já comecei a trabalhar quando cheguei e nunca mais parei, e foi por causa da escola. O estudo teve muito significado na minha vida, e eu ensino em casa, pros meus filhos e pros meus netos, do jeito como eu aprendi, porque aí sim aprende e não esquece, hoje

ninguém sabe fazer conta sem calculadora ou celular, eu faço tudo de cabeça. Minha mãe mesmo nunca soube ler, mas fazia a gente estudar. (E2)

O senhor Edir Branco (aqui identificado como E3), nascido em Fordlândia e habitante da comunidade até hoje, assim como dona Ruth, continua exercendo seu ofício mesmo aposentado. Tem uma oficina em sua casa, na qual faz trabalhos de mecânica como seu pai lhe ensinou. Lembra-se de seus momentos no Grupo Escolar de Fordlândia sempre sorrindo, mesmo quando relatava os castigos que ali recebia. Segundo ele, o sustento de sua família após a morte do pai só foi possível porque ele havia concluído o ensino primário e aprendido o que precisava para exercer a profissão de mecânico antes ocupada pelo pai nas fábricas da CFIB.

Ahh, se não tivesse estudado eu não tinha ido trabalhar na oficina não. Lá só trabalhava quem tinha estudo, igual quando era o Ford. Tinha que saber muito de matemática, fazer os cálculos certinho, pra não dá problema, né. (E3)

Apesar dos anos e de por vezes confundirem os nomes das pessoas, ficou claro que, entre os momentos vividos por estas pessoas em Fordlândia, as memórias sobre o período escolar tiveram significado especial e muito contribuíram para a formação da identidade destas pessoas e de seus familiares. Os seus relatos nos ajudam a compreender o que foi esta escola e como o ensino acontecia ali, conforme vemos nas páginas vindouras.

3.3 AS PROFESSORAS E SUAS PRÁTICAS

Durante a realização das entrevistas com os ex-alunos do Grupo Escolar de Fordlândia, as professoras foram mencionadas sempre com muito respeito. Suas qualidades foram exaltadas em seus relatos e, mesmo quando se falava na rigidez da disciplina e nos castigos físicos impostos aos alunos, não eram atribuídas a elas a responsabilidade por tais atos, e sim ao sistema de ensino tradicional em vigor na época, conforme afirmou um de nossos entrevistados *“Era tradicional, do ensino tradicional, lá qualquer malfeito do aluno era punido com castigo.” (E1)*

Essas professoras não eram pessoas de Fordlândia e, assim como a grande maioria dos trabalhadores da CFIB, saíram de outros lugares para trabalhar naquela

localidade. Não pudemos ter acesso a nenhum tipo de documento que comprovasse de onde elas vieram, como contratos de trabalho ou fichas cadastrais de funcionários, mas temos alguns indícios que nos revelam este fato. O mais forte deles é a formação que essas professoras recebiam e o título que tantas vezes foram encontrados nos documentos da escola sempre que fossem mencionadas, ou seja, “ professoras normalistas”.

Durante os anos de 1934 a 1945, trabalharam no Grupo ao menos 23 professoras, sendo 20 delas normalistas. Os dados referentes a estas profissionais, encontrados nos livros de registros analisados, foram organizados em forma de tabela, seguindo uma ordem cronológica de ingresso no Grupo Escolar de Fordlândia, entre os anos de 1934 a 1945. O período de 1931 a 1934 não foi contemplado por não haver nenhum tipo de registro deste período.

Quadro 1 – Professoras do Grupo Escolar de Fordlândia – 1934 a 1945.

Nº	Nome	Forma como eram nomeadas	Função	Atuação
01	Zélia Pinto de Souza Braga	Normalista	Diretora	1934 a 1938
02	Veridiana Mendes Pereira	Normalista	Professora	1934
03	Esmeralda Souza Gomes	Normalista	Professora	1934
04	Paula Souza	Normalista	Professora	1934 a 1936
05	Mercêdes de Carvalho Rebelo	Normalista	Professora	1935
			Diretora provisória	1935
06	Iracema de Barros Barata	Normalista	Professora	1935
07	Ilza de Carvalho Rebelo	Normalista	Professora	1935 a 1936
08	Primitiva Serra Evangelista	Normalista	Professora	1936 a 1937
09	Maria da Glória Nogueira de Melo	Normalista	Professora	1937
			Diretora	1938
10	Francisca Margarida Seiffert	Dona	Professora	1937
11	Alaíde Duarte de Barros	Normalista	Professora	1938 a 1940
12	Maria de Lourdes da Luz	Normalista	Professora	1938 a 1940
			Diretora	1941
13	Auta da Luz Porto	Normalista	Diretora	1939 a 1940
14	Creuza Raiol Pinheiro	Normalista	Professora	1939 a 1942
15	Myrtilla de Almeida Teixeira	Normalista	Professora	1941 ^a 1942
16	Zuila Alvares Ladislau	Normalista	Diretora	1942
17	Maria de Nazaré Rabelo da Costa	Normalista	Professora	1942
			Diretora	1943 a 1945
18	Deusolina de Sousa Sales	Normalista	Professora	1943 a 1944
19	Vanda Abreu Lima	Normalista	Professora	1943 a 1944
20	Sultana Elias Dib	Normalista	Professora	1943
21	Semiramis de Bittencourt	Normalista	Professora	1944 a 1945
22	Almerinda Rabelo da Costa	Senhorita	Professora	1945
23	Delzuita Lira	Senhorita	Professora	1945

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

As professoras leigas, ou seja, que não tinham esta formação, eram nomeadas como Dona ou Senhorita e não tinham papel de destaque no Grupo, atuando temporariamente como substitutas, ou ajudantes. Nas sessões solenes que se faziam em comemoração à datas especiais, por exemplo, estas professoras não se sentavam à banca, não proferiam discursos, não faziam a redação da Ata da sessão e nem mesmo a assinavam ao final, como faziam as normalistas e autoridades convidadas para participar das sessões.

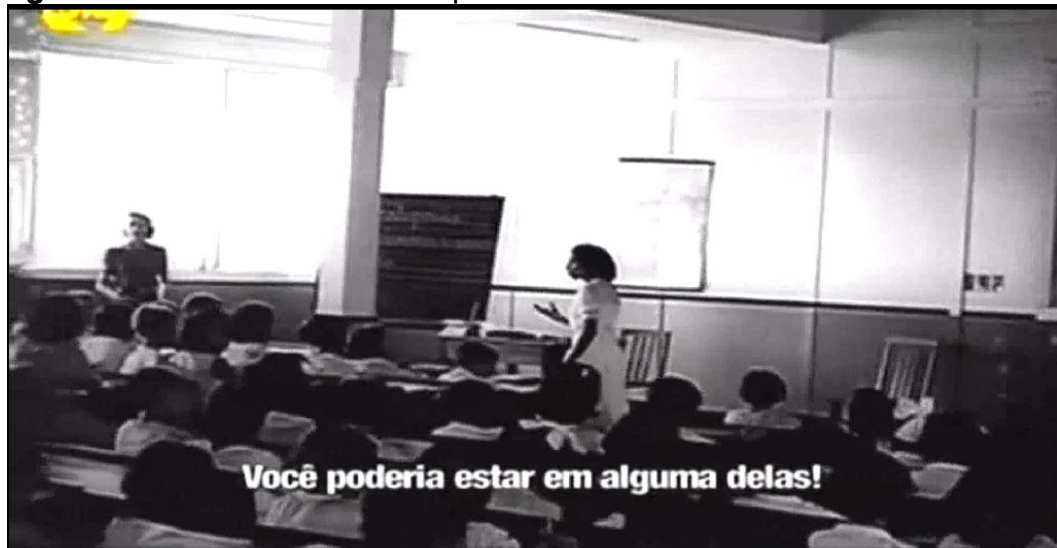
Uma das qualidades mais citadas desta escola pelos entrevistados, analisadas no Livro de Impressões e Ata de sessões, era justamente a qualificação do corpo docente do Grupo, o que poderia justificar a falta de atuação de destaque destas em datas importantes em que a escola estivesse em evidência. No entanto, sua presença no dia-a-dia escolar era um fato, que se confirma pelas Atas de promoção dos alunos onde essas professoras são mencionadas e pelo Livro de Correspondências, onde eram registrados os informes sobre as contratações e demissões das professoras.

Em 1945, último ano em que a CFIB atuou em Fordlândia, duas Senhoritas atuaram como professoras no grupo: Almerinda Rabelo da Costa e Delzuita Lira. Podemos afirmar que a primeira delas era parente da então diretora, Maria de Nazaré Rabelo da Costa, pela semelhança de sobrenome, talvez uma irmã ou filha. A segunda, Delzuita Lira, foi aluna do Grupo Escolar, sendo matriculada no ano de 1943 no quarto ano e no ano de 1944 no quinto ano, quando concluiu o ensino primário. Portanto, foi contratada para atuar como professora no ano seguinte à sua formação.

Quem estudava lá já saía pronto pra trabalhar no ensino. Fiz o primário em Fordlândia e vim embora pra Belterra com quatorze anos, e logo comecei trabalhar nas escolas daqui, e nunca mais eu parei. (E2).

Isto significa que na falta de professoras normalistas, aquelas que tivessem o ensino primário já poderiam atuar, algumas vezes em cargos de auxiliares, em outras como titulares.

Figura 14 – Professoras do Grupo Escolar de Fordlândia durante uma aula.



Fonte: Recorte do documentário “Fordlândia”, lançado em 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>

A fotografia acima é um recorte do documentário brasileiro “Fordlândia”, lançado em 2008. Neste vídeo é possível ver várias imagens filmadas no período em estudo, nas quais são retratadas as instalações, plantações de seringueiras, e funcionários da CFIB. Nesta imagem é possível ver diversas crianças sentadas observando atentamente a professora que caminha à frente da sala, falando e gesticulando com os alunos. Podem ser observadas as carteiras dos alunos, a mesa da professora, duas cadeiras, o quadro negro com o tripé de madeira e um mapa pendurado na parede.

À esquerda, outra mulher encontra-se em pé, vestida com uma roupa escura, observando as crianças como se as vigiasse, o que provavelmente estava fazendo. Esta não era uma sala de aula usual do Grupo, e sim o salão onde tinham lugar as sessões solenes comemorativas e festividades da escola. Em um quadro anterior do filme, é possível observar que quatro professoras e dezenas de crianças ocupavam este mesmo espaço, denotando que o cenário foi preparado especialmente para esta finalidade: a filmagem e registro fotográfico da estrutura e atividades da escola.

Neste mesmo documentário, as professoras são retratadas em diferentes situações, como a saída das crianças para o recreio e a ida para casa nos transportes oferecidos pela CFIB, conforme podemos observar nas imagens na página seguinte.

Figura 15 - Saída das crianças para recreação.



Fonte: Recorte do documentário “Fordlândia”, lançado em 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>>

Nesta imagem, é retratado um momento de recreação dos alunos da escola no qual os alunos se encontram correndo e brincando, alunos de diferentes estatura, todos uniformizados. No centro da imagem, uma mulher em pé na entrada da escola gesticula para as crianças, provavelmente a professora, tomando cuidado para que não se machucassem, fugissem ou sujasse suas roupas. Similar a outras imagens parece ser contextual a inauguração da escola.

Figura 16 - Volta para casa após as aulas em ônibus da CFIB.



Fonte: Recorte do documentário “Fordlândia”, lançado em 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>>

Na figura 16, um ônibus é ocupado por crianças que acenam alegremente para a câmera, retratando a saída da escola. A professora que acompanhou os alunos na saída permaneceu em pé na calçada até completar-se o embarque das crianças e o ônibus sair.

Figura 17 – Volta para casa após as aulas em caminhão da CFIB.



Fonte: Recorte do documentário “Fordlândia”, lançado em 2008. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>>

Assim como o ônibus, dois caminhões pequenos aparecem nas imagens do documentário fazendo o transporte das crianças da escola até suas casas. A professora permaneceu na calçada, acenando para as crianças em despedida. Mesmo com as imagens mostradas no documentário que retratam o transporte dos estudantes da escola de volta para casa, não temos relatos dos ex-alunos que atestem este fato. Nenhuma forma de transporte foi mencionada por nossos entrevistados, e nem uma única vez os veículos são mencionados nos documentos analisados nesta pesquisa. Estas imagens, provavelmente, foram feitas com preparação prévia por parte da CFIB, na mesma ocasião em que algumas das fotografias apresentadas neste trabalho foram tiradas e que serão apresentadas durante o texto.

Nos anos seguintes, depois da saída da Companhia Ford de Fordlândia, o número de normalistas trabalhando no Grupo diminuiu consideravelmente, fato que pode ser observado já no ano de 1946, quando de quatro professoras apenas a

diretora da escola era normalista. Verifica-se a presença de outra ex-aluna do grupo, formada em 1945, fazendo parte do corpo docente já em 1946.

Em doze anos de registros, destaca-se a alta rotatividade de docentes no quadro desta escola. A maioria delas permanecia no cargo por um ou dois anos e as que permaneceram por mais tempo chegaram a quatro anos, como a segunda diretora, Professora Zélia Pinto de Souza Braga.

Pouco pudemos apurar sobre a origem destas profissionais, devido ao fato de não haverem documentos na escola referentes a elas. Sabemos, no entanto, que a grande maioria era proveniente de Belém, devido à sua formação de normalistas, e que, após o período de trabalho no Grupo, retornavam para suas cidades de origem, uma vez que entre os moradores de Fordlândia não encontramos famílias que descendessem delas. Algumas vinham trabalhar acompanhadas pelas mães, conforme informações contidas nos ofícios emitidos pela escola e passavam as férias escolares também em Belém, chegando, em alguns casos, a retirarem-se todas para a capital nos períodos de férias. Pouco se sabe sobre a vida destas profissionais fora da escola, uma vez que, segundo os relatos do ex-alunos, elas eram vistas na escola ou na igreja, mas dificilmente em outras situações.

Entre as normalistas que atuaram nesta escola, acreditamos ter sido a mais importante delas a professora Zélia Pinto de Souza Braga, que atuou como diretora dos anos de 1934 a 1938. São poucos os registros que comprovem que tipo de trabalhos foram desenvolvidos na escola antes do ano de 1934, enquanto o diretor do estabelecimento era o senhor Hostiniano Madeira Pinheiro, salvo o Livro de Impressões de visitantes aberto por ele. No entanto, há indicações de que a referida professora atuava nesta escola antes do ano de 1934 e que veio a assumir a direção da escola a convite da Companhia, conforme trecho extraído do Livro de Correspondência, aberto por ela em 1934.

Cópia de Portaria

Grupo Escolar de Fordlândia, 08 de fevereiro de 1935.

Tendo recebido um aviso particular de que fui exonerada do cargo de directora deste Grupo Escolar, resolvi baixar esta portaria, designando a professora normalista Mercêdes de Carvalho Rebello para me substituir provisoriamente nas funções deste cargo, que vinha exercendo simplesmente por uma especial deferência à Companhia Ford Industrial do Brasil, pela qual fui mui gentilmente convidada a

assumir o dito cargo, em janeiro de 1934, quando ainda era mantida a Escola de Boa Vista, até receber comunicação oficial.

Zélia Pinto de Souza Braga (Livro de Correspondência, 08/02/1935).

Pelo texto, pode-se verificar a surpresa desta diretora ao ter sido informada da exoneração do cargo que vinha exercendo, como ela relatou, a convite da Companhia Ford Industrial do Brasil. As professoras do Grupo, como já mencionado anteriormente, eram normalistas que vinham de outros municípios, nomeadas pela Diretoria de Educação e Ensino Público do Estado. O motivo da exoneração da professora Zélia não ficou claro na portaria baixada por ela quando da nomeação de sua substitua, nem nos ofícios emitidos à Companhia Ford do Brasil e ao Presidente do Conselho Escolar do Município de Itaituba para informá-los do ocorrido. É provável que a exoneração tenha se dado devido ao fato de não ter sido a referida diretora nomeada pelo Interventor Federal ao cargo, e sim pela CFIB.

Após três meses afastada de suas funções, no dia 29 de maio de 1935, a normalista Zélia Braga reassumiu as funções de professora e diretora do Grupo Escolar de Fordlândia, dando cumprimento a um decreto emitido no dia 23 de maio de 1935 pelo Governador do Estado José Carneiro da Gama Malcher, em que foi oficialmente nomeada para tanto. Na ocasião, uma sessão solene foi organizada para a sua posse e ofícios foram emitidos à CFIB, informando de sua nomeação, bem como, à Diretoria Geral de Educação e Ensino Público, comunicando sua posse.

Dos seis livros de registros da escola aos quais tivemos acesso e que nos revelam aspectos fundamentais do funcionamento do Grupo Escolar de Fordlândia, cinco foram abertos pela Normalista Zélia Pinto de Sousa Braga, sendo eles: Ata de Sessões, Livro de correspondência, Ata de Promoção dos alunos e dois livros de matrículas dos alunos, datados de 1934, 1938 e 1939. Neles, seguiam registrados todos os acontecimentos importantes da escola, demonstrando o zelo e organização de sua diretora. Outros livros como estes foram abertos no período, como os livros de matrículas, mas que já se perderam. Durante anos, os registros continuaram sendo realizados, mesmo após a saída desta professora da escola, tendo sido encerrados com o término de suas folhas.

No mês de maio de 1938, a professora Zélia Braga pediu afastamento para tratamento de saúde, nomeando para assumir a direção a normalista Maria da Glória Nogueira de Melo, segundo consta no livro de correspondência:

Nº 18 Grupo Escolar de Fordlândia, 18 de maio de 1938.

Exmo. Snr. Secretário de Educação e Cultura

Tendo pedido licença para tratamento de saúde, comunico a Vossa Ex.^{ia}. que entrego, nesta data, a direção deste Grupo à normalista Maria da Glória Nogueira de Mello, visto ser a mais antiga neste estabelecimento.

Apresento meus protestos de consideração e respeito.

Saúdo a V. Ex.^{ia}.

Zélia Pinto de Souza Braga

(Livro de Correspondência, 18 de maio de 1938)

Foram informados, além da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, o Presidente do Conselho Escolar do Território de Itaituba e a Gerência da CFIB, sem maiores explicações. A normalista Maria da Glória Nogueira de Mello ficou responsável pela direção da escola durante o ano de 1938 e foi, após encerrado o ano letivo, passar as férias na capital do estado, de onde não retornou. A professora Zélia Braga, a princípio afastada a pedido por motivo de doença, com caráter temporário, também não retornou ao cargo em Fordlândia e sobre ela não há mais nenhum registro nesta escola. Em 1939, por decreto do Interventor Federal do Pará, a normalista Auta da Luz Porto assumiu a função de diretora, cargo que exerceu durante os anos de 1939 e 1940.

As experiências com o plantio da seringa em Fordlândia vinham demonstrando sinais de seu fracasso desde o princípio do projeto e em 1934 uma porção das terras de Fordlândia foi trocada por outra com uma melhor localização, como já abordado anteriormente, mais próximo a Santarém e com maiores chances de sucesso. Belterra foi construída nos mesmos moldes de Fordlândia, com estruturas muito semelhantes, como as vilas dos trabalhadores, hospital, usina de força, distribuição de água, escritórios e escolas. Enquanto Fordlândia tinha uma única construção destinada à educação escolar, em Belterra foram construídas cinco escolas, em pontos diferentes do projeto.

Em pesquisa divulgada recentemente, Pereira (2016) trata das Instituições Escolares da Companhia Ford Industrial do Brasil, especificamente aquelas estabelecidas em Belterra. Em seu estudo, destaca o papel extremamente relevante que tinham as professoras destas escolas, tendo tido especial importância a diretora destas, que segundo ela seria o que chamamos hoje de uma Secretária de Educação, que respondia por todas as escolas ali implantadas pela CFIB, a normalista Zélia Pinto de Souza Braga.

Em sua tese, Pereira (2016) analisou livros de registro semelhantes aos encontrados na escola de Fordlândia, tendo sido abertos pela professora Zélia Braga, que atuou no cargo de diretora entre os anos de 1939 e 1945 em Belterra. Não pudemos precisar como se deu exatamente esta transferência do Grupo Escolar de Fordlândia, do qual a normalista estava afastada por motivo de doença, para a nova concessão em Belterra. Pereira (2016) afirma que suas atividades em Belterra tiveram início em 1939, ano em que as escolas Henry Ford II e Benson Ford começaram a funcionar. Pode-se deduzir que, após recuperada da enfermidade da qual fora acometida, a professora Zélia Braga foi convidada pela Gerência da CFIB para assumir as escolas recém-criadas em Belterra, claramente um ato de reconhecimento do trabalho por ela desenvolvido no Grupo Escolar de Fordlândia.

Para Pereira (2016):

As escolas do Projeto Ford (em Belterra) tinham uma estrutura bastante simples: a Diretora Geral, pode-se chamar assim, Prof.^a Zélia Braga, uma servente e as professoras, normalistas ou ruralistas, que eram contratadas em Belém e que, muito provavelmente, vinham com a indicação da Prof.^a Zélia. (PEREIRA, 2016, p. 281)

O papel desempenhado pela Professora Zélia Braga em Belterra diferenciou-se daquele desenvolvido em Fordlândia em alguns aspectos de fundamental relevância. O primeiro encontra-se no fato de ter havido em Fordlândia somente uma escola no período em que esta normalista exerceu o cargo de diretora, enquanto em Belterra responsabilizou-se por cinco escolas, durante seis anos, as quais se encontravam consideravelmente distantes umas das outras e apresentavam situações diferenciadas de ensino, como as escolas noturnas e a creche responsável pelo atendimento de crianças pequenas.

Além disto, no Grupo Escolar de Fordlândia, todas as ações realizadas na escola precisavam ser informadas aos órgãos competentes pela educação no Estado do Pará, sendo eles a Secretaria de Estado e Ensino Público, a Secretaria de Educação e Cultura e o Conselho Escolar do Território de Itaituba. Destes órgãos partiam decisões variadas, desde as datas de início e término dos semestres letivos, férias, comemorações que deveriam ser feitas no Grupo, até as nomeações de professoras e diretoras. Eram informados sobre dados referentes ao Grupo, dados estatísticos, falta de materiais didáticos, pagamentos de professoras (que recebiam os salários da CFIB, mas eram remetidos ao Estado, mensalmente, vales postais com os valores dos descontos exigidos pela lei).

Já em Belterra, a situação, ao que tudo indica, se mostrava outra, pois já não havia um Conselho Escolar atuante para fiscalizar e a Prof.^a Zelia Braga passou a ser uma referência, diríamos até uma autoridade em relação às escolas. A CFIB passou a depositar no seu desempenho profissional toda a confiança e as expectativas vinculadas às atividades e resultados obtidos pela escola e seus alunos. (PEREIRA, 2016, p. 283).

E continua:

Em função disso, sempre que a professora-diretora precisava, recorria ao administrador do projeto, Mr. A. Jonhston; mas tinha autonomia administrativa, como a opção por fazer a escrituração do funcionamento da escola, adquirindo livros próprios para isso; a disposição dos espaços; a definição dos critérios de divisão das turmas e da avaliação, do número de aluno em cada uma, da divisão do tempo; a limpeza da escola, apesar de que recebia o prédio já pronto, mobiliado e nem sempre com o número de professoras de que precisava. (PEREIRA, 2016, p. 283).

Assim, o trabalho desenvolvido no Grupo escolar de Fordlândia durante os anos em que a CFIB atuou no local, diferenciava-se daquele desenvolvido em Belterra, principalmente, em função da autonomia que havia na segunda concessão. Isto ocorreu não somente durante a atuação da normalista Zélia Braga naquele estabelecimento, sendo uma constante durante os anos de 1934 a 1945.

Em pesquisa realizada na web, pudemos ter acesso a uma coleção digital de fotografias relacionadas ao empreendimento da Ford na Amazônia, por meio do site <thehenryford.org>, no qual encontra-se uma galeria de fotografias digitalizadas que contem muitas imagens do projeto em Fordlândia e Belterra, algumas em especial

que retratam as escolas em ambas as localidades. Todas as fotografias foram digitalizadas frente e verso, onde se encontram legendas explicativas e datas.

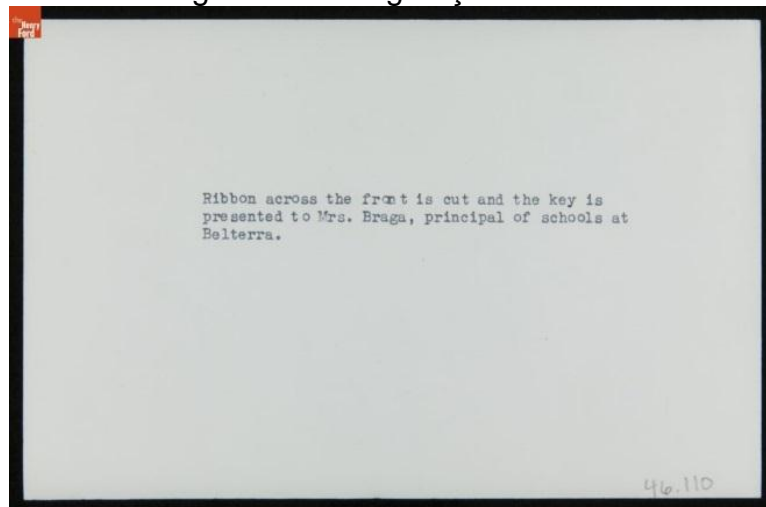
Figura 18 - Solenidade de inauguração da Escola Benson Ford - Belterra



Fonte: disponível em: <<httpswww.thehenryford.orgcollections-and-researchdigital-collectionsartifact403911#slide=gs-326290>>.

A imagem mostra a solenidade de inauguração da escola Benson Ford, em Belterra que segundo Pereira (2016), ocorreu no ano de 1939. Um grande número de pessoas encontram-se reunidas para prestigiar o evento, sendo observado uma maioria composta por crianças, todas uniformizadas e organizadas. Alguns adultos são vistos, homens e mulheres bem vestidos, denotando a importância do evento em curso.

Figura 19 - Verso da fotografia da inauguração da Escola Benson Ford



Fonte: disponível em: <<httpswww.thehenryford.orgcollections-and-researchdigital-collectionsartifact403911#slide=gs-326290>>

No verso da fotografia da coleção particular da Ford, podemos observar no canto inferior direito um número anotado à mão, provavelmente algum número de série da coleção. Não é mencionado o nome da escola, que identificamos como sendo a Escola Benson Ford através da pesquisa de Pereira (2016, p. 290). Não está registrada a data da fotografia, que constatamos ser do ano de 1939, ano de inauguração da Escola Benson Ford. O texto diz: Fita em toda a frente é cortada, e a chave é apresentada à Sr^a Braga, diretora das escolas de Belterra.

Figura 20 – Prof.^a Zélia Braga em discurso.



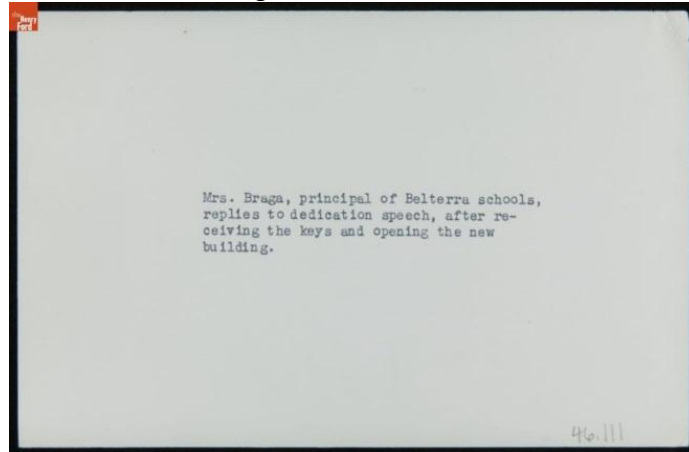
Fonte: Disponível em: <<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact403912#/slide=gs-326292>>

A fotografia retrata o momento posterior ao da inauguração da Escola Benson Ford, depois de cortada a fita que a inaugura. O espaço utilizado foi uma das salas de aula do prédio e a fotografia foi tirada do fundo da sala. O quadro negro, que ficava em um cavalete, foi removido do espaço. Atrás da mesa à frente da sala, cuidadosamente decorada com uma toalha branca e um vaso de flores, encontram-se em pé dois homens, à direita, e uma mulher vestida de preto, à esquerda.

Pela legenda da foto, contida em seu verso, inferimos que a mulher vestida de preto é a Prof.^a normalista Zélia Pinto de Sousa Braga, ex-diretora do Grupo Escolar de Fordlândia e recém-nomeada diretora das escolas de Belterra, que havia recebido as chaves da nova construção minutos antes e agora proferia seu discurso de agradecimento. Ao lado direito da mesa encontram-se duas mulheres em pé, também em posição de destaque perante os demais, e, ao lado da Prof.^a Zélia Braga, uma terceira mulher. As três podem ter sido as professoras contratadas para

lecionar na escola. Outros homens e mulheres são vistos em pé na lateral esquerda da foto, assim como algumas crianças uniformizadas, provavelmente alunos da escola recém-inaugurada.

Figura 21 - Verso da fotografia do discurso da Prof.^a Zélia Braga.



Fonte: disponível em: <<httpswww.thehenryford.orgcollections-and-researchdigital-collectionsartifact403912#slide=gs-326292>>

Observa-se no canto inferior direito um número escrito à mão, provavelmente um número de ordem das fotografias da coleção, na sequência da fotografia anterior, de número 46.110. O texto no verso da fotografia, diz a Sr.^a Braga, diretora das escolas de Belterra, responde ao discurso de dedicação, depois de receber as chaves e abrir o novo prédio.

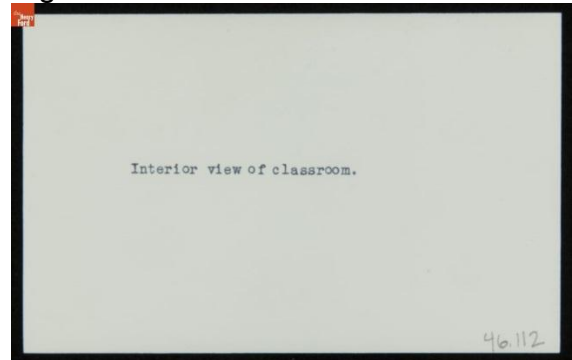
Outras fotografias da coleção retratam o interior da Escola Benson Ford, e seguem abaixo:

Figura 22 - Interior de uma sala de aula.



Fonte: Disponível em: <<httpswww.thehenryford.orgcollections-and-researchdigital-collectionsartifact403913#slide=gs-326294>>

Figura 23 - Verso da fotografia da Figura 21.



Verifica-se, na Figura 21, o interior de uma sala de aula, fotografada vazia intencionalmente, provavelmente com a intenção de registrar o espaço sem a presença de alunos para os arquivos da CFIB. Observa-se a presença das mesmas carteiras utilizadas na escola de Fordlândia, a porta ampla à frente da sala e a luminosidade das janelas da lateral esquerda da sala, que apesar de não estarem aparentes na foto, se fazem notar pela presença do sol no chão e nas carteiras, representando pela imagem ao menos três janelas na sala.

O material com o qual foi construída esta sala de aula diferencia-se do que foi utilizado na escola de Fordlândia. Construída em alvenaria tem somente o chão e a metade das paredes em madeira. O quadro negro encontra-se na frente da sala, em um cavalete, ao lado direito da mesa e da cadeira destinados à professora, também confeccionados em madeira. Em razão dos problemas encontrados pela CFIB com as construções de Fordlândia, que muitas vezes se mostraram impróprias ao clima da região, abafadas e quentes, em Belterra as construções foram diferentes, visando à circulação de ar e materiais que não retivessem calor, o que pode explicar o motivo da mudança dos materiais escolhidos na construção das escolas.

Figura 24 - Banheiro da Escola Benson Ford



Figura 25 - Verso da fotografia da Figura 23



A figura 23 mostra o interior de um banheiro da Escola Benson Ford, e tem em seu verso a legenda: “Lavatório e sanitário – Escola Benson Ford – Belterra.” No canto inferior direito, novamente observa-se um número anotado à mão, seguindo a sequência das três fotografias apresentadas anteriormente. Assim, apesar de não possuírem data, afirmamos serem todas do ano de 1939, na ocasião da inauguração da escola, dadas as perfeitas condições em que se encontram.

É interessante notar que durante as visitas realizadas à atual Escola Princesa Isabel, nenhuma fotografia foi encontrada referente à escola enquanto ainda se chamava Grupo Escolar de Fordlândia. Quando questionada a existência deste tipo de documento, a resposta recebida era a de que tudo havia se perdido. As fotografias aqui utilizadas, no entanto, foram retiradas de sites na Internet, na maioria brasileiros, e nenhuma delas foi encontrada nos arquivos da escola. Este fator denota o desinteresse pela salvaguarda da memória e História das instituições escolares, frequentemente apontado em trabalhos de pesquisa.

Os registros apontam que houve, esporadicamente, trocas de informações administrativas entre a direção do Grupo Escolar de Fordlândia com a responsável pelas escolas que residia em Belterra, bem como, com outras autoridades educacionais de Itaituba e Belém. Não havia uma interação entre as escolas existentes nestas diversas localidades no decorrer do ano letivo, ao menos não encontramos nenhum registro que evidenciasse este fato, mas podemos afirmar que no primeiro ano de funcionamento da Escola Henry Ford, a diretora e professoras do Grupo Escolar de Fordlândia foram responsáveis pelos exames finais dos alunos concluintes de Belterra, conforme se verifica na transcrição de documento enviado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado abaixo:

N^o 18 – Grupo Escolar da Fordlândia, 14 de agosto de 1940.

Ilmo Snr. Diretor Geral de Educação e Cultura

Acabo de receber um aviso radiográfico de Belterra. Este aviso diz ter o Conselho Escolar concordado sejam examinados os 10 candidatos a certificado primário, quando as professoras deste Grupo já estiverem de férias. Entretanto, consultando as demais, seria preferível virem eles, ainda em período de aulas, prestar exame aqui.

Porque, todos sabem, somente uma ou duas vezes ao mês, há embarcações direta daqui para Belém e elas querem aproveitar (uma vez que as aulas estejam

encerradas) a viagem do “Rio Tapajós” que promete ser em princípio de outubro, para ainda alcançar o Círio.

Rogo-vos, pois, solucioneis o caso da melhor forma possível, a fim de que não haja descontentes.

Atenciosamente grata, saúdo-vos respeitosamente.

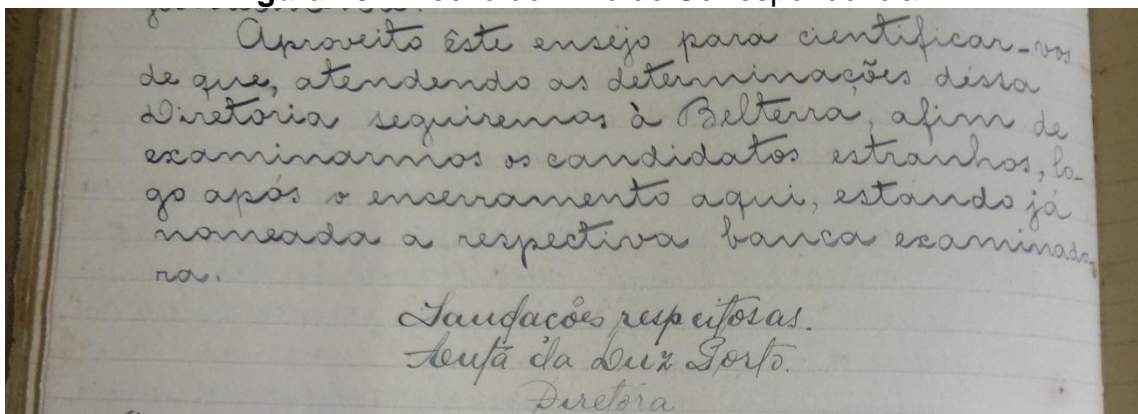
Auta da Luz Porto

Diretora.

As escolas de Belterra não respondiam diretamente a um órgão governamental do estado, mas a responsabilidade pelos alunos candidatos a concluintes do ensino primário, ao menos no princípio das atividades, esteve a cargo do Grupo Escolar de Fordlândia. Muito provavelmente, essa responsabilização se deu em razão de tratarem-se todas elas de escolas dentro do Projeto da CFIB, e, como o Grupo, respondia diretamente à Secretaria de Educação e Cultura, deveria responsabilizar-se pelas escolas dentro do Projeto que não o faziam.

Em 22 de setembro de 1940, em comunicado emitido à mesma secretaria para informar sobre as comemorações da Independência no Grupo, a diretora faz referência à sua ida e demais professoras à Belterra, a fim de realizar os exames finais, conforme pode ser verificado na fotografia do trecho do documento:

Figura 26 - Trecho do Livro de Correspondência



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Não tendo obtido êxito com a solicitação feita à Secretaria, a diretora Auta Porto informou sua ida a Belterra para a realização dos exames, assim como comunica à diretora que supervisionava as escolas de Belterra:

Nº 21 – Grupo Escolar da Fordlândia, 22 de setembro de 1940.

Exma. Snr.^a Diretora das Escolas de Belterra

Deferido Vosso requerimento, estaremos a vossa disposição logo que estejam encerradas as aulas deste Grupo. Assim nomeio para fazerem parte da comissão examinadora, as professoras: Alayde Duarte Barros, Maria de Lourdes da Luz e Creuza Raiol Pinheiro, rogando-vos convidar em meu nome o Sr. Góes e outra pessoa que souberdes competente para completarem regularmente a referida comissão.

Os exames serão efetuados na manhã seguinte a nossa chegada e de acordo com o regulamento de ensino em vigor.

Com protestos de alta estima e consideração, saúdo-vos cordialmente.

Auta da Luz Porto

Diretora. (Livro de Correspondência)

Esta comissão não era reunida para a elaboração das provas, tendo em vista que estas eram enviadas diretamente de Belém, em envelopes lacrados que somente poderiam ser abertos no momento das provas. Dessa maneira, as professoras obrigavam-se a seguir os programas definidos para o ensino no Pará. Provavelmente, a comissão era reunida a fim de atestar a idoneidade dos exames finais, aplicá-los aos concluintes, corrigir e atribuir as médias obtidas, concedendo ou não a aprovação dos candidatos. O Senhor Góes, a quem a diretora faz referência no documento enviado, é mencionado por Pereira (2016):

O Livro de Registro de Professores também confirma que houve contratações de instrutores/professores homens para atuar nas escolas noturnas, provavelmente por funcionarem em horário adequado para atenderem trabalhadores homens jovens e adultos. Esses professores eram funcionários graduados do Projeto Ford e se dispunham a ensinar nas escolas noturnas criadas para atender aos alunos trabalhadores. Pelo menos, esse é o caso do senhor Osvaldo Teixeira de Góes, que foi “engenheiro da Companhia na década de 1940, hoje aposentado e residindo, em Brasília, no Distrito Federal” (PEREIRA, 2012, p. 78).

Nove foram os candidatos estranhos ao Grupo Escolar de Fordlândia avaliados pela referida comissão em Belterra, tendo sido todos devidamente aprovados, e, as provas feitas com as respectivas notas encaminhadas a Belém. À

Belterra, foram enviados, após dois meses, os certificados de conclusão do ensino primário destes concluintes, que acreditamos terem sido os primeiros da nova concessão, juntamente com duas cópias de cada certificado para arquivamento na escola e relatório a ser entregue à Gerencia da CFIB em Belterra, a pedido da diretora Zélia Braga. Este foi o único ano em que a diretora do Grupo precisou responsabilizar-se pelos exames de concluintes do ensino primário nas escolas de Belterra, inexistindo menção a situações semelhantes a esta nos documentos analisados.

Também neste local, foi marcante a presença de professoras normalistas, ainda que em menor número do que em Fordlândia, mesmo com uma maior quantidade de escolas, tendo sido ao menos sete professoras entre 1939 e 1942. Além das normalistas, havia também professoras denominadas ruralistas, que seriam aquelas formadas especificamente para atuar em escolas rurais, assim como professoras leigas identificadas com “D.” de Dona, além de professores do sexo masculino que atuavam nas escolas noturnas masculinas.

O Grupo Escolar de Fordlândia não oferecia aulas noturnas como acontecia nas escolas de Belterra, nem contava com professores do sexo masculino. Segundo os documentos analisados, houve uma “escola” noturna em Fordlândia, mas esta não respondia ao Grupo Escolar e não era a ele vinculada. Esta afirmação pode ser comprovada pela cópia de ofício enviado em 19 de abril de 1945 ao Presidente do Conselho Escolar do Território de Itaituba, provavelmente, em resposta a alguma solicitação de dados estatísticos, no qual são informados os quantitativos de alunos matriculados por série e por sexo, assim como a quantidade de professoras que estavam atuando. Após descritas as informações sobre o Grupo, a diretora fez referência à “escola” noturna mantida na vila:

Quanto à escola noturna, a Cia é quem providencia, pagando esta, a um senhor para lecionar, com os vencimentos de CR\$ 200,00, estando a matrícula em 38 alunos este ano; ano passado era de 58 alunos, maior parte, alunos que frequentam o Grupo nas aulas diurnas, empregados nas oficinas. Sendo que os seringueiros, bem poucos se inscrevem. (Maria de Nazaré Rabelo da Costa, Livro de Correspondência, 19 de abril de 1945).

Pelas palavras da diretora do Grupo, podemos inferir que boa parte dos alunos que frequentavam a “escola” noturna, também, fazia parte do Grupo, estudando durante o dia. Estes eram funcionários das oficinas e para frequentarem as aulas durante o dia, provavelmente, trabalhavam em horários diferenciados dos seringueiros, que, segundo afirmou a diretora, se inscreviam em pequenos números.

No mesmo ano, foi baixada uma portaria na qual ficou proibido que os alunos que frequentassem as aulas noturnas também frequentassem as aulas diurnas no Grupo, mas que deixava a opção aos maiores de 14 anos de decidirem entre estudar no Grupo ou nas aulas noturnas. Na mesma portaria, ficou autorizado que os exames de promoção dos alunos da “escola” noturna fossem feitos no Grupo, desde que os alunos estivessem preparados. Esta permissão pode ter ocorrido para que os alunos do Grupo que quisessem estudar na turma noturna, mantida pela CFIB, pudessem obter os certificados de conclusão do ensino primário através da escola.

Segundo afirmou um de nossos entrevistados, o senhor Edir Branco, ex-aluno do Grupo, seu pai era mecânico da CFIB e para trabalhar na oficina “tinha que saber matemática”. Assim como ele, todos os irmãos também estudaram no Grupo e foram estudar fora ao concluírem o ensino primário. O único que não pode ir embora foi ele, caçula da família, que depois de concluir os estudos permaneceu em Fordlândia, trabalhando com o pai na oficina mecânica que ele havia montado em sua casa para ter uma renda extra.

Alguns anos mais tarde, quando completou 16 anos, o pai morreu, como havia aprendido com ele o ofício de mecânico, o jovem Edir Branco foi contratado para trabalhar na oficina mecânica no lugar de seu pai, no ano de 1954, já sob o controle do governo brasileiro. Seu Edir afirma que se não tivesse concluído os estudos, não poderia ter ido trabalhar no lugar do pai, porque a exigência da CFIB era de que quem fosse trabalhar nas oficinas tivesse estudo, então, assim continuou, mesmo depois da retirada da Companhia.

E3 - Lá era assim, se queria trabalhar num cargo melhor, tinha que estudar. Por exemplo, pra trabalhar na oficina, tinha que saber matemática. Eu estudei e terminei, mas não fui embora igual meus irmãos, eu fiquei aprendendo com ele lá mesmo onde a gente morava, que não era aqui, era mais longe. Daí ele morreu, foi em

1954, eu tinha 16 anos, daí eu já sabia fazer tudo que ele fazia né, ele me ensinou tudinho. Daí foram lá e me chamaram, e eu precisava ajudar a minha mãe.

E – E como ter estudado na escola ajudou você?

E3 – Ahh, se não tivesse estudado eu não tinha ido trabalhar na oficina não. Lá só trabalhava quem tinha estudo, igual quando era o Ford. Tinha que saber muito de matemática, fazer os cálculos certinho, pra não dá problema né. Até hoje eu trabalho lá ainda, não todo dia que eu já me aposentei faz tempo, mas quando eles não conseguem resolver alguma coisa me chamam e eu vou lá (risos). Nem cobro nada, vou só ajudar mesmo. Trabalho mesmo aqui em casa, todo mundo aqui me conhece.

Nos últimos anos da presença da CFIB na Vila, foram relatadas situações em que o Grupo se responsabilizou pela educação escolar de pessoas que não pudessem frequentar as aulas regulares diurnas, tendo sido registrado na Ata de Promoção dos alunos a conclusão de cinco candidatos estranhos, funcionários do Hospital de Fordlândia. A pedido do médico chefe da vila, estes candidatos participaram de um curso especial ofertado pela diretora da escola para que pudessem obter o certificado de conclusão do ensino primário, ocasião em que as qualidades profissionais da diretora da escola foram exaltadas por alunos e pelo médico da CFIB.

Há registros de atividades em duas outras escolas do projeto em Fordlândia, e segundo Pereira (2016) estas funcionavam perto dos locais onde moravam a maioria dos trabalhadores, mas que, com a construção do prédio específico para esta finalidade, em 1931, a maioria das crianças em idade escolar passou a frequentá-la. Não pudemos, por meio dos registros encontrados na escola, comprovar esta informação, dado que os anos iniciais de funcionamento desta escola, entre os anos de 1931 a 1933, não estão documentados, ou se estão, não tivemos acesso a estes documentos. Somente a partir de 1934 é possível analisar que escolas auxiliares eram mantidas pela CFIB, conforme transcrição de Ofício expedido que segue:

Nº 13 – Grupo Escolar de Fordlândia, 10 de maio de 1939.

Ilmo. Snr. Agente de Estatística de Itaituba

Somente agora é me possível responder ou vosso ofício recebido a 12 de abril p.findo, pois que, apesar de haver pedido à Companhia máxima urgência nas respostas das informações que solicitava, tive que esperar um pouco. Recebendo-a hoje, apresso-me em atender o apelo que me fizeste, pedindo inúmeras desculpas.

Aqui vão os quesitos-resposta:

Nome do estabelecimento: Grupo Escolar da Fordlândia.

Diretora: Auta da Luz Porto, normalista.

Professoras: normalistas: Alayde Duarte de Barros, Maria de Lourdes da Luz e Creuza Raiol Pinheiro.

Número de aluno: S.M. - 57

S.F. – 60

Há duas escolas particulares p/c da Companhia.

Escola Acampamento 2.

Professora: Maria Altiva Souza

Número de alunos: S.M. – 14

S.F. – 14

Escola de Cassuepá.

Professora: Maria Silva Cabral

Número de alunos: S.M. – 09

S.F. – 11

Cordiais saudações.

Auta da Luz Porto.

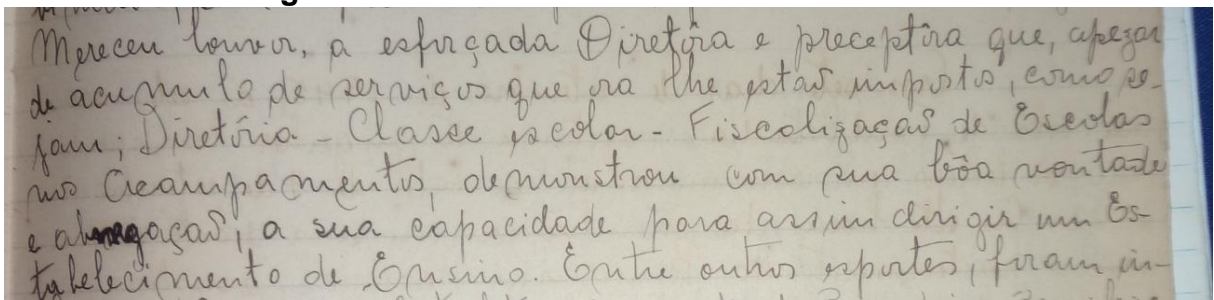
Diretora

(livro de Correspondência)

Apesar de responsabilizar-se pelo repasse destes dados estatísticos ao Presidente do Conselho Escolar do Território de Itaituba, podemos inferir que o Grupo não era responsável pelas duas outras escolas citadas e a diretora deixou claro no texto do documento remetido, que a demora em responder ao ofício que solicitava o repasse das informações se deu por uma demora da Companhia em fornecê-los. A expressão “duas escolas particulares p/c da Companhia” nos mostra que a CFIB as mantinha, por sua conta. As professoras não são mencionadas como normalistas, sendo, provavelmente, moradoras de Fordlândia sem a formação mencionada.

Em 1944, nova menção a estas escolas é feita, na qual a então diretora Maria de Nazaré Rabello é designada pela CFIB para acompanhar as escolas auxiliares, fazendo-lhes uma visita semanal, com o pagamento de uma gratificação mensal pelo serviço prestado. Esta informação é reforçada quando analisado o livro Ata de Sessões, no qual as qualidades desta diretora são exaltadas por seu empenho e dedicação, conforme imagem do referido registro:

Figura 27 - Recorte do Livro de Sessões Solenes.



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Este acompanhamento continuou sendo realizado no ano de 1945, quando a senhorita Dulzuita Lira, que havia concluído o ensino primário no ano anterior, foi designada primeiro para auxiliar uma das professoras normalistas do Grupo e, meses mais tarde, transferida a uma das escolas dos acampamentos pela diretora do Grupo. Esta professora passou a receber da CFIB uma quantia maior do que a que recebia como auxiliar no Grupo, pois estava assumindo para si uma responsabilidade maior.

Ao relatarem as experiências vividas na infância em Fordlândia, e especificamente a vida escolar no Grupo, nossos entrevistados lembram-se das professoras que tiveram ao longo dos anos. Os nomes surgem sem uma ordem cronológica do tempo em que estiveram na escola, de acordo com as lembranças de pessoas idosas que as conheceram ainda crianças.

Lá tinha várias professoras, umas de lá, outras de fora. Se fosse normalista, que eram as formadas, vinham de fora, de Belém. A Professora Zélia Braga era normalista, tinha a Auta Franco, que era de Ouricurituba, do outro lado do rio, a Lídia Magno de Araújo, a Léia Aracy Fonseca Lima, que era normalista também, essa era da década de 50, a Nídia Praxedes Araújo era de Fordlândia. Tinha uma professora,

que era muito boa, Oneide Nascimento, que fez uma pergunta de História que ninguém acertava, e tinha um colega que era meio ruim, não sabia responder... (E1)

Entre as professoras citadas no depoimento, algumas atuaram ainda quando da presença da CFIB na região, outras em períodos posteriores. Entre elas, normalistas e leigas, algumas vindas de fora, outras moradoras da região. Por conseguinte, mais do que pelos nomes ou formação de cada uma, essas professoras foram lembradas pelo trabalho que desempenharam e pela maneira como o fizeram, sendo consideradas boas professoras de maneira geral, mas com algumas ressalvas, como pode ser verificado em falas como a da E2 em que afirma que “... eram boas professoras, mas se não estudasse apanhava na sabatina.” (E2). Dessa forma, a imagem positiva que tinham na visão das crianças a quem ensinavam era marcada também pelos castigos corporais que elas lhes impunham.

As palavras com sentido negativo que mais foram utilizadas durante os depoimentos dos ex-alunos referiam-se justamente a esta prática. Foram citadas e repetidas inúmeras vezes por todos os entrevistados as palavras “bolo”, “sabatina”, “apanhar”, sendo este o motivo pelo qual havia ressalvas quando afirmavam que “as professoras eram boas, mas...”. Durante uma das sessões solenes realizadas no ano de 1944 para o encerramento do ano letivo, a diretora em exercício naquele ano, normalista Maria de Nazaré Rabello da Costa, em seu discurso, abordou a questão:

[...] Terminada esta parte, a Diretora e oradora oficial Maria de Nazaré R. da Costa, num discurso coeso, claro, o qual em uma das partes versava sobre a educação da criança no lar, na escola, ressaltando a pedagogia moderna suprimindo os castigos corporais, em seguida fazendo um paralelismo entre a idade média e a contemporânea.[...]. (Ata de sessão solene de encerramento do ano letivo, em 25/11/1944).

Essa foi a única vez em que a supressão da prática da palmatória e outros castigos físicos foi citada em documento da escola, fazendo uma referência aos princípios da escola nova, onde esta prática era condenada, ao contrário da pedagogia tradicional vigente até então. Mesmo fazendo parte do discurso desta diretora, não encontramos indícios de que os castigos tenham deixado de fazer

parte da rotina escolar do Grupo neste período, apesar da demonstração de que se sabia que deveriam ser abolidos.

Ah, eu pegava bolo demais (risos). Se errasse alguma coisa ou fizesse o que não podia apanhava. Eu e meus irmãos tudinho estudamos lá, e tudinho pegava bolo. (E3)

O índice de evasão dos alunos do Grupo Escolar de Fordlândia era alto, e ocorria especialmente após o primeiro ano, em suas três turmas, quando os alunos já estavam alfabetizados. Do segundo ao quinto ano, os abandonos de curso eram cada vez maiores e poucos concluíam o ensino primário. Um dos fatores apontados como causa refere-se justamente à prática da palmatória e aplicação de outros tipos de castigos aos alunos, conforme nos afirmou um de nossos entrevistados:

E1: A educação era ruim em um sentido, mas era bom em outro. Pra quem estudava mesmo pra não apanhar era bom, porque aprendia tudo de verdade. Mas os que tinham dificuldade nunca chegaram a se formar, fizeram outras coisas, como trabalhar na roça. Muitos saíram, foram embora, os que aprendiam melhor, pra continuarem seus estudos.

P: O senhor disse que aquela educação era boa por um lado e ruim por outro. Porque o senhor acha isso?

E1: Era bom porque a gente aprendia mesmo, estudava e aprendia e não esquecia. Eu sei matemática porque estudei lá, mas eu tinha medo de levar bolo na escola e depois de apanhar em casa. Mas era ruim porque quem não conseguia aprender apanhava e depois não continuava mais estudando, parava. Naquele tempo não tinha educação especial pra quem não conseguia aprender rápido, tinha bolo.

Em casos considerados mais graves pelas professoras, os alunos eram suspensos das aulas por um determinado período de tempo, podendo durar a suspensão alguns dias, semanas ou em casos mais graves o ano todo. Geralmente, as suspensões eram feitas por meio de Portarias nas quais eram relatados os motivos da medida. Foram dez as portarias baixadas pelas diretoras do Grupo entre os anos de 1934 a 1945 para a suspensão destes alunos, sempre com a justificativa de indisciplina e falta de moral por parte destes.

A moral era um princípio exigido não apenas na escola, mas em toda a Fordlândia. Neste aspecto, a CFIB e as diretoras e professoras do Grupo eram muito rígidas. Os gerentes da Companhia não admitiam que, nas terras de propriedade da Ford, houvesse situações em que a moral fosse afetada, fosse por meio de casamentos não oficiais, prostituição e ingestão de bebidas alcoólicas. Assim como na escola não eram admitidos palavrões, bilhetes maliciosos ou ações que fossem consideradas imorais. As punições nesses casos ocorriam na empresa e na escola, mas a CFIB não interferia nas decisões tomadas pela direção da escola, tendo sido informada poucas vezes em casos de suspensão dos alunos.

A atuação das profissionais do Grupo Escolar de Fordlândia estava, mais do que qualquer outra coisa, ligada diretamente ao tipo de formação que receberam nas Escolas Normais pelas quais foram diplomadas e ao sistema de ensino público primário em vigência no Brasil nas décadas de 30 e 40. Assim, a fim de melhor compreender de que maneira estruturou-se o ensino no Grupo Escolar de Fordlândia, necessitamos compreender o contexto geral no qual estava inserido, tema tratado a seguir.

3.4 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 30 E 40 E SUA RELAÇÃO COM O GRUPO ESCOLAR DE FORDLANDIA

As décadas de 1920 a 1940 foram compostas por grandes mudanças nos quadros político, econômico e educacional brasileiros, marcados por revoluções, golpes de Estado e intensos debates sobre os rumos que o Brasil tomaria, principalmente, após o fim da República Oligárquica. Após a chamada Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, teve início o Governo Provisório, que foi de 1930 a 1934, quando Vargas foi eleito pela Assembleia Constituinte, com mandato de 1934 a 1937, com o golpe e início do período chamado de Estado Novo, qual permaneceu até sua deposição em 1945.

Foi neste contexto de intensas transformações a nível nacional que se inseriu a criação e instalação da Companhia Ford Industrial do Brasil, tendo como sede a concessão de terras localizada na Vila de Boa Vista, mais tarde batizada como Fordlândia, no ano de 1927. A construção da escola e o seu funcionamento neste local ocorreu somente no ano de 1931, quando Getúlio Vargas já governava o Brasil.

Segundo Fausto (1995) o início do governo de Vargas situou-se em um contexto histórico de crise, não apenas no Brasil, mas a nível mundial, após a quebra da Bolsa de Valores de 1929. A produção agrícola nacional não tinha mercado consumidor, os fazendeiros estavam quebrados e as oligarquias regionais derrotadas procuravam se reafirmar. No estado do Pará, a situação era ainda mais crítica, pois o estado não chegou a recuperar-se do fim do monopólio da borracha ocorrido na década de 1910. A população vivia em condições deploráveis na periferia de Belém ao fim da República Velha e, durante os governos de Vargas, os índices de saúde pública eram alarmantes, tanto na capital quanto no interior do Estado.

Segundo Coelho (2008, p. 23-24), no Estado do Pará, não somente a saúde estava em péssimas condições, como também a educação escolar e com múltiplos problemas se sucedendo, começando pela precariedade do espaço físico onde funcionavam as aulas, a frequência irregular dos alunos e a falta de professoras normalistas nas escolas.

Além dos aspectos políticos e legislativos em discussão, intensificaram-se os debates sobre os rumos da educação escolar brasileira, que já havia iniciado com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, no período chamado de Primeira República. Segundo Ghiraldelli (2000) este foi o período em que a evolução das ideias pedagógicas foi representada por dois movimentos denominados de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, tendo sido o primeiro uma ideia de desanalfabetização do povo e expansão da rede escolar, ocorrido nos anos de transição do Império para a República. O segundo consistiu na melhoria das condições pedagógicas e didáticas da rede escolar de ensino, ocorrida de meados dos anos 20 aos anos 30. (GHIRALDELLI, 2000, p.15)

O golpe militar comandado pelo Exército, no ano de 1889, deu início a uma nova era na qual o comando político centralizou-se nas mãos do próprio exército, juntamente com fazendeiros de café do Oeste paulista e intelectuais das classes médias urbanas, e, portanto, permaneceu durante os governos de Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Foi neste contexto, em um momento em que a sociedade brasileira passava por diversas transformações que iam desde à expansão da atividade cafeeira, fim do trabalho escravo e adoção do regime assalariado ao fim dos títulos de nobreza, que as elites intelectuais viram na Educação fator fundamental para o

desenvolvimento e modernização do país “o que possibilitou que a escolarização aparecesse como meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos” (GIHRADELLI, 2000, p.16). A educação popular incluía como meta a desanalfabetização da população como possível resolução dos problemas sociais no país.

Em termos de legislação, durante o período da Primeira República, o Brasil teve uma Constituição Promulgada no ano de 1891 durante o governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca que afirmava:

Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: 1º) velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;
2º) animar no País, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais;
3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;
4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (BALEIRO, 2012, p. 72)

Dessa maneira, cabe à União, não privativamente, a responsabilidade pelos ensinos superior e secundário, ficando sob responsabilidade dos Estados o ensino primário. Em seu Art. 72, § 6º, a Constituição declara que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”.

Segundo Aranha (2006):

A Constituição Republicana de 1891, ao reafirmar a descentralização do ensino, atribuiu à União a incumbência da educação superior à secundária, reservando aos estados o ensino fundamental e profissional. Desse modo, reforçou o viés elitista, já que a educação elementar receberá menor atenção. O ensino secundário, privilégio das elites, permanecia acadêmico e propedêutico – voltado para a preparação ao curso superior e humanístico, apesar dos esforços dos positivistas para reverter este quadro. Persistia, portanto, o sistema dualista e tradicional de ensino. (ARANHA, 2006, p. 298-299)

Para Romanelli (2007, p.41), “refletia essa situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira”, ou seja, uma maneira de tornar oficial uma dualidade existente não apenas no que dizia respeito à educação, mas a própria organização e manutenção de um sistema de classes que perdurava desde a colonização.

No entanto, após o ano de 1894, a elite cafeicultora de São Paulo consolida o seu controle sobre o país com a eleição do primeiro civil para a presidência da

República, o paulista Presidente de Moraes. A partir daí a desalfabetização da população já não é mais interessante aos desejos do governo, uma vez que a manutenção do poder político das elites cafeicultoras consistiu no controle eleitoral através do voto de cabresto, não-secreto e destinado apenas aos que fossem alfabetizados, com isso o entusiasmo pela educação perde força até o início dos anos 1910.

Os ideais pedagógicos do Brasil, apesar de ganharem força em momentos particulares de nossa história, tiveram fortes influências de educadores e filósofos estrangeiros. Até este momento, a corrente pedagógica que predominava era a Tradicional, qual trazia traços da educação Jesuítica baseada no *Ratio Studiorum*, como a unidade na figura do professor, a rigidez e disciplina nos estudos. Apesar disso, apoiava-se, principalmente, na pedagogia difundida pelo alemão Johann Friedrich Herbart nos EUA, que logo chegava ao Brasil. Os princípios básicos desta pedagogia estavam ligados aos cinco passos formais de instrução elaborados por Herbart, quais compreendiam a preparação, apresentação, associação, generalização e aplicação. De tal modo, “a pedagogia herbartiana forneceu o corpo principal da Pedagogia Tradicional no Brasil”. (GHIRALDELLI, 2000, p. 22)

A Primeira Guerra Mundial fez com que o nacionalismo e o patriotismo de intelectuais reiniciassem as discussões acerca da necessidade de escolarização, sobretudo com a finalidade de alfabetizar a população para possibilitar que aumentasse o contingente eleitoral, o que poderia por fim ao controle das oligarquias sobre o voto popular.

“Foi o bastante para que boa parcela da intelectualidade, imbuída de um espírito de “republicanização da República” e horrorizada com a situação do analfabetismo generalizado (em 1920, 75% da população era analfabeta) ressuscitasse o entusiasmo pela educação”. (GHIRALDELLI, 2000, p.18)

Era importante naquele momento que este movimento fosse reavivado, para que pudesse servir como base para seu substituto, a partir dos anos 20, o otimismo pedagógico, que consistiu na melhoria do ensino ofertado no Brasil.

Para Ghiraldelli (2000), as relações estabelecidas com os EUA no período pós-guerra tiveram cunho comercial, financeiro e cultural, e muitos dos ideais norte-americanos foram trazidos para o Brasil, entre eles os ideais educacionais. Desse modo, as preocupações com novos padrões educacionais e pedagógicos no Brasil

ganharam força com as concepções trazidas pela Escola Nova, movimento pedagógico norte-americano representado pelos educadores John Dewey e William Kilpatrick, e foram representados no Brasil por jovens intelectuais de entidades da sociedade civil como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Francisco Campos, entre outros, que ficaram conhecidos como “profissionais da educação” e que promoveram uma série de reformas estaduais nos anos 20.

Segundo Aranha (2006, p. 303):

“De fato, antes mesmo que o ideário da Escola Nova fosse bem conhecido, diversos estados empreenderam reformas pedagógicas calcadas nas propostas daqueles que seriam os expoentes do movimento escolanovistas na década seguinte. Foram as reformas de Lourenço Filho (Ceará, 1923), Anísio Teixeira (Bahia, 1925), Francisco Campos e Mári Casassanta (Minas Gerais, 1927), Fernando de Azevedo (Distrito Federal, 1928) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1928).”

Esses desdobramentos serviram como pano de fundo para que a sociedade civil se organizasse e promovesse, através da Associação Brasileira de Educação, as Conferências Brasileiras de Educação. A associação foi criada em 1924 a partir da reunião de vários educadores brasileiros preocupados com os rumos que tomava a educação no Brasil, e tinha por objetivo:

“Centrar num órgão, que não era um órgão de classe, mas, antes, um organização que encarnava um movimento, as reivindicações desse movimento, reivindicações que pretendiam sensibilizar o poder público e a classe dos educadores para os problemas mais cruciantes da educação nacional e a necessidade urgente de se tomarem medidas concretas para equacionar e resolver estes problemas” (ROMANELLI, 2007, p.129)

Os encontros da ABE discutiam as questões educacionais do Brasil, e entre 1924 e 1932 sofre grande influência religiosa por parte dos católicos. A partir de 1932, com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, os escolanovistas passaram a ocupar este lugar, e os católicos passaram a ser seus maiores opositores.

Como forma de fortalecer seu governo recém iniciado, Vargas procurou firmar alianças que pudessem beneficiá-lo de alguma maneira, e reforçou o vínculo do Estado com a Igreja Católica, tomando como marco simbólico dessa colaboração a inauguração do Corcovado em 12 de outubro de 1931. Assim, Vargas estava, ao mesmo tempo, ganhando o apoio da população católica brasileira. Este apoio, no

entanto, não seria gratuito e os religiosos conseguem, em troca, benefícios ligados ao campo educacional e segundo Fausto (1995) “tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto, de abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas”.

Segundo Romanelli (2007, p. 142) “a Constituição Federal de 1891, ainda em vigor até 1934, pelo seu artigo 72, parágrafo 6 declarava: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Em oposição, o decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, estabelecia em seu Art. 1º que: “Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião”. Os artigos seguintes definem, entre outras características, que as dispensas dessas aulas poderiam ser solicitadas pelos responsáveis no ato da matrícula e que o ensino religioso não poderia prejudicar o ensino das outras disciplinas do currículo escolar.

No Grupo Escolar de Fordlândia a prática da religião católica foi marcante e constante durante os anos dos quais tratamos neste estudo. Tanto em documentos analisados quanto nas falas dos entrevistados é possível atestar e comprovar este fato. Todos os dias, ao início e término das aulas, professores e alunos faziam orações católicas. Durante atos solenes, como comemorações cívicas, eram exaltados os trabalhos realizados em nome da educação, moral e boas práticas cristãs. Então, mesmo facultado o ensino religioso, a opção das professoras desta escola era a de promover uma educação seguindo os preceitos religiosos católicos, opondo-se à orientações da CFIB.

Em Belterra, a mesma prática foi observada, conforme afirma Pereira:

“Um exemplo disso é o fato de que as professoras, todas católicas, rezavam com as crianças, antes das aulas, driblando a orientação dos administradores e do próprio Ford de ter, nos seus domínios, uma escola laica. Tanto isso é certo que havia uma determinação de que padres não podiam entrar para morar dentro das plantações.” (PEREIRA, 2016, p.283)

Podemos verificar grandes semelhanças entre as práticas pedagógicas das escolas de Fordlândia e Belterra. Tal fato explica-se, primeiro, pela formação que tinham as professoras destas escolas, sendo a maioria dos corpos docentes formados por normalistas, que assumiam as turmas como titulares, tendo como substitutas ou ajudantes professoras leigas, que provavelmente eram treinadas na prática segundo suas convicções. Outro fator importante é o de que a primeira

diretora do Grupo Escolar em Fordlândia, que atuou nesta escola de 1934 a 1937, assumiu a direção das escolas em Belterra quando de sua construção, permanecendo nesta função até o ano de 1945.

Uma diferença marcante entre as escolas das duas concessões da CFIB, no entanto, pode ser observada. As diretoras que assumiram a função no Grupo escolar de Fordlândia, após 1937, deram continuidade ao trabalho implementado pela Professora Zélia Braga, conclusão à qual chegamos analisando os documentos coletados nesta escola. Procuravam agradar à gerência da CFIB, mas respondendo sempre à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Pará, enquanto em Belterra as atividades eram reportadas diretamente aos gerentes da Companhia havendo maior autonomia com relação a tudo quanto se efetivava nas escolas.

O decreto de 1931 e outras medidas foram adotadas pelo então ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, ficando conhecidas como Reforma Francisco Campos. A própria criação deste Ministério ocorreu em novembro de 1930 e segundo Fausto (1995, p. 337) “o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade: sem promover também uma reforma escolar totalitária que abrangesse a todos os aspectos do universo cultural”.

O ensino primário, por exemplo, foi relegado a segundo plano nas reformas de Francisco Campos, por ser ela destinada à classe trabalhadora de brasileiros. “Entre 1930 e 1932, Francisco Campos realizou uma intensa ação no Ministério da Educação, preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário”. (FAUSTO, 1995, p.337)

A reforma foi efetivada através de decretos de lei que pretendiam atender às exigências do novo regime instaurado com o governo provisório, porém, como afirma Romanelli (2007, p. 141) “a reforma deixou completamente marginalizados os ensinos primário e normal e os vários ramos de ensino médio profissional, salvo o comercial”. Desse modo, sem uma regulação nacional que determinasse os rumos da educação primária no Brasil, esta modalidade de ensino continuou a cargo dos estados federativos.

O próprio Conselho Federal de Educação, criado em 1931, tinha como integrantes representantes de Universidades Federais, institutos federais de ensino não ligados às universidades, do ensino secundário federal e particular, e membros da sociedade com conhecimentos em educação. Não havia representação do

magistério ou do ensino primário, em contraponto à grande presença do ensino superior.

A situação era muito contraditória, uma vez que as atribuições do Conselho eram relacionadas ao estabelecimento de diretrizes gerais para o ensino primário, secundário, técnico e superior a nível nacional (ROMANELLI, 2007). Dessa forma, mais uma vez ficava clara a dualidade do ensino, quando alguns níveis de ensino nem mesmo tinham representação junto ao Conselho.

O sistema de ensino dualista da antiga república ainda vigorava e as ações tomadas nas reformas vieram atender a pressões populares ou de setores específicos, como o religioso, não a atender a demanda da sociedade em transição. Mesmo que contivesse falhas, era a primeira vez que uma reforma era pensada a nível nacional, com a finalidade de promover uma estrutura a ser seguida em todo o país. Essas modificações refletiam, ainda, a situação social, política e econômica do país, representando as transições do governo e os interesses a que atendiam e o ensino ficou subordinado às modificações necessárias para a manutenção do estado.

Neste período, uma luta ideológica foi travada entre os pensadores da educação divididos em duas correntes principais e com ideais opostos. Os chamados profissionais da educação que promoveram várias reformas estaduais na década de 20 compunham a frente reformadora liberal, enquanto pensadores católicos compunham a frente conservadora católica.

A igreja Católica, que detinha grande poder com relação à educação desde a colônia, viu-se em situação contrária a seus propósitos com a Proclamação da República e com a instituição da laicidade do ensino. No governo de Getúlio estava a oportunidade da retomada ao menos parcial dessa atividade. As reuniões da ABE, realizadas desde o ano de 1927, serviram como locais de discussão entre os católicos conservadores e os educadores renovadores que pretendiam promover modificações mais profundas.

Para Ribeiro (2010, p.84), os “educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), a educação em separado e, portanto, diferenciada para os sexos masculino e feminino, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto à educação, etc.”, e, os “educadores influenciados pelas “ideias novas” defendiam a laicidade, a coeducação, a gratuidade, a responsabilidade pública em educação etc.”.

Quando se reuniu, em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima nem condições para atender ao pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e o que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Movimento dos Pioneiros da Educação Nova” publicado em 1932. (ROMANELLI, 2007, p. 144)

A publicação do Manifesto, “escrito por Fernando de Azevedo e assinado por numerosos educadores” (RIBEIRO, 2010, p.89), reunia, em um só documento, sua proposta para uma reforma nacional. Após a IV Conferência, em 1933, “os católicos retiravam da ABE e criavam a Confederação Católica de Educação” (XAVIER, 2004 p.13), o que promoveu ataques constantes aos educadores da escola nova nos anos que se seguiram.

Como afirma Coelho (2008):

O regulamento de ensino que funcionou para a escola primária no estado do Pará durante a década de 1920 foi o estabelecido pelo decreto 3356 de sete de maio de 1918. Por este decreto, o curso primário ou elementar estava dividido em quatro anos, acrescido de um curso complementar de dois anos, obrigatório para meninos entre sete e catorze anos e meninas entre seis e doze anos. O conteúdo compreendido para a escola primária **não se diferenciava muito do programa que prevaleceu para esse nível de ensino durante as três primeiras décadas da república em diversos estados brasileiros**: leitura; escrita caligráfica; língua nacional; aritmética auxiliada pelo estudo elementar das equações algébricas; noções de geografia e história, especialmente do Brasil e do Pará; lições de coisas, compreendendo lições concretas de zoologia, botânica e física; instrução moral e cívica e elementos de higiene individual; noções e práticas de geometria; desenho; exercícios militares e de calistênica sueca apropriados à idade e ao sexo dos alunos; prendas domésticas para meninas; canto de hinos patrióticos escolares. (COELHO, 2008, p.32, grifo nosso)

Após a Revolução de 1930, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, ou simplesmente Magalhães Barata, assumiu o posto de interventor Federal no Pará, na qual permaneceu até o ano de 1935, sendo depois substituído por José Carneiro da Gama Malcher. No ano de 1931, como resultado dos princípios democratizantes do novo governo, uma nova reforma é instituída por meio do decreto 235, de 26 de março de 1931.

De acordo com o decreto, o ensino primário tornou-se obrigatório para meninos e meninas que tivessem entre sete e catorze anos e:

“Compreendia a escola infantil, para crianças de quatro a seis anos; o primário, distribuído em cinco anos; o ensino prático popular, que funcionava nas escolas noturnas com a duração de dois anos e o ensino especial, para alunos débeis e retardados. O curso da escola infantil deveria ser, antes de tudo, um laboratório de atividades, experiências e exercícios educativos e onde a intervenção do professor na atividade do aluno deveria ser, apenas, para discipliná-lo, corrigi-lo e orientá-lo para um fim superior, ou seja, o da formação moral, higiênica e social. O curso primário, nos cinco anos de sua complementação, tinha como princípio fundamental o desenvolvimento das faculdades infantis por meio da simplicidade, análise e progressividade. (COELHO, 2008, p.33)

Em princípios da década de 1930, tentava-se colocar em prática o ensino ativo, estabelecido como técnica para a modernização da educação paraense, seguindo os exemplos de outros estados brasileiros que chegavam, tentando implantá-lo desde a década anterior. Este modelo de ensino preconizava dinamismo das atividades executadas que possibilitassem ao aluno a compreensão dos conhecimentos por si, através de suas ações, acompanhando assim os princípios estabelecidos pelo escolanovismo.

As dificuldades em alcançar os objetivos deste modelo de educação, provinham, sobretudo, da falta de recursos em decorrência da grande crise, que se abateu sobre os estados Amazônicos com o fim do monopólio da borracha. Tratava-se de realizar mudanças não só na legislação do ensino, mas nos princípios pedagógicos, modos de ensino e aprendizagem, estrutura física e materiais utilizados.

Com o intuito de melhorar ao menos a situação da preparação das professoras para o ensino com o novo método, o Governo do Pará solicitou ajuda do Distrito Federal com o envio de uma orientadora educacional, que chegou a Belém em 1934, a exemplo de outros estados brasileiros que já iniciavam suas reformas, e obtiveram também o auxílio de outros profissionais. Ainda assim, a educação primária paraense não conseguia, ainda, alcançar os resultados desejados. (COELHO, 2008)

Dentre os componentes curriculares da escola primária paraense da década de 1930, destacou-se o do ensino das letras. Os índices de analfabetismo eram muito altos, e, de acordo com os princípios de combate a uma educação excludente, era imprescindível que fossem diminuídas as taxas de analfabetismo. Juntamente à alfabetização, primava-se pelo ensino da caligrafia, cobrando-se para a execução

desta até mesmo a postural corporal da criança ao escrever. O exercício da leitura era também incentivado, com atividades diárias de leitura.

Disciplinas que estimulassem o desenvolvimento do patriotismo dos alunos eram ministradas durante todo o ensino primário, com o intuito de desenvolver uma identidade nacional, de honra e dever para com a pátria. Essas noções eram reforçadas com o ensino de História, primeiro do estado do Pará e depois do Brasil, e também com o ensino da Geografia.

A matemática deveria ser ministrada de modo que os alunos reconhecessem sua aplicação no cotidiano, assim como a geometria, que apesar de fazer parte da matemática era trabalhada separado desta, ensinada a partir de exemplos de materiais utilizados no dia a dia dos alunos.

As lições de coisas e o método intuitivo preconizavam o contato real das crianças com o conhecimento, não através somente de palavras, mas pelo contato com as coisas às quais estavam relacionadas e eram a base do ensino das ciências, saúde e higiene. Esta última recebia especial atenção nos programas da escola primária, acompanhando a uma ação coletiva de setores sociais em prevenção a doenças causadas pela má higiene. As crianças passavam diariamente por uma inspeção para averiguar o asseio de cada um, reforçando a importância de hábitos como a lavagem das mãos e banhos diários. Ensinava-se, ainda, às meninas, as chamadas prendas domésticas e aos meninos o culto ao corpo, através de atividades físicas, além de noções de estética através da caligrafia, desenho, desfiles e apresentações.

O ensino religioso passou a fazer parte do currículo estadual após a Constituição de 1934, ministrada dentro do horário normal de aulas e de matrícula facultativa aos alunos. Assim, a igreja católica recupera parte de sua influência educacional no ensino público, proibida com a Carta Constitucional de 1891, em uma manobra de Vargas para atender aos desejos da Igreja e de tal modo, garantir seu apoio ao governo.

As escolas do estado dividiam-se em escolas reunidas, escolas isoladas, escolas auxiliares e grupos escolares. As escolas isoladas reuniam crianças em diversas idades e em diferentes graus de desenvolvimento em um único espaço, com uma única professora, que geralmente realizava o pagamento do aluguel do espaço e, muitas vezes, serviam como escola e moradia da professora responsável.

As escolas reunidas abrigavam, em um único local, espaços diferenciados para cada nível de ensino, na qual não se podiam construir grupos escolares, consideradas como intermediárias entre a escola isolada e os grupos escolares. Geralmente, professoras leigas eram responsáveis pelo ensino e recebiam salários menores que as normalistas, assim como nas escolas isoladas. Para o ensino noturno, destinado aos maiores de catorze anos, funcionavam as escolas auxiliares.

A criação dos espaços chamados de grupos escolares refletia o ideal republicano para a expansão e melhoria do ensino público para o país, tendo sido o primeiro grupo escolar do Pará inaugurado em Belém no ano de 1900, e o prédio atendia às exigências higiênicas e pedagógicas do modelo educacional vigente. Os prédios construídos posteriormente na capital e interior do estado recebiam a mesma premissa, e deveriam ser notados como espaços educacionais. Os que foram construídos na década de 30 eram mais modestos, mas atendiam às mesmas necessidades. As professoras eram normalistas, e recebiam salários maiores do que as leigas responsáveis pelas escolas isoladas ou reunidas.

Desde 1899, quando o decreto 625 institui a educação de grupos escolares na Província do Pará, até o início da década de 1940, foram construídos trinta grupos escolares das sedes dos municípios do interior e dezesseis na cidade de Belém. Além dos grupos escolares, o ensino primário, em 1943, funcionava em quatro escolas reunidas na capital, quatro escolas reunidas no interior, 250 escolas isoladas nos subúrbios da capital e no interior, quarenta e cinco escolas isoladas nas sedes dos municípios e 650 escolas auxiliares, inclusive noturnas. (COELHO, 2008, p.99)

Ao término da instrução primária, no entanto, o jovem não tinha a opção de ingresso em um curso secundário, visto que as escolas para esta finalidade são criadas com décadas de diferença. De tal modo, grande parte dos jovens dedicava-se a outras atividades e não dava continuidade aos estudos.

No entanto, segundo França (2012, p. 05):

De acordo com o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1899, os alunos aprovados nos exames dessas escolas recebiam um diploma de estudos primários que lhes garantia as seguintes vantagens: a) matrícula no Liceu Paraense e na Escola Normal; b) preferência para reger interinamente as escolas elementares e os lugares de adjuntos; c) preferência para os cargos públicos que independem de concurso.

Ao mesmo tempo em que oferecia oportunidades limitadas aos seus concluintes, terminar o ensino primário poderia significar uma oportunidade de

continuidade de estudos e trabalho, especialmente para as mulheres que desempenhavam a função educativa. Eram consideradas leigas aquelas que não tiveram a oportunidade de cursar a escola normal; e especialistas, as normalistas que houvessem realizado tal feito.

Em suma, percebemos que o ensino primário no estado do Pará, mesmo com a intenção de acompanhar as reformas estaduais ocorridas em outros estados na década de 20, foi dificultado em razão de problemas financeiros do governo após a crise ocasionada pela falência da atividade gomífera na década anterior. Isto ocorreu porque os recursos necessários à implementação, manutenção e expansão da educação primária estavam a cargo dos estados brasileiros.

Sobre as práticas pedagógicas das professoras do Grupo Escolar de Fordlândia, foi possível observar, em documentos coletados na pesquisa de campo, algumas menções a estas “novas ideias” ou às modernas práticas pedagógicas, como uma referência ao escolanovismo, sendo mencionada a necessidade da supressão dos castigos corporais. Não foi possível, no entanto, identificar uma prática que nos leve a concluir que estes ideais tenham sido concretizados no Grupo Escolar de Fordlândia. Um dos motivos pode estar centrado na própria formação das normalistas.

Segundo Barros (2010, p.44) “A Escola Normal do Pará foi fundada por meio da Lei nº 669, de 13 de abril de 1871, com o objetivo de formar professores para lecionarem na instrução primária da Província Gram Pará” e passou por extinções e reinstalações durante os primeiros anos de funcionamento. Eram aceitos, para estudarem na instituição, homens e mulheres, que estudavam separados e deveriam atender a uma série de pré-requisitos, sendo um dos principais a boa conduta moral e religiosa.

Para a Província, a criação e a organização da Escola Normal do Pará marcou um momento de mudança na questão do ensino primário. Antes da criação da Escola uma pessoa se habilitava para este ensino por meio de concurso, que consistia na realização de uma prova sobre as disciplinas que formavam o currículo primário. Isto mudou com a criação da Escola Normal, visto que o discente formado nesta instituição passou a gozar da preferência para atuar no ensino primário e de gratificações financeiras. Com isso, os professores que atuavam antes da existência da Escola foram aos poucos sendo conformados às regulamentações desta instituição, o que implicou na mudança de um quadro docente com formação diversa, para outro com formação normalista. (BARROS, 2010, p.47)

Ainda sobre a Escola Normal do Pará, Barros (2010) citando Cruz (1973) afirma que:

O curso era de três anos, em seis cadeiras, sendo ensinadas as seguintes matérias:

1ª Instrução moral e religiosa

2ª Gramática da Língua Nacional. Exercícios de leitura de clássicos em prosa e verso. Redação. Exercícios caligráficos

3ª Aritmética. Sistema métrico. Elementos de geometria.

4ª Noções gerais de geografia e de História. Geografia e História do Brasil, principalmente do Pará. Leitura refletida da Constituição Política do Império.

5ª Noções gerais de Física, de Química e de Agricultura

6ª Pedagogia e Legislação do ensino.

Havia também aula de desenho linear e de música.(...) (CRUZ, 1973, p. 359-360)

Desde a sua criação a Escola Normal passou por várias reformas curriculares, nos anos de 1900, 1912, 1914, 1918 e 1924. Nesta última, o currículo da Escola Normal do Pará encontrava-se assim estruturado:

Figura 28 - Currículo da Escola Normal do Pará em 1924

Apresenta as disciplinas discriminadamente associadas aos campos de estudos conforme Reforma de 1924.

Campos de Estudos	Nº de disciplinas	Disciplinas
Ciências Naturais	3	Física e Química, História Natural
Matemáticas	3	Aritmética, Geometria e álgebra
Geografia e História	3	Geografia geral; Cosmografia; Chorografia do Brasil; História, especialmente da América e do Brasil
Línguas e literatura	4	Português - 1ª Cadeira; Português - 2ª Cadeira; Português - 3ª Cadeira; Francês e Literatura
Educação	2	Psicologia e Pedagogia; Psicologia e Instrução Moral e Cívica
Outros	4	Higiene Geral, Desenho, Caligrafia, Ginástica, Música

Fonte: Decreto de Nº 4.049 de 09 de Fevereiro de 1924 (Anexo 6)

Fonte: Barros (2010, p.60)

A educação moral, religiosa e cívica esteve presente desde o princípio das atividades de formação dos professores do ensino público primário, mesmo com as várias reformas efetuadas no currículo da Escola Normal do Pará. Desta maneira, sendo estabelecida em lei a permissão do ensino religioso nas escolas, e tendo sido estas profissionais formadas segundo estes preceitos, a adoção desta concepção

educacional acontecia naturalmente no Grupo Escolar de Fordlândia. Do mesmo modo, as práticas essencialmente tradicionais, atreladas ao ensino religioso, eram executadas, marcadas pela rigidez, disciplina e aplicação de castigos físicos.

Os relatos dos ex-alunos do Grupo confirmam que, mesmo sendo respeitadas e admiradas pelo trabalho que desenvolviam na escola, as professoras normalistas eram lembradas, sobretudo, por estas práticas, tendo sido mencionadas por diversas vezes a prática da palmatória e da sabatina por todos os entrevistados, assim como as orações e hinos cívicos entoados diariamente na entrada e saída das aulas.

O aspecto higienista tinha grande destaque, e as professoras fiscalizavam diariamente os alunos, verificando se as roupas estavam limpas, unhas limpas e aparadas, cabelos sem piolhos e penteados. Segundo os relatos, até banhos eram dados nas crianças que não estivessem bem asseadas. Esta foi uma característica que, à primeira vista, poderia ser creditada às normas da própria CFIB, que exigia de seus funcionários o mesmo asseio e higiene, principalmente como meio de evitar doenças e manter sempre limpos e bem cuidados os espaços da Companhia. No entanto, a higiene pessoal cobrada dos alunos fazia parte das práticas das normalistas apreendidas na Escola Normal.

la sempre bem arrumado e limpinho, porque as professoras olhavam se tava tudo bem limpo, roupa, cabelo, sapato. (E1)

Na escola eles sempre queriam todo mundo sempre limpinho e bem arrumado, cortavam as unhas, davam banho, o que precisasse, e olhavam todo dia. Eu sempre tava bem limpinha, minha mãe deixava sempre arrumada. (E2)

Tinha que ir pra escola de roupa limpa, cabelo penteado, unha cortada. Se tivesse sujo, elas faziam limpar. A gente tinha cuidado pra não sujar no caminho pra escola. (E3)

O ensino de Português e Matemática era central no Grupo Escolar de Fordlândia, sendo a alfabetização dos alunos o objetivo principal. Após alfabetizados, grande parte dos alunos deixava a escola, fato comprovado pela considerável diminuição de matrículas em séries subsequentes ao primeiro ano e pelo baixo índice de conclusões do ensino primário entre 1934 e 1945. As disciplinas

de História, Geografia e Ciências também faziam parte do currículo escolar, assim como aulas de educação física e prendas, canto e teatro.

As atividades físicas, de canto e teatro eram apresentadas à comunidade escolar em dias de festas cívicas e sessões solenes realizadas pela escola, quando os alunos entoavam hinos, faziam pequenas encenações, apresentavam poemas. Nas datas em que se comemorava a Independência do Brasil eram organizados desfiles e jogos, nos quais as habilidades físicas dos alunos eram demonstradas através de jogos de futebol, ginástica, corridas e até competições de natação. Nestas ocasiões havia interação entre a comunidade escolar e os operários da CFIB, clubes esportivos e comerciantes, que ofereciam as premiações aos vencedores e doces para serem distribuídos às crianças.

Nossos entrevistados assim relataram suas lembranças sobre as disciplinas do currículo escolar do Grupo:

Daí tinha os livros, que eram de português, matemática, ciências, história e geografia.

Quando eu estudava, usava a Cartilha do Povo, no preliminar, lá tinha o abecedário todinho, maiúsculo e minúsculo, alguns desenhos e umas frases.

Depois que saía do preliminar, ia pra primeira série atrasada e depois pra adiantada. A terceira série era fogo na roupa, tinha que saber de tudo mesmo.

[...] todos os dias, era feito fila e cantava o hino nacional e rezava, na entrada e na saída... (E1)

[...] Todo mundo saía de lá sabendo ditado, matemática, operações, porcentagem...

[...] E tinha aula de teatro, apresentação, tinha jogos [...]

Aprendi outras coisas também, todos os hinos, a gente estudava moral e cívica, religião. A gente fazia muitas orações católicas todo dia. (E2)

O português a gente aprendia direitinho, tinha ditado, elas tomavam leitura. A matemática que eu aprendi melhor usava muito matemática na oficina do meu pai, que tinha em casa. Eu só tive emprego quando meu pai morreu porque sabia bem matemática. Estudava muito moral e cívica, religião, tinha que saber todos os hinos

e todas as rezas, e era todo dia. Tinha também história, geografia, ciências. Era bem puxado, né, muito puxado. (E3)

Estas disciplinas eram previamente definidas pelo governo do estado e o programa de ensino era enviado de Belém, assim como as provas realizadas pelas professoras. Em registros de documentos expedidos à Secretaria de Educação e Cultura do Estado, as diretoras solicitavam o envio das referidas provas, informando a quantidade de alunos por série. Houve ocasiões em que, por não terem sido enviadas as provas, as mesmas foram elaboradas na própria escola, com a orientação e supervisão da diretoria, e o fato informado à Secretaria por meio de ofício. Segundo nos informou uma de nossas entrevistadas:

A gente tinha que participar do programa, que vinha todo de Belém, até as provas vinham todas de Belém, lacradas, e eram abertas só na hora da prova, e com supervisão. Nem era a mesma professora que passava a prova, elas trocavam de sala e vinha outra professora passar a prova na sala. (E2)

Além das provas, eram solicitados semestral ou anualmente os materiais dos quais a escola fazia uso durante o ano letivo. As listas eram enviadas à Secretaria de Educação e Cultura juntamente com o ofício de solicitação, e os pedidos eram enviados à Fordlândia por barcos. Havia certa demora neste envio, em parte em função do transporte, em parte porque a Secretaria não remetia o envio em tempo hábil. Por muitas vezes os materiais foram enviados incompletos, havendo necessidade de novo pedido, e até mesmo o não envio. A falta destes itens comprometia o trabalho realizado pelas professoras do Grupo, que chegavam a pedir ajuda à CFIB e ao próprio interventor do Estado, em casos mais graves.

A reforma nacional que viria organizar e sistematizar o ensino primário brasileiro ocorreu apenas em 1946, com o fim do Estado Novo. Até lá, somente a breve Constituição de 1934, determinava, por exemplo, quanto em dinheiro deveria ser reservado pelos municípios, estado e união à educação, cada qual em seus níveis. Com a Constituição de 1937, no entanto, nem sequer foi citada a questão das verbas, ou da responsabilidade da união com relação à educação pública, restando ao governo estadual esta tarefa.

3.5 AS RELAÇÕES ENTRE O GRUPO ESCOLAR, A COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL E O GOVERNO ESTADUAL

É inegável o sentimento saudosista e nostálgico que tem a maioria dos moradores de Fordlândia quando nos falamos sobre “os tempos da Companhia”. As afirmações mais recorrentes ouvidas durante o percurso da pesquisa de campo referem-se à organização do lugar, aos benefícios que tinham os trabalhadores da Ford, à beleza de tudo o que foi lá construído. Esta boa imagem associa-se diretamente à escola que ora pesquisamos, por tratar-se justamente de um dos locais de referência quando são mencionados os quesitos citados acima.

Assim como todas as instalações da Fordlândia das décadas de 1930 e 1940, a escola também foi construída pela CFIB. Seus móveis, como mencionado por um de nossos entrevistados, eram fabricados lá mesmo, na carpintaria da Companhia. A construção desta escola fazia parte do projeto antes mesmo que fossem enviados os navios a vapor, que fizeram o transporte dos materiais usados na construção da vila, mas sua construção ocorreu apenas após o episódio do “quebra-panelas” (AMORIM, 1995), como um meio de atender às reivindicações dos trabalhadores e cumprir as promessas feitas quando de sua contratação.

Fazia parte da propaganda da Ford, para atrair funcionários, a qualidade de vida daqueles que trabalhassem com afinco, com direito a tratamento médico, dentário e a educação escolar de seus filhos. Este modelo foi transferido para o Brasil, e a Companhia fazia alto uso dessa imagem para, assim como ocorria nos EUA, atrair trabalhadores e forçá-los a trabalhar segundo seu sistema, com a ameaça de perda dos benefícios, demissão e banimento da Fordlândia para aqueles que demonstrassem desobediência, imoralidade ou que não trabalhassem o suficiente.

Na visão dos moradores e ex-alunos, no entanto, a escola é vista como um ato de bondade da empresa, que segundo afirmam, “era boa com quem trabalhasse direito”. Apesar de compartilharem esta visão, percebemos, aos poucos, através das suas falas, nos relatos sobre o passado, aquilo que não está explícito em suas palavras.

Quando algum visitante chegava à Fordlândia para conhecer suas instalações era encaminhado à escola, para que pudesse ver o trabalho desenvolvido nesta. As suas opiniões eram deixadas registradas no Livro de Impressões de Visitantes, que

ao contrário de outros tipos de livros de registros, foi aberto no ano de construção da escola, e leva assinaturas de visitantes solitários e de grandes grupos, brasileiros e estrangeiros, o que demonstra a quantidade de pessoas que eram levadas até o local.

Ainda hoje, a vila recebe inúmeros turistas, brasileiros e estrangeiros, curiosos em conhecer as instalações da extinta CFIB na Amazônia. Estes visitantes encontram muitos prédios em ruínas, instalações em desuso há muitos anos, prédios mal conservados e depredados pelos próprios moradores, ou consumidos pela ação do tempo e da falta de cuidado.

A escola, pelo contrário, foi mantida preservada pelos moradores e por seus usuários, não foi abandonada como ocorreu com outros prédios, não deixou de ofertar, em 86 anos de existência, o ensino público aos moradores do local. Talvez tenha sido este o motivo principal de sua conservação ao longo dos anos, o respeito demonstrado pelo tipo de atividade que se desenvolvia ali, pelas pessoas que se dedicavam para ensinar as crianças da vila, que dificilmente teriam tido outra oportunidade caso a escola tivesse sido extinta.

Ao ouvirmos os relatos dos ex-alunos da escola, as afirmações dadas eram de que era a escola da Companhia, e que ali não se pagava mensalidade, não se comprava material, não se comprava uniforme nem merenda, sendo tudo isto doado pela empresa.

Tudo que a gente usava lá era a Companhia que dava, até a merenda. Tinha mingau de fubá, arroz, laranja, tangerina, tinha muito delas porque eles plantaram lá, e produzia muito. Mandavam até pra Belterra, pras escolas daqui. Eles davam a roupa também, o uniforme, mas o sapato não, tinha que comprar, e o material davam também. (E2)

O ensino era, de fato, público, ofertado às crianças de cinco a dezesseis anos, conforme a legislação educacional em vigor no país. Não houve, como se pode pensar, uma imposição de leis próprias para ao funcionamento desta escola como houve com relação a outros aspectos da vida social da Fordlândia, como a proibição da ingestão de bebidas alcoólicas, ou a proibição da prostituição na vila. Todas as ações ali realizadas obedeciam às leis brasileiras, e havia prestação de contas com os órgãos brasileiros responsáveis pela educação escolar. A própria

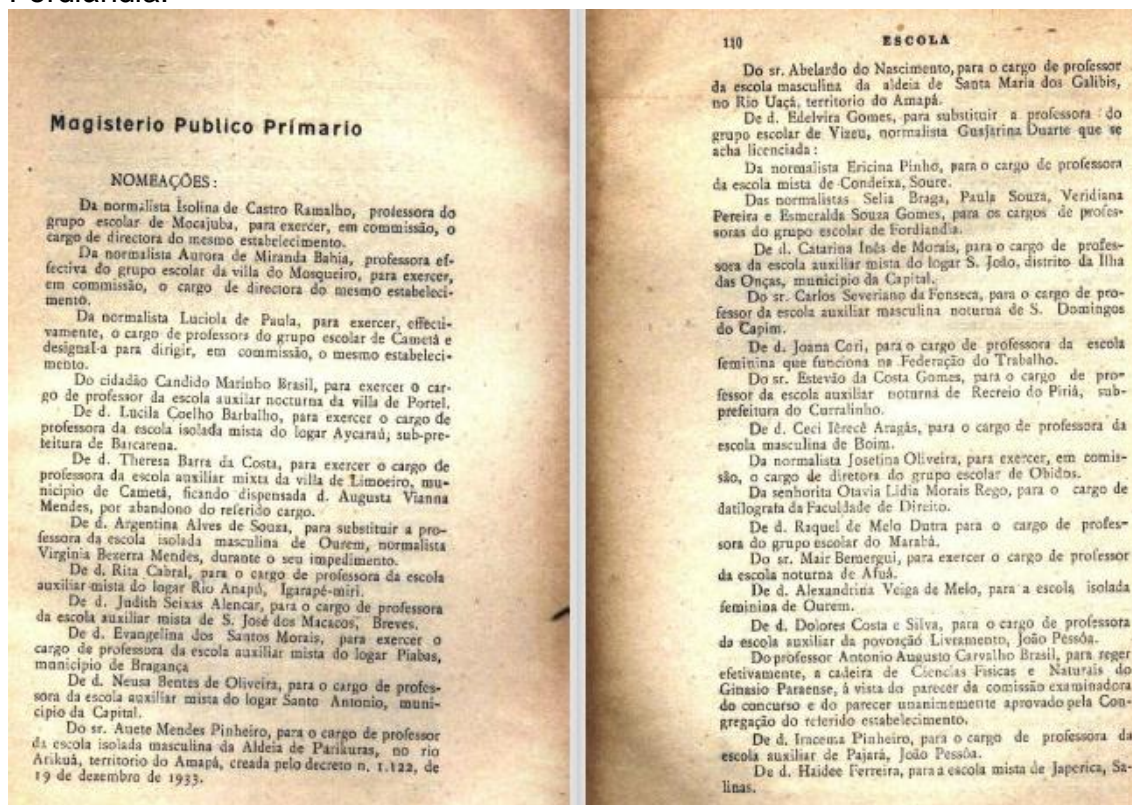
mudança do nome da escola, de Escola de Bôa Vista para Grupo Escolar de Fordlândia, ocorreu por ordem de decreto do Interventor Federal do Estado, o Major Joaquim de Magalhães Barata, no ano de 1934, quando ocorreu também a Instalação Oficial da Vila de Fordlândia (AMORIM, 1995).

A contratação das professoras, ao contrário do que também afirmam os moradores e ex-alunos, não era feita pela Companhia. As designações vinham, até o ano de 1936, da Secretaria de Educação e Ensino Público do Pará, e, a partir de 1937, da Secretaria de Educação e Cultura do Pará. Eram nomeadas as professoras normalistas formadas em Escolas Normais, acreditamos que a maioria de Belém, que vinham exercer a função de professoras em Fordlândia.

Estas nomeações eram divulgadas por um meio de comunicação que circulava no estado do Pará na década de 1930, a revista “Escola: Professorado do Pará”. Esta revista continha informações variadas sobre o ensino público no estado e abordava questões de interesse dos professores, trazendo inclusive artigos de autoria destes, seus planos de aula, informações sobre a IV Conferência Nacional de Educação e sobre as novidades no campo da pedagogia. Uma sessão, em especial, tratava das nomeações dos professores e professoras do estado, bem como a localidade na qual iriam lecionar.

Três exemplares desta revista podem ser consultados através do site da Fundação Cultural do Pará, disponível em formato digital para conservar os originais. A coleção é composta por três números publicados da revista, dos anos de 1934 e 1935, nos quais pudemos encontrar nomeações de normalistas para trabalharem no Grupo Escolar de Fordlândia, no ano de 1934, assim como soubemos do destino de um ex-componente do quadro de professores desta escola, seu primeiro diretor, senhor Hostiniano Madeira Pinheiro, que pouco deixou registrado de sua passagem pela escola e do trabalho desenvolvido pelo corpo docente neste período.

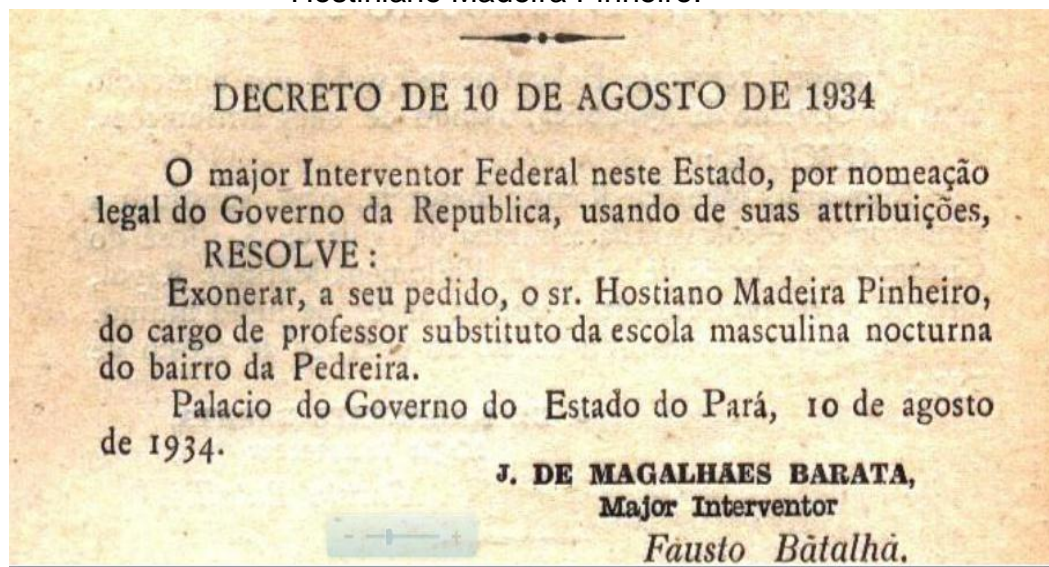
Figura 29 - Revista Escola: Professorado do Pará, nomeação de normalistas para Fordlândia.



Fonte: <<http://fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/escola-revista-do-professorado-do-para/n3v1agosto>> Acessado em 03/01/2017, às 11h38min.

A área apontada na imagem mostra o texto da publicação na nomeação das normalistas Selia Braga (grafado de maneira incorreta, com S, o correto seria Z), Paula Souza, Veridiana Pereira e Esmeralda Gomes, para os cargos de professoras normalistas do Grupo Escolar de Fordlândia. A revista, publicada no mês de agosto de 1934, não informa a data da nomeação. Todas as professoras citadas atuaram nesta escola, tendo sido a normalista Zelia Braga convidada pela CFIB para exercer o cargo de diretora, que, como podemos perceber na imagem acima, não foi o cargo para o qual foi nomeada pelo governo do estado. Não podemos precisar a data em que o senhor Hostiniano M. Pinheiro deixou o Grupo, nem se o fez por vontade própria, mas encontramos na revista uma menção a este professor, nesta mesma edição da revista.

Figura 30 - Revista Escola: Professorado do Pará. Pedido de exoneração de Hostiniano Madeira Pinheiro.



Fonte: <<http://fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/escola-revista-do-professorado-do-para/n3v1agosto>> Acessado em 03/01/2017, às 11h38min.

O senhor Hostiniano Madeira Pinheiro era, provavelmente, assim como as demais normalistas enviadas à Fordlândia, proveniente da capital do estado do Pará, para onde deve ter retornado após sua saída do Grupo, para atuar como professor substituto da escola masculina noturna do bairro da Pedreira, em Belém. O decreto o exonera desta função, a seu pedido, em 10 de agosto de 1934. Não há menções a nomeações anteriores ou posteriores a esta nos números disponíveis desta revista, ou mesmo qualquer tipo de informação sobre este professor na escola, salvo as impressões registradas pelos visitantes do Grupo enquanto esta ainda estava sob sua direção.

Houve casos em que a CFIB interveio nas contratações e designações de cargos, como o ocorrido com a normalista Zelia Braga, professora do Grupo convidada para assumir o cargo de diretora em 1934, exonerada pelo estado em 1935 para depois de três meses ser novamente nomeada diretora, por decreto do então Interventor do Estado José Carneiro da Gama Malcher, para mais tarde assumir as escolas construídas em Belterra, a segunda concessão de terras da CFIB no Brasil.

Era comum que as normalistas enviadas à Fordlândia permanecessem pouco tempo trabalhando na localidade, um ano ou dois, depois pedindo a transferência ou exoneração dos cargos. Um dos fatores para a alta rotatividade das professoras pode ser atribuído ao fato de serem moças morando fora de suas cidades natais,

longe das famílias, a quem viam uma vez ao ano em períodos de férias. Algumas viajavam para o trabalho na Fordlândia acompanhadas pelas mães, outras acompanhadas pelos maridos, como a normalista Zuila Alvares Ladislau, que no ano de 1943 pediu exoneração do cargo para acompanhar o marido que estava deixando o trabalho na Companhia.

Quando uma das normalistas deixava seu cargo, era substituída por uma professora leiga da vila, por nomeação da diretora em exercício ou por indicação da CFIB, assim como as funcionárias que trabalhavam como serventes. Todas essas decisões, no entanto, eram submetidas à aprovação da secretaria responsável que podia aceitar as substituições ou, o que era mais frequente no caso das normalistas, nomear outra pessoa que fosse ocupar a vaga.

Mesmo sendo decididas as contratações pela Secretaria de Educação do Estado, os salários das professoras eram pagos pela CFIB. Todos os meses havia remessa da folha de pagamento e valores de descontos em vale postal para a Secretaria de Educação, no entanto nunca houve comunicação oficial atestando o recebimento das quantias a serem pagas às professoras. Quando solicitado reajuste salarial por parte das normalistas, e pagamento de vencimentos à servente no período de férias da escola, foi pedido que a Secretaria intervisse junto à CFIB para que a empresa atendesse e realizasse o justo pagamento.

N^a 10 – Grupo Escolar da Fordlândia, 10 de maio de 1940.

Ilmo. Sr. Diretor Geral de Educação e Cultura

Anexo a esta remeto-vos a folha de pagamento das professoras deste Grupo relativa ao mês de abril p. findo, bem como o vale-postal com a importância de 87\$500 referentes aos descontos legais feitos como indica a dita folha.

*Aproveito a oportunidade para lembrar-vos o nosso aumento de vencimentos, **que até agora não foi proposto, segundo disse o Snr. Caixa da Companhia.** Com meus protestos de consideração e respeito, saúdo-vos.*

Auta da Luz Porto

Diretora. (Livro de Correspondência, 10 de maio de 1940. Grifo nosso)

Ofícios com estas mesmas características eram enviados todos os meses para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, tendo sido esta a primeira vez em que se falou em aumento salarial, ou em quem deveria conceder o tal aumento.

Em outro documento enviado à mesma secretaria alguns meses depois, a diretora demonstrou seu descontentamento com a situação dos salários das professoras do Grupo:

N^a 16 – Grupo Escolar da Fordlândia, 07 de agosto de 1940.

Ilmo. Sr. Diretor Geral de Educação e Cultura.

*Comunico-vos que no mês de julho, como verificareis na folha de pagamento tivemos um aumento de 25\$000. Mas, não sendo essa a quantia a que temos direito, de acordo com o que foi feito às professoras públicas em 37, julgamo-nos com o direito de reclamar, para o que **solicitamos vossa intervenção junto à Companhia**, máxime porque, segundo informações aqui obtidas sobre as normas da mesma o mínimo aumento para mesalistas é de 50\$000.*

E porque nos deram apenas a metade?

Esperando dispenseis atenção e interesse à nossa causa, expressamos aqui o melhor de nossa gratidão.

Com protestos de alta consideração, minhas saudações.

Auta da Luz Porto

Diretora. (Livro de Correspondência, 07 de agosto de 1940. Grifo nosso)

Apesar de todo o respeito demonstrado tanto pela CFIB quanto pelos órgãos públicos responsáveis pelo ensino, a professora e diretora Auta Porto não se submeteu, tendo conhecimento dos direitos que tinham as professoras normalistas, e questionando tanto a Secretaria de Educação e Cultura quanto a CFIB por meio de suas correspondências. Situação semelhante ocorreu quando, em 1945, a servente do Grupo pediu demissão de seu cargo por não se sujeitar aos ditames da gerência da Companhia:

Grupo Escolar de Fordlândia – 24 de março de 1945

Ilmo. Snr Diretor do Departamento de Educação e Cultura

Communico-vos que, a servente do grupo Escolar de Fordlândia, Inezila Pimentel, pedira descarga na Companhia Ford, por não se sujeitar, durante o período de férias, a lavar avultado número de tigelinhas (5.600, por mês) serviço esse imposto pela referida Cia, a fim de ter o direito de receber os vencimentos nas férias.

Com respeito, subscrevo-me.

*M^a de Nazaré R. da Costa
Diretora*

Em informe posterior, enviado via rádio, a diretora comunica à Secretaria que:

Ilmo Dr Diretor do Departamento de Educação

Comunico-vo servente Inezila Pimentel recebeu vencimento de férias trabalhando Grupo Escolar. Cia não estava ao par do regulamento. Tudo normalizado.

*M^a Nazaré Costa
Diretora.
10/04/945*

Estas foram, indiscutivelmente, duas demonstrações de resistência das funcionárias desta escola contra a Companhia que gerenciava o funcionamento de toda uma vila. Em todos os lugares, as pessoas obedeciam suas ordens, e na escola, local em que as satisfações devidas eram dadas principalmente aos órgãos governamentais responsáveis pelo ensino, também, isto ocorria, quando havia alguma interferência. Nestes casos, no entanto, nem as professoras se calaram diante do aumento incorreto de seus salários, nem a servente da escola, pessoa humilde e sem instrução escolar, deixou-se obrigar a cumprir as arbitrariedades da CFIB.

Os comunicados e informes que eram enviados do Grupo Escolar de Fordlândia, como já citado, eram feitos, essencialmente, por meio de Ofícios, enviados pelos barcos que seguiam rumo à Itaituba, Santarém, Belém e Belterra. A escola, em si, não tinha rádio para comunicação e muitos informes da Secretaria de Educação e Cultura ou de Belterra eram feitos à gerência da Companhia, que transmitia a mensagem às diretoras que ali atuaram. Dificilmente a direção utilizava deste meio de comunicação para enviar alguma mensagem, a não ser que fosse algo urgente. Neste caso, o informe sobre a demissão da servente e a motivação desta em pedir descarga foi feito via Ofício, e o comunicado sobre o recebimento normalizado do salário sem que ela tivesse que trabalhar em outro lugar para justificar seus recebimentos aconteceu via rádio, e o texto foi anotado no livro de Correspondência.

Qual seria, neste caso, a urgência em informar que “a Cia não estava ao par do regulamento”? E que estava “tudo normalizado”? Já em 1945, o último ano em que a Companhia esteve presente em Fordlândia, seria possível que esta não estivesse realmente a par do regulamento? Em todos os treze anos de seu funcionamento a escola contou com a ajuda de serventes na realização de vários trabalhos necessários ao funcionamento desta escola, e em nenhum deles houve registro de reclamação semelhante. Temos, então, duas possíveis respostas: ou a Companhia vinha obrigando, durante todos esses anos, as serventes da escola a trabalhar no período de férias em outros locais para justificar o recebimento de seus salários, sem que houvesse por parte delas nenhuma queixa, ou a situação ocorreu pela primeira vez nesta ocasião, e sabendo do envio da queixa ao governo do Estado, a CFIB apressou-se em restabelecer o pagamento devido e pedir que a diretora informasse, pelo rádio da Companhia, a normalização da situação.

Os materiais didáticos e materiais de limpeza de que as professoras e alunos da escola faziam uso também não eram fornecidos pela Companhia, e sim pela Secretaria de Educação, a quem eram remetidos os pedidos do referido material e a confirmação ou não de recebimento das mesmas. Em casos extremos, em que houvesse a falta destes e necessidade urgente a Companhia podia ser acionada para ajudar a resolver o problema, que afetava todo o trabalho desenvolvido no Grupo.

A falta de materiais didáticos necessários ao funcionamento das atividades do Grupo estabeleceu-se como sendo o maior problema que esta escola enfrentou entre os anos de 1934 a 1945. Todos os anos, antes do início do semestre letivo, eram enviadas para Belém correspondências dirigidas à Secretaria de Educação e Cultura, nos quais era feita a solicitação de envio dos materiais, bem como uma relação de tudo quanto fosse necessário para o reinício das aulas. Quando enviados, estes materiais eram conferidos pelas diretoras e, não raras as vezes, muitos itens não eram remetidos. Assim, novos requerimentos eram feitos à Secretaria, e o trabalho na escola ficava comprometido por não terem as professoras o mínimo necessário para o ensino.

Algumas questões administrativas, como o envio mensal de boletins estatísticos remetidos ao Conselho Escolar do Território de Itaituba também ficavam prejudicados pela falta do envio dos papéis em que se fazia este registro. Desta maneira, o trabalho acumulava-se por meses, e o envio destes dados era feito

quando era recebido o material necessário. Em algumas ocasiões, uma vez que a Secretaria não tivesse enviado os boletins para preenchimento, o pedido deste material precisou ser feito ao Conselho de Itaituba.

A situação da falta de materiais essenciais para o funcionamento do grupo agravou-se a partir do ano de 1940. Em ofício enviado à CFIB neste ano, a diretora enviou à empresa uma relação dos materiais de que necessitavam, a pedido de sua gerência, que em visita à escola foi informada das faltas. Em 1941, dois pedidos de materiais foram enviados à Secretaria de Educação e Cultura, e não houve nenhum informando o recebimento dos materiais pedidos como feitos assim que estes chegavam.

O ano de 1944 mostrou ter sido aquele em que a escola enfrentaria maiores dificuldades em decorrência da carência de recursos. Após ter solicitado por três vezes a remessa de materiais para o Grupo Escolar de Fordlândia, a diretora recorreu diretamente ao Interventor Federal, representação maior do poder público estadual na época.

Grupo Escolar de Fordlândia, 17 de abril de 1944.

Exmo. Snr. Coronel Joaquim de Magalhães Barata.

Digníssimo Interventor do Estado do Pará.

No desempenho da missão que me foi confiada, cumpre-me declarar-vos não minucias, respeito ao Grupo Escolar desta Vila (Fordlândia), mas sim fazer-vos conhecer o estado lastimoso em que o mesmo se encontra, na ausência de tudo quanto reza a pedagogia moderna, sem a qual não poderá haver resultado satisfatório. Declaro-vos que já foram enviados à Diretoria de Educação e Cultura três ofícios, requerendo o material escolar para os trabalhos do ano letivo, e no entanto, ainda não fui atendida nesta grande e urgente necessidade, o que me tem posto em sérios embaraços.

Para esse fim tenho a subita honra de pleitear junto a Vossa Ex^{cia} a necessária autorização quanto aos elementos indispensáveis para o normal funcionamento das aulas neste grupo. E de notar anormalidades quanto ao material didático, sentido por mais de 200 crianças então matriculadas. Essas faltas já recorri à Cia Ford, esperando ser atendida. Congratulando-me a Vossa Ex^{cia}, o Interventor Federal do Estado, por estas aquisições de tão alta importância para o bem do

ensino nesta casa, valho da oportunidade para apresentar-vos os meus protestos de mais profundo respeito.

*M^a de Nazaré Rabelo da Costa,
Diretora.*

Além de recorrer ao Interventor do estado, a diretora revelou ter recorrido também à CFIB no sentido de solicitar materiais didáticos. Provavelmente, estes tenham sido para uso dos alunos, como cadernos, lápis, borrachas e outros itens que poderiam ser adquiridos facilmente no comércio local ou em municípios próximos, como Itaituba. Alguns dos materiais de que a direção da escola necessitava, no entanto, obedeciam a um padrão, como os boletins estatísticos e livros ponto de frequência diária dos alunos, que traziam o timbre da Secretaria de Educação e Cultura.

Figura 31 - Livro de Registro de matrículas

ENSINO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ		MATRICULA DOS ALUNOS do Grupo Escolar da Santidade	
Nº	Nome do aluno e sua filiação	Nome da mãe	Observações
1	Maria das Neves Gomes filha de Walter Duffel	Walter Duffel	
2	Helena da Conceição Gomes filha de Walter Duffel	Walter Duffel	
3	Lucia Gomes Lima filha de José Lima	José Lima	
4	Maria da Conceição Gomes filha de Manuel Gomes falecido	Manuel Gomes	
5	Raymonda Ribeiro filha de Sebastião de Souza	Sebastião de Souza	
6	José Ribeiro, filho de José Ribeiro	José Ribeiro	
7	Meretina Soares filha de José Soares falecido	José Soares	

Fonte: Arquivo da pesquisadora

Após três meses do envio desta correspondência, o Grupo recebeu da Secretaria de Educação do estado o material solicitado, não há como precisar se foi em atendimento aos três ofícios enviados ou se por intervenção do Interventor do estado a quem a diretora havia recorrido. O fato é que, após o ano de 1940, nota-se

que as professoras do Grupo Escolar de Fordlândia começaram a passar por algumas dificuldades que até então davam mínimas demonstrações de existência.

A falta constante de materiais didáticos e outros itens, dos quais a escola necessitava, como itens de limpeza, mostrou-se como a maior delas, visto que foram inúmeras as petições não atendidas, o que, segundo as palavras das diretoras, impedia o devido funcionamento das atividades no Grupo. A rotatividade de professoras normalistas apresentou-se desde o início desta escola, no entanto houve uma maior carga de trabalho com a responsabilização do Grupo pelas duas escolas dos acampamentos que eram até então de responsabilidade da CFIB e com as relações que esta escola mantinha com Belterra.

Ao relembrem dos fatos vividos na infância, morando na vila e estudando no Grupo Escolar de Fordlândia, por vezes nossos entrevistados davam pausas em suas falas, buscando encontrar em suas memórias algo a mais que pudessem relatar sobre a vida escolar. Uma das lembranças mais vivas, no entanto, refere-se ao uniforme escolar do qual faziam uso, e a farta merenda que recebiam na escola.

Segundo eles, as refeições que faziam no Grupo eram compostas, na maioria das vezes, por frutas, como a laranja e a tangerina, e por mingau de milho. As frutas vinham do pomar plantado pela Companhia, e eram distribuídos não apenas na escola de Fordlândia, mas em todas as casas dos trabalhadores e enviadas de barco para as escolas de Belterra.

...Quando chegava a laranja e a tanja, eles despejavam lá no pátio, ficava tudo cheio, depois é que iam tirando do meio e arrumando (E2).

...eles enchiam os carros de laranja e saíam entregando pelas casas, era laranja, grape fruit e tanja, davam pra todo mundo porque lá tinha muito, levavam na escola também pra gente merendar (E3).

Segundo os entrevistados, o leite do qual se fazia o mingau de milho que consumiam era proveniente também da Companhia, que criava grande variedade de gado de corte e leiteiro. Tanto o leite quanto a carne eram distribuídos entre a população, bastava que os interessados fossem buscá-los nos locais apropriados, e o leite era enviado para a escola para a preparação do mingau.

A primeira menção oficial à merenda escolar foi feita no ano de 1941, durante uma das sessões solenes realizada pelo Grupo, em que a diretora do

estabelecimento anunciava a instituição da merenda na escola, mas não foi atribuído, neste texto, a origem destes alimentos. Em comunicações oficiais para a CFIB também não encontramos referências diretas sobre o envio da merenda para a escola, mas há pedidos de envio de panelas grandes para o preparo do mingau.

Nem todas as solicitações e acordos realizados entre a direção desta escola e a gerência da CFIB eram feitos por via oficial, uma vez que os dirigentes da Companhia realizavam visitas à escola e que a direção tinha acesso ao escritório, sendo muitas das conversas feitas pessoalmente. A presença dos representantes da empresa nos eventos realizados pela escola era constante, sendo citados os nomes dos gerentes ou, no impedimento destes em estar presente às sessões solenes, de seus representantes, assim como suas assinaturas no livro de atas das sessões. Eram nesses momentos que, por meio dos seus discursos e das apresentações dos alunos, que as professoras exibiam o trabalho que faziam na escola. Várias outras pessoas eram convidadas a prestigiar tais eventos, como o Presidente do Conselho Escolar do Território de Itaituba, autoridades policiais e comerciantes.

Nas comunicações oficiais entre o Grupo e a Secretaria de Educação do Estado, em nenhuma ocasião foi citado o uniforme, como ocorria com o material didático solicitado semestralmente. No entanto, segundo os ex-alunos que entrevistamos, era obrigatório o uso do uniforme, e nas cópias de portarias registradas no livro de correspondências, pudemos observar determinações sobre a obrigatoriedade do uso deste, assim como cópia de ofício emitido à CFIB agradecendo pela oferta deste item.

A ideia de organização e uniformidade passadas pelo uso do uniforme, que era vistoriado diariamente pelas professoras para certificarem-se do asseio dos alunos, era condizente com a ideologia fordista, na qual a disciplina era também um fator primordial. Esses ideais são compatíveis, também, com o método tradicional de ensino, em que a organização, obediência e disciplina eram fundamentais. Dessa maneira, doando os uniformes às crianças que estudavam no Grupo, a CFIB fazia com que fosse mantida essa imagem, principalmente, ao visitante que chegava para ver de perto as obras da Companhia.

Segundo o registro deixado quando da ocasião de sua visita em 1933 pelo senhor Álvaro de Araújo, Capitão da Aeronáutica brasileira “a obra da Companhia Ford Industrial do Brasil enobrece ao Brasil que recebe os seus benefícios, dos quais o seu reflexo mais vivo é esta Escola [...]” (Livro de Impressões, 1933). Assim

como ele, muitos outros escreveram palavras com o mesmo sentido, enaltecendo a obra de Ford no Brasil, utilizando a escola como modelo de desenvolvimento existente em razão da CFIB.

Apesar das relações estabelecidas entre a CFIB e o Grupo Escolar de Fordlândia, e das interferências que por vezes esta fazia no funcionamento desta escola, os trabalhos pedagógicos realizados não passavam pelo “crivo” da empresa. O ensino não era algo pré-estabelecido pela Companhia, não havia um programa elaborado por ela a ser seguido pelas professoras. Ao contrário do que se pode pensar, esta escola não foi criada para formar operários e trabalhadores especificamente para a Companhia. O ensino era baseado nos programas oficiais do estado do Pará, e o objetivo maior era a alfabetização das crianças.

As visitas a esta escola pelos gerentes da empresa eram algo comum, fato atestado pelas assinaturas destes nas atas das sessões solenes realizadas na escola e pelos relatos de nossos entrevistados. Em ocasiões de comemorações oficiais como o aniversário do Grupo, a Independência do Brasil e o encerramento das aulas, era de costume que, além dos representantes da CFIB, fossem também convidadas autoridades locais e pessoas de prestígio, como comerciantes, oficiais de polícia, representantes do Conselho Escolar.

Além destas datas comemorativas, a empresa se fazia presente no dia-a-dia desta escola por meio de visitas, relatadas pelos ex-alunos. Nestas ocasiões, visitavam-nos nas salas de aula, e os alunos sabiam quem eram e as funções que ocupavam na empresa. As professoras ensinavam às crianças os nomes e funções destes homens, e explicavam a elas o que era a Companhia, e o motivo de existir a Fordlândia.

Ao mesmo tempo em que a escola foi construída para que os filhos dos trabalhadores da Fordlândia pudessem estudar, nada era feito pela empresa para controlar a evasão. Os números de matrículas, como abordado anteriormente, eram muito maiores no primeiro ano, fosse ele elementar, primeiro atrasado ou primeiro adiantado, e diminuía significativamente nos anos seguintes. Eram promovidos ao segundo ano somente os alunos que já estivessem alfabetizados e, uma vez alfabetizados, a grande maioria deixava a escola.

As diretoras tentavam atrair novamente os alunos, baixando portarias que informavam sobre a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças em idade escolar onde houvesse escolas públicas, assim como as datas das matrículas. Até

mesmo o responsável pelo policiamento da vila foi informado sobre os alunos matriculados que não estavam frequentando as aulas, para que pudessem ser tomadas as medidas cabíveis.

Apesar dos apelos das diretoras, não há nenhuma menção em nossa pesquisa, seja documental ou por meio das entrevistas, que nos indique que a Companhia fizesse algo para incentivar a permanência dos alunos nesta escola. Pode-se explicar este fato ao analisarmos os tipos de trabalhos realizados em todos os setores da Fordlândia, assim como quem os realizava.

Algumas funções, consideradas mais leves, como o trabalho nos viveiros das mudas ou a cata das lagartas que infestavam as plantações, eram feitos por crianças. Com a grande rotatividade de trabalhadores e a insuficiência destes, todos os recursos disponíveis eram utilizados pela Companhia, e os valores pagos pelos salários das mulheres e das crianças ficavam bem abaixo dos valores pagos aos homens.

Conforme Amorim (1995):

A carência da mão-de-obra para a execução do projeto, levou a empresa a utilizar mão-de-obra infantil. No entanto, criava as suas próprias salvaguardas contra possíveis problemas decorrentes disso, mandando elaborar documentos formais, onde os pais ou tutores autorizavam, na presença de duas testemunhas, que o menor ou tutelado desempenhasse funções na referida empresa." (AMORIM, 1995, p. 43)

Portanto, era muito conveniente para a Companhia Ford Industrial do Brasil que, em suas instalações, os trabalhadores tivessem um “bom salário”, atendimento médico e dentário para si e para suas famílias, assim como que seus filhos tivessem oportunidade de estudar. A grande propaganda da CFIB girava em torno destes argumentos, trazer a prosperidade e a saúde para a Amazônia brasileira. Quando divulgados os números de alunos matriculados nesta escola, não se fazia distinção entre as séries e as idades, ou ao pequeno percentual de concluintes do ensino primário. Revelar que a grande maioria das matriculas era feita no primeiro ano e que, após alfabetizados, a grande maioria abandonava a escola não era favorável aos interesses da empresa.

Além de estabelecer-se como direito concedido, a construção da escola colocava-se como uma necessidade a ser atendida pela empresa para a manutenção da boa imagem que esta tinha perante a população brasileira, que

esperava ansiosa pela “vinda da Ford”, do progresso que a acompanharia e das melhorias que a região oeste do Pará alcançaria em decorrência da implantação deste grandioso empreendimento. A regulamentação sobre o modelo de ensino a ser adotado não é referenciada neste documento, mas se mostrou ser atrelada diretamente aos órgãos educacionais estaduais competentes, com pequenas intervenções sofridas pela Companhia, que teve como maior atuação o pagamento dos salários das funcionárias desta escola, e em alguns casos, a denominação de professoras para assumir cargos que necessitavam, ainda assim, da aprovação do estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pautou-se pelo estudo da história de uma Instituição escolar implantada por uma grande empresa internacional em seu empreendimento localizado no interior no Estado do Pará, na Amazônia brasileira, tendo como objetivo geral compreender e registrar como ocorria a educação escolar nesta escola no período compreendido entre os anos de 1931 a 1945, quando toda uma localidade e seu funcionamento eram gerenciados pela Companhia Ford Industrial do Brasil.

Neste sentido, foi possível constatar que a construção da Escola Boa Vista, como foi batizada em sua inauguração em 1931, ocorreu em razão, principalmente, do marketing e propaganda da CFIB, como fator atraente para os trabalhadores dos quais a empresa necessitava para as plantações de seringueiras iniciadas em Fordlândia. A promessa de bons salários e de qualidade de vida atraía pessoas de várias regiões do Brasil e do exterior, além de cumprir com o papel de disseminador de uma visão benevolente da implantação do próprio projeto e da exploração ilimitada concedida a Henry Ford pelo governo brasileiro.

A imagem que as pessoas tinham desta escola era, justamente, a da civilidade, organização, asseio e patriotismo, um modelo a ser seguido, tudo isto em meio à floresta amazônica, em um período em que as escolas primárias não recebiam a atenção das políticas do governo federal. Ficando a cargo dos estados a responsabilidade por sua regulamentação e fiscalização, na maior parte deles, como era o caso do Pará, resultou em quase completo abandono.

A partir das análises documentais e das entrevistas concedidas por ex-alunos, compreendeu-se que o Grupo Escolar de Fordlândia, embora público, atendia apenas crianças filhas de trabalhadores da CFIB em Fordlândia, posto que não poderiam residir na localidade pessoas que não fossem contratadas pela empresa. Todos os aspectos da vida dos funcionários eram controlados pela CFIB, havendo obrigatoriedade de cumprimento à diversas determinações da Companhia. A escola estava no local do empreendimento de Ford, porém não pertencia a ele.

O acesso à escola era garantido a todas as crianças cujos pais trabalhassem na CFIB, porém a empresa nada fazia para garantir a permanência destas crianças na escola, uma vez que ficavam a mercê da alta rotatividade de trabalhadores

contratados, além de que quase sempre abandonavam os estudos após a conclusão do primeiro ano, quando estavam alfabetizadas, provavelmente para iniciarem o trabalho na CFIB, que explorava a mão-de-obra infantil.

Constatamos que, mesmo tendo sido construída pela CFIB e apesar de receber ajuda financeira ou material da empresa quando solicitado, o Grupo Escolar de Fordlândia respondia administrativamente e era diretamente ligado ao governo do estado do Pará, recebendo determinações de órgãos como a Secretaria de Educação e Cultura, a quem deveria prestar contas e informar sobre o que se realizava na escola. Eram enviados da capital os programas com conteúdos escolares a serem ministrados, provas a serem aplicadas, materiais necessários ao funcionamento da escola, nomeações de professoras, informes sobre datas em que deveriam iniciar e encerrar as aulas e datas que deveriam ser comemoradas na escola em sessões solenes, como a “Independência” do Brasil, Abolição da escravatura e até os aniversários de Getúlio Vargas e Magalhães Barata. Pôde-se verificar, porém, que ainda que mantivesse controle sobre o funcionamento desta escola, não era o estado quem se responsabilizava pelo pagamento dos salários das profissionais mas sim a CFIB, ainda que os valores referentes a descontos fossem remetidos mensalmente à Secretaria.

Mesmo que os assuntos da escola não fossem determinados pela CFIB, ou que os gerentes não influenciassem diretamente no seu funcionamento, sempre se faziam presentes nas sessões solenes realizadas pela escola, com visitas regulares, como também, forneciam uniformes escolares e outros tipos de materiais quando solicitados. Ao contrário do que dizem os moradores, a empresa não escolhia as professoras nomeadas para trabalharem na escola, enviadas pelo governo estadual, mas sim indicava mulheres leigas de Fordlândia para atuarem como substitutas quando da falta das normalistas. O fato de permitirem que a escola funcionasse dessa maneira em seus domínios mostra que a empresa concordava com o modo como a educação escolar se deu na localidade e que este modelo atendia aos interesses da CFIB.

Fordlândia permaneceu sob o controle dos norte-americanos até 1945, mas desde o ano de 1937 já havia declinado, a ponto de a CFIB realizar uma nova tentativa de plantação em outro local, Belterra, mais próximo a Santarém. Apesar de passarem por sérios problemas na empresa, a escola não foi afetada, continuando em plena atividade. A partir da década de 1940, no entanto, o governo do estado

passou a atrasar o envio dos materiais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos na escola, por repetidas vezes, causando dificuldades e impossibilitando o seu funcionamento, se fazendo necessário que a diretora recorresse ao Interventor do estado e a CFIB em busca de ajuda. Este problema parece ter perdurado nos anos consecutivos à retirada da Companhia do local, além de ter diminuído a quantidade de professoras, normalistas, limitando este a diretora.

O trabalho realizado na escola objeto desta pesquisa pautou-se, além do que determinavam as leis do ensino no Estado, nas atuações de professoras deste estabelecimento de ensino. Nomeadas pelo governador do Estado, a maioria era proveniente da capital, tendo sido formadas em escolas normais. Foram ao menos vinte professoras normalistas que lecionaram seguindo a corrente tradicional do ensino, marcado pela imposição de castigos físicos, ensino mecânico e memorização, primando pelos conteúdos relacionados à leitura, escrita, matemática, moral e cívica, higiene e religião. Acredita-se, Por meio da revisão da literatura, que as professoras tinham conhecimento das novas concepções e práticas que estavam sendo discutidas e implementadas a nível nacional, pelos pioneiros da Escola Nova, mesmo assim, não há referência dos entrevistados de que tenham sido suprimidas as palmatórias ou sabatinas, bem como que tenham incorporado a concepção escolanovista no cotidiano do Grupo Escolar de Fordlândia.

Para aqueles que vivem hoje em Fordlândia e Belterra, é um orgulho falar sobre “os tempos do Ford”, mas há muitos mitos em torno do que realmente foi construído e realizado nestes locais, quais as reais intenções e ainda são poucos os estudos que apresentam reflexões críticas sobre as ações da CFIB nos aspectos sociais, uma vez que a maioria dos trabalhos publicados referem-se aos aspectos econômicos e pitorescos do empreendimento. A escola, quando citada, o que é raro, aparece envolta num misto de respeito e admiração por parte de quem a menciona, pela representação e importância na vida de todos que por ela passaram. Os entrevistados para fins de complementação das informações obtidas nas fontes documentais para o presente estudo, também apresentaram esta visão saudosista, mesmo quando relataram os castigos aos quais eram submetidos.

Este sentimento valorativo do empreendimento e especialmente da escola se intensifica porque, ao contrário de outras instalações, hoje completamente depredadas e em ruínas, a escola nunca deixou de funcionar, e ali estudaram várias gerações de Fordlandenses. Nas memórias dos ex-alunos ficaram marcadas as

amizades, os ensinamentos e as aprendizagens, assim como os momentos compartilhados durante o período em que ali estiveram.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonia Terezinha dos Santos. **A dominação norte americana no Tapajós**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em História da Amazônia, UFPA. Santarém, PA, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do brasil**. 3ª ed. Revista e ampliada – São Paulo: Moderna, 2006.

BALEIRO, Aliomar. **Constituição de 1891**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012.103 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 2)

BARDIN. Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa: 1977.

BARROS, Jônatas Barros e. **A Escola Normal do Pará e a introdução do ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém:2010.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. 6ª ed. Editora Alfa Omega, São Paulo: 1991.

BEYNON, Huw. **Trabalhando para a Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística**. 2ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Joaquim Babuco. AZEVEDO, Fernando. *et al.* **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. 1.ed. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

CASTANHA, André Paulo. **1827 – 2007: 180 ANOS DA PRIMEIRA LEI BRASILEIRA SOBRE A ESCOLA PRIMÁRIA**. Trabalho apresentado no Simpósio de Educação Formação de Professores no Contexto da Pedagogia Histórico-crítica. Cascavel PR: 2007. Disponível em <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/trabalhos.html>>.

COELHO, Mareilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)**. Tese de doutorado (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo- USP. São Paulo, 2008.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande Capital e Agricultura na Amazônia: A experiência Ford no Tapajós**. Belém – NAEA, 2012.

CRULS, Gastão. Impressões de uma visita a Fordlândia. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 04, p. 03-25, out. 1939.

DEAN, Warren. **A luta pela Borracha no Brasil**: um estudo de História ecológica. São Paulo, Nobel, 1989.

Decreto nº 19.941, de 30 de Abril de 1931. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de julho de 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FORD, Henry. **Os princípios da prosperidade de Henry Ford**: as obras de Henry Ford: minha vida e obra, hoje e amanhã, minha filosofia de indústria. /Tradução Monteiro Lobato – 4.ed. – Rio de Janeiro. Freitas Bastos Editora :2012.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **A escola normal da província do Grão- Pará no império**. Revista Cocar: Belém, Vol. 6, nº11, jan./jul, 2012.

FRANCO, Eimar. **O Tapajós que vi (Memórias)**. Coordenadoria Municipal de Cultura – Santarém Pará, 1998.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2.ed.rev. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Amazônia. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 04 de novembro de 2015.

JACKSON, Joe. **O ladrão no fim do mundo**: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo – sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

LIRA, Rísia. **O Príncipe dorme, a bela é história**: a memória textual, iconográfica e cartográfica de Fordlândia. Belém: 2014

LOURENÇO, Eliane. **Americanos e cablocos**: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra – PA. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.

MAIA, Adinoel Motta. **A Era Ford: Filosofia, ciência, técnica**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

PEREIRA, Edna Marzzitelli. **História das instituições escolares da/na companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia brasileira (1927 a 1945)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2016.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituição de 1824**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.105 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 1).

POLETTI, Ronaldo. **Constituição de 1934**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.162 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 3).

PORTO, Walter Costa. **Constituição de 1937**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.120 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 4).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 21.e. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930 a 1973**. 31ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A. Queiroz – 1980.

VIEIRA, Sophia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

XAVIER, Libânia. O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 21-38.